GRUPO energisa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

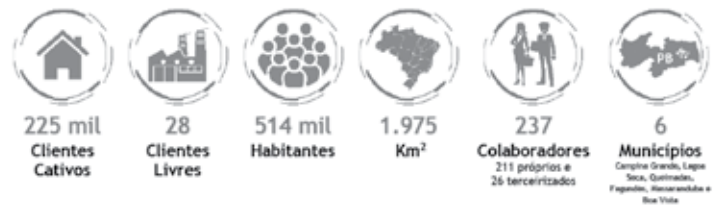
ENERGISA BORBOREMA
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 08.826.596/0001-95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Borborema", "EBO" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações – nº	8	8	0
Capacidade instalada nas subestações – MVA	185	185	0
Linhas de transmissão – km	45	45	0
Redes de distribuição – km	5845	5812	+ 33
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	4804	4722	+ 82
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	230	224	+ 6

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.
No Prêmio Abradee – Edição Especial 2020: a Energisa Borborema obteve melhorias em todos os 29 atributos avaliados, o que levou à evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2% para 86,7% – acima da média nacional de 74,9%. Houve melhoria em todos os 29 atributos avaliados. A pesquisa com consumidores foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2020 por telefone por causa do distanciamento social.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques
Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados – R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	422,5	441,7	- 4,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	407,0	427,6	- 4,8
Receita Operacional Líquida	282,5	283,5	- 0,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	266,9	269,3	- 0,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	40,1	43,5	- 7,8
EBITDA	48,8	50,6	- 3,7
EBITDA Ajustado	54,4	55,8	- 2,4
Resultado financeiro	0,9	(0,2)	-
Lucro Líquido	34,4	36,7	- 6,3
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	449,1	359,0	+ 25,1
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	109,2	33,6	+ 224,9
Patrimônio Líquido	158,4	135,6	+ 16,8
Endividamento Líquido	23,0	48,8	- 52,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	224,7	219,5	+ 2,3
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) (1)	547,0	552,8	- 1,0
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) (1)	670,1	663,9	+ 0,9
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) (2)	19,3	19,7	- 0,4 p.p.

(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia
Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 670,1 GWh, aumento de 0,9% em relação ao ano anterior. A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	**71,7**	**64,2**	**+ 11,6**	**276,6**	**254,4**	**+ 8,7**
Industrial	**42,5**	**36,8**	**+ 15,6**	**145,0**	**142,4**	**+ 1,8**
Cativo Industrial	14,1	15,0	- 6,6	50,9	59,0	- 13,7
Livre Industrial	28,5	21,7	+ 30,9	94,1	83,4	+ 12,8
Comercial	**40,4**	**42,0**	**- 4,0**	**148,9**	**162,3**	**- 8,3**
Cativo Comercial	31,9	34,8	- 8,3	119,9	134,7	- 11,0
Livre Comercial	8,5	7,3	+ 16,8	29,0	27,6	+ 4,8
Rural	**6,8**	**6,3**	**+ 8,0**	**25,0**	**23,9**	**+ 4,5**
Cativo Rural	6,8	6,3	+ 8,0	25,0	23,9	+ 4,5
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	**19,2**	**20,6**	**- 6,5**	**74,6**	**80,8**	**- 7,7**
Cativo Outros	19,2	20,6	- 6,5	74,6	80,8	- 7,7
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	**143,7**	**140,9**	**+ 2,0**	**547,0**	**552,8**	**- 1,0**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	37,0	29,0	+ 27,4	123,1	111,1	+ 10,8
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**180,6**	**169,9**	**+ 6,3**	**670,1**	**663,9**	**+ 0,9**
4 Fornecimento não faturado	1,1	4,5	- 75,2	-1,5	1,7	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**181,7**	**174,4**	**+ 4,2**	**668,6**	**665,6**	**+ 0,5**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.
O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:

A Companhia encerrou o ano com 224.663 unidades consumidoras cativas, número 2,3% superior ao registrado no fim de ano anterior e com 28 consumidores livres.

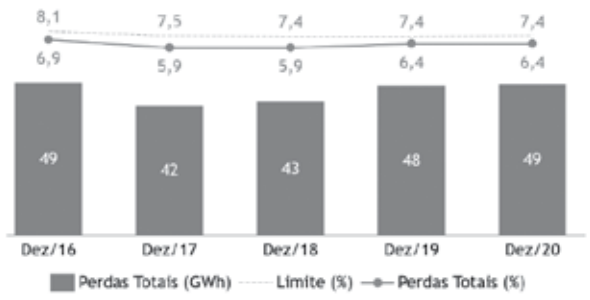
3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")
A Companhia investiu em 2020 em ações e tecnologias para assegurar maior eficiência no combate a perdas, a exemplo de blindagens de circuitos e transformadores, regularização de ligações clandestinas, instalação de dispositivos de lacre e externalização de medição.
A seguir, as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	
5,72	5,56	5,57	0,66	0,77	0,78	6,37	6,33	6,36	7,44

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var. (%)(1)
43,1	41,9	42,6	5,0	5,8	6,0	48,0	47,7	48,6	+ 1,9

(1) Variação dezembro de 2020/setembro de 2020.
Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência
3.3.1. Taxa de Inadimplência: A métrica para análise da inadimplência utilizada pela Energisa Borborema é a relação entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis e o fornecimento faturado, no período de 12 meses.

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

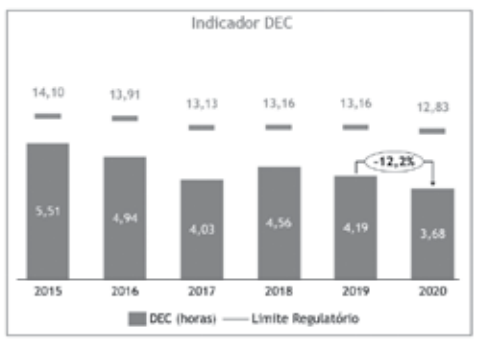
PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
EBO	0,66	0,84	-0,17	0,42	-0,42

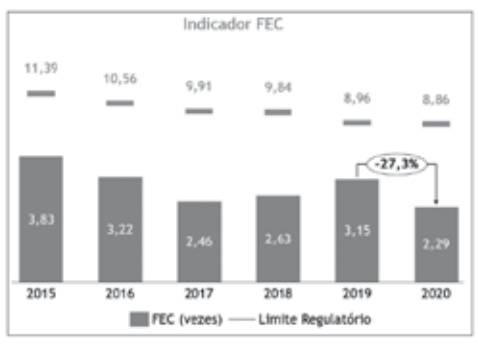
3.3.2. Taxa de Arrecadação
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/20	dez/19	Variação em p. p.
EBO	98,46	98,94	- 0,49

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC
A Companhia registrou uma redução no FEC de 0,86 vezes, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2020. O DEC, por sua vez, apresentou redução de 0,51 horas, resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:





4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional: Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 407,0 milhões contra R$ 427,5 milhões registrados em 2019, redução de 4,8% (R$ 20,6 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou decréscimo de 0,9% (R$ 2,4 milhões) no período, para R$ 266,9 milhões.
A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**89,8**	**94,9**	**- 5,3**	**340,2**	**365,3**	**- 6,9**
✓ Residencial	47,6	46,1	+ 3,2	181,1	179,5	+ 0,9
✓ Industrial	7,9	9,3	- 15,4	28,8	36,2	- 20,4
✓ Comercial	21,5	25,2	- 14,4	81,4	95,6	- 14,8
✓ Rural	3,5	3,2	+ 7,4	12,8	12,0	+ 6,4
✓ Outras classes	9,3	11,0	- 15,4	36,1	42,1	- 14,2
(+) Suprimento de energia elétrica	14,6	1,0	+ 1.384,7	23,6	25,7	- 8,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,4	1,7	- 79,9	(2,2)	1,2	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	4,7	3,8	+ 22,4	16,7	17,9	- 7,0
(+) Receitas de construção	3,4	5,3	- 35,8	15,5	14,1	+ 9,9
(+) Constituição e amortização - CVA	7,6	(5,2)	-	1,0	(6,9)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	5,2	4,4	+ 19,4	22,0	17,9	+ 23,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,2	1,2	+ 83,5	3,0	2,8	+ 7,0
(+) Outras receitas	0,8	0,9	- 4,6	2,8	3,7	- 25,5
(=) Receita bruta	**128,8**	**108,0**	**+ 19,3**	**422,5**	**441,7**	**- 4,3**
(-) Impostos sobre vendas	33,7	34,0	- 0,7	126,2	134,1	- 5,9
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(0,3)	0,0	-	(0,6)	0,8	-
(-) Encargos setoriais	3,8	3,3	+ 16,0	14,5	23,4	- 38,1
(=) Receita líquida	**91,5**	**70,7**	**+ 29,5**	**282,5**	**283,5**	**- 0,4**
(-) Receitas de construção	3,4	5,3	- 35,8	15,5	14,1	+ 9,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**88,1**	**65,4**	**+ 34,8**	**266,9**	**269,3**	**- 0,9**

Foram determinantes para esse desempenho:
i) Crescimento de 1.384,7% (R$ 13,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 8,1% ou R$ 2,1 milhões em 2020 sobre 2019);
ii) Crescimento de 83,5% (R$ 1,0 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 7,0% ou R$ 0,2 milhão em 2020 sobre 2019);
iii) Aumento de 22,4% (R$ 0,9 milhão) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (redução de 7,0% ou R$ 1,3 milhão em 2020 sobre 2019); e
iv) Redução de 5,3% (R$ 5,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (decréscimo de 6,9% ou R$ 25,2 milhões em 2020 sobre 2019).

4.2. Despesas operacionais
As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 226,8 milhões em 2020 e R$ 74,9 milhões no 4T20, aumentos de 0,4% (R$ 1,0 milhão) e 37,4% (R$ 20,4 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram redução de 8,7% (R$ 1,1 milhão), totalizando R$ 11,8 milhões no 4T20. No acumulado essas despesas totalizaram R$ 38,6 milhões, decréscimo de 3,3% (R$ 1,3 milhão) ante os R$ 39,9 milhões registrados no 2019.
A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**61,5**	**41,2**	**+ 49,2**	**177,3**	**177,4**	**- 0,1**
1.1 Energia comprada	52,6	34,7	+ 51,6	147,4	152,4	- 3,3
1.2 Transporte de potência elétrica	8,9	6,5	+ 36,4	29,9	25,0	+ 19,6
2 Custos e Despesas controláveis	**11,3**	**12,0**	**- 5,7**	**40,6**	**41,8**	**- 3,0**
2.1 PMSO	**11,8**	**12,9**	**- 8,7**	**38,6**	**39,9**	**- 3,3**
2.1.1 Pessoal	6,2	5,8	+ 6,4	18,1	18,5	- 2,5
2.1.2 Fundo de pensão	0,1	0,1	+ 47,6	0,3	0,2	+ 44,4
2.1.3 Material	0,6	0,6	+ 5,7	2,3	2,2	+ 7,5
2.1.4 Serviços de terceiros	4,2	4,7	- 9,7	16,3	15,6	+ 4,2
2.1.5 Outras	0,6	1,7	- 64,9	1,6	3,4	- 52,4
✓ Multas e compensações	0,0	0,0	- 50,0	0,0	0,1	- 58,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,3	0,2	+ 52,4	0,7	0,9	- 21,4
✓ Outros	0,3	1,5	- 79,5	0,9	2,4	- 64,1
2.2 Provisões/Reversões	(0,5)	(0,9)	- 48,1	2,0	1,9	+ 2,8
2.2.1 Contingências	(0,3)	(0,8)	- 61,5	(0,4)	(1,3)	- 68,5
2.2.2 Devedores duvidosos	(0,2)	(0,1)	+ 84,5	2,4	3,2	- 26,2
3 Demais receitas/despesas	**2,1**	**1,3**	**+ 58,8**	**9,0**	**6,6**	**+ 35,1**
3.1 Depreciação e amortização	2,1	1,5	+ 44,6	8,7	7,2	+ 20,6
3.2 Outras receitas/despesas	(0,1)	(0,2)	- 57,5	0,3	(0,5)	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**74,9**	**54,5**	**+ 37,4**	**226,8**	**225,9**	**+ 0,4**
Custo de construção (*)	3,4	5,3	- 35,8	15,5	14,1	+ 9,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**78,3**	**59,8**	**+ 30,9**	**242,4**	**240,0**	**+ 1,0**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa
A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$	2020	2019	Var. %	Var. R$
(=) Lucro Líquido	**10,6**	**9,0**	**+ 17,1**	**1,5**	**34,4**	**36,7**	**- 6,3**	**(2,3)**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(2,6)	(1,8)	+ 47,6	(0,8)	(6,6)	(6,6)	- 0,6	0,0
(-) Resultado financeiro	(0,1)	(0,1)	- 32,4	0,0	0,9	(0,2)	-	1,0
(-) Depreciação e amortização	(2,1)	(1,5)	+ 44,6	(0,7)	(8,7)	(7,2)	+ 20,6	(1,5)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**15,3**	**12,3**	**+ 24,3**	**3,0**	**48,8**	**50,6**	**- 3,7**	**(1,9)**
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,8	1,4	+ 27,0	0,4	5,7	5,1	+ 10,7	0,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**17,1**	**13,7**	**+ 24,6**	**3,4**	**54,4**	**55,8**	**- 2,4**	**(1,3)**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	18,7	19,4	- 0,7 p.p.		19,3	19,7	- 0,4 p.p.	-

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Caixa e Endividamento
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 97,3 milhões em dezembro, frente aos R$ 68,6 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R$ 11,9 milhões em dezembro, contra R$ 15,7 milhões em setembro de 2020.
Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 23,0 milhões, contra R$ 36,5 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 0,7 vezes em setembro para 0,4 vezes em dezembro de 2020.
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**74,9**	**56,1**	**69,8**
Empréstimos e financiamentos	72,0	54,3	73,8
Debêntures	0,3	0,0	-
Encargos de dívidas	2,6	1,7	0,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(4,8)
Não Circulante	**45,4**	**49,0**	**16,0**
Empréstimos e financiamentos	10,6	29,0	16,0
Debêntures	34,8	20,0	-
Total das dívidas	**120,3**	**105,1**	**85,8**
(-) Disponibilidades financeiras	109,2	84,3	33,6
Total das dívidas líquidas	**11,1**	**20,8**	**52,2**
(-) Créditos CDE	0,9	0,4	1,7
(-) Créditos CVA	(12,8)	(16,1)	1,7
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**23,0**	**36,5**	**48,8**
Indicador relativo			
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses (1)	0,4	0,7	0,9

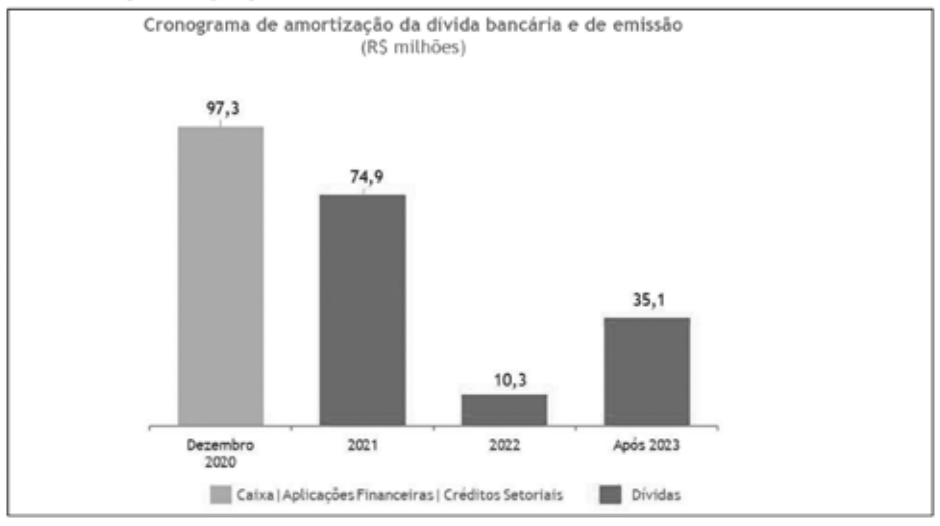
(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



6. INVESTIMENTOS

A Energisa Borborema investiu R$ 16,8 milhões em 2020, ante R$ 18,8 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R$ 3,2 milhões. Essa redução ocorreu mesmo com a revisão estratégica do plano de investimentos do Grupo Energisa para adaptação aos efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, foram preservados investimentos essenciais para a continuidade das operações, e postergados, de forma prudente, projetos menos prioritários, visando à proteção ao caixa e à gestão de liquidez da Companhia.

A prioridade foi destinar recursos a obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, promovam a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes.

A composição dos investimentos em 2020 foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
Valores em R$ milhões	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	2,4	4,3	- 44,0	14,9	14,3	+ 4,4
Obrigações Especiais	0,2	0,6	- 64,8	0,8	1,7	- 53,9
Ativo não Elétrico	0,6	0,7	- 20,7	1,0	2,8	- 63,2
Total dos Investimentos	**3,2**	**5,6**	**- 43,3**	**16,8**	**18,8**	**- 10,9**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, destacaram-se:

• Substituição de 15 chaves seccionadoras 69 kV na SED Campina Grande;

• Instalação de disjuntor de transferência 69 kV na SED Queimadas.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 27,6 milhões (R$ 94,1630752870 por ação), já tendo sido pagos: (i) R$ 3,5 milhões (R$ 11,871383932 por ação ordinária), em 26 de março; (ii) R$ 1,3 milhão, equivalentes a R$4,3170755055 por ação ordinária, a partir de 13 de novembro.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 22,8 milhões, equivalente a R$ 77,9746158494 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

8. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Borborema busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 211 colaboradores próprios e 26 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R$ 2 mil em treinamento e educação, com a média de 41,3 horas por empregado de cargos operacionais, 39,3 em cargos gerenciais e 13,2 horas em áreas administrativas.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Borborema, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro. Houve expressiva redução na taxa de gravidade da força de trabalho (próprios e terceiros), que passou de 47,35 em 2019 para 13,30 em 2020. A taxa de frequência (próprios e terceiros) foi de 3,99 em 2020, contra 1,58 no ano anterior. Não ocorreu nenhum óbito no ano.

A principal iniciativa envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa. Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Borborema, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio do atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

10.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R$ 667 mil em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 970 unidades consumidoras e permitiram economizar 300 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente 125 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Já o projeto Energia em Foco beneficia órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde. Destaque em 2020 foi a realização de projeto de iluminação pública no município de Queimadas (PB), que contemplou a substituição de 200 pontos de luz para unidades LED, com uma economia estimada de 95,39 MWh/ano.

10.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou em 2020 o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional contou com doação de alimentos para moradores de comunidades de Campina Grande, assim como de material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes. Foi também lançada uma campanha de voluntariado de financiamento coletivo para auxiliar instituições de atendimento aos idosos. Para cada R$ 1,00 doado pelos colaboradores, a empresa doou mais R$ 1,00.

Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais mantidos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Mato Grosso do Sul. Em 2020, em razão do distanciamento social devido à Covid-19, esses espaços foram fechados para o público a partir do mês de março. A programação do ano foi toda virtual, com três projetos realizados online: A Escrita da Luz, um concurso de fotografias para estimular pré-adolescentes a enviar fotos captadas por celulares; Galeria Virtual da Usina Cultural Nova Friburgo, com duas mostras coletiva de artistas; e vídeos documentais Pessoas criativas, ideias inspiradoras, que registrou projetos de leopoldinenses sobre folclore, literatura, cinema, música, quadrinhos, teatro e preservação patrimonial.

10.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Borborema é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais.

Há campanhas de consumo consciente de energia, que é monitorado mensalmente com o apoio de um indicador interno sobre a energia usada nos empreendimentos, com o uso dispositivos para redução de consumo. Para reduzir emissões atmosféricas, todos os veículos da Companhia usam Diesel S500, que contém baixo teor de enxofre.

Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

Por meio do projeto Parceiros do Meio Ambiente, a Companhia dissemina informações sobre qualidade da biodiversidade com envolvimento da cadeia de suprimentos. Adicionalmente, realiza mapeamento de queimadas criminosas em parceria com poder público e polícia civil. Além disso, apoia a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, por meio do convênio que produz conhecimentos acerca de arborização urbana, paisagismo de cidades, sustentabilidade e melhoria da qualidade ambiental.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R$ 232 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020 (Mil reais)	2019 (Mil reais)
Receita líquida (RL)	282.455	283.469
Resultado operacional (RO)	40.947	43.292
Folha de pagamento bruta (FPB)	14.497	14.755

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.385	16,45%	0,84%	2.312	15,67%	0,82%
Encargos sociais compulsórios	3.285	22,66%	1,16%	3.390	22,98%	1,20%
Previdência privada	309	2,13%	0,11%	214	1,45%	0,08%
Saúde	1.339	9,23%	0,47%	1.183	8,02%	0,42%
Segurança e saúde no trabalho	479	3,30%	0,17%	489	3,31%	0,17%
Educação	16	0,11%	0,01%	15	0,10%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	58	0,40%	0,02%	89	0,60%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	194	1,34%	0,07%	418	2,83%	0,15%
Participação nos lucros ou resultados	1.819	12,55%	0,64%	1.534	10,40%	0,54%
Outros	1.052	7,25%	0,37%	602	4,08%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	**10.935**	**75,42%**	**3,86%**	**10.246**	**69,44%**	**3,63%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	45	0,11%	0,02%	183	0,42%	0,06%
Cultura	294	0,72%	0,10%	254	0,59%	0,09%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	10	0,02%	0,00%	36	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1	0,00%	0,00%	158	0,36%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	**350**	**0,85%**	**0,12%**	**631**	**1,45%**	**0,22%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	115.020	280,90%	40,72%	126.512	292,23%	44,63%
Total - Indicadores sociais externos	**115.370**	**281,75%**	**40,84%**	**127.143**	**293,68%**	**44,85%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	9.290	22,69%	3,29%	8.245	19,04%	2,91%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	**9.290**	**22,69%**	**3,29%**	**8.245**	**19,04%**	**2,91%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019
Nº de empregados(as) ao final do período	211	211
Nº de admissões durante o período	5	15
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	26	52
Nº de estagiários(as)	-	2
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	42	46
Nº de mulheres que trabalham na empresa	21	23
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%	33,33%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	92	90
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	50,00%	33,33%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	9	8

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	61,95			61,95		
Número total de acidentes de trabalho	0			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 32.867	no Procon 63	na Justiça 350	na empresa 31.224	no Procon 80	na Justiça 443
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 4,80%	na Justiça 31,10 %	na empresa 100%	no Procon 5,30 %	na Justiça 34,20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**192.142**		**Em 2019:**	**227.943**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69% governo 8% colaboradores(as) 14% acionistas 5% terceiros 4% retido			67% governo 7% colaboradores(as) 13% acionistas 10% terceiros 3% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	667	1.406
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	87	630
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**754**	**2.036**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	10.760	23.075
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	98.394	10.554
Consumidores e concessionárias	6	52.242	41.917
Estoques		1.147	624
Tributos a recuperar	7	7.287	12.995
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	4.760
Ativos financeiros setoriais	9	11.451	15.055
Despesas pagas antecipadamente		616	503
Outros créditos	10	4.903	5.226
Total do circulante		**186.800**	**114.709**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	7.147	7.911
Tributos a recuperar	7	73.426	64.696
Créditos tributários	12	12.337	12.449
Cauções e depósitos vinculados	24	3.638	3.343
Ativos financeiros setoriais	9	1.231	1.203
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	83.806	74.014
		181.585	**163.616**
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	7.124	5.584
Investimentos		73	89
Imobilizado	15	854	1.121
Intangível	16	72.669	73.845
Total do não circulante		**262.305**	**244.255**
Total do ativo		**449.105**	**358.964**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	38.087	24.610
Encargos de dívidas	18	2.602	773
Debêntures	19	251	-
Empréstimos e financiamentos	18	72.034	73.827
Impostos e contribuições sociais	21	10.415	11.214
Dividendos a pagar	25.5	2.153	-
Encargos setoriais	23	2.171	2.347
Obrigações estimadas		1.298	1.224
Passivos financeiros setoriais	9	18.277	8.840
Contribuição de iluminação publica		2.926	3.005
Benefícios pós-emprego	33	1	3
Arrendamentos operacionais	20	163	204
Outras contas a pagar		5.853	3.399
Total do circulante		**156.231**	**129.446**
Não circulante			
Fornecedores	17	686	663
Empréstimos e financiamentos	18	10.566	15.953
Debêntures	19	34.823	-
Impostos e contribuições sociais	21	3.264	3.071
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	1.572	1.923
Encargos setoriais	23	3.881	2.894
Passivos financeiros setoriais	9	7.245	5.703
Benefícios pós-emprego	33	4	28
Arrendamentos operacionais	20	574	477
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	22	71.193	62.477
Outras contas a pagar		707	717
Total do não circulante		**134.515**	**93.906**
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	82.532	82.532
Reservas de capital	25.2	24.802	24.209
Reservas de lucros	25.3 e 25.4	29.658	23.240
Dividendos adicionais propostos	25.5	20.687	4.970
Outros resultados abrangentes	25.6	680	661
Total do patrimônio líquido		**158.359**	**135.612**
Total do passivo e patrimônio líquido		**449.105**	**358.964**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	26	282.455	283.469
Custo do serviço de energia elétrica	27	(177.275)	(177.399)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(45.469)	(44.553)
Lucro bruto		**59.711**	**61.517**
Despesas gerais e administrativas	27	(19.311)	(18.598)
Outras receitas	28	928	1.548
Outras despesas	28	(1.240)	(1.008)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**40.088**	**43.459**
Receitas financeiras	29	9.729	21.444
Despesas financeiras	29	(8.870)	(21.611)
Despesas financeiras líquidas		**859**	**(167)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**40.947**	**43.292**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(6.476)	(4.633)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(102)	(1.984)
Lucro líquido do exercício		**34.369**	**36.675**
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R$	30	**117,30**	**125,17**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	407.558	426.784
Outras receitas	28	928	1.548
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	15.590	14.179
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(2.369)	(3.208)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		194.580	191.694
Materiais e serviços de terceiros		18.761	18.604
Outros custos operacionais		17.759	16.367
		231.100	226.665
Valor adicionado bruto		190.607	212.638
Amortização e depreciação	27	8.668	7.185
Valor adicionado líquido		181.939	205.453
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	10.203	22.490
Valor adicionado total a distribuir:		192.142	227.943
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		10.405	10.860
Benefícios		4.689	4.494
FGTS		986	950
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		27.771	33.752
Estaduais		90.379	95.941
Municipais		155	209
Obrigações Intra-setoriais		14.475	23.381
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	29	8.916	21.647
Aluguéis		(3)	34
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.5	6.894	24.058
Dividendos adicionais propostos	25.5	20.687	4.970
Reserva de lucros - redução de imposto de renda	25.4	6.788	7.647
		192.142	227.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**34.369**	**36.675**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.6	19	51
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		**34.388**	**36.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	34.369	36.675
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	6.578	6.617
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		7.906	3.954
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(2.976)	(2.782)
Amortização e Depreciação	27	8.668	7.185
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	27	2.369	3.208
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	579	493
Marcação a Mercado da dívida	29	(55)	(108)
Marcação a Mercado Derivativos	29	55	108
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	(4.911)	(588)
Perda (Ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	227	(278)
Programa de remuneração variável - ILP	11	223	69
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		(11.364)	744
Diminuição (aumento) de estoques		(523)	42
Diminuição de tributos a recuperar		7.279	49
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(295)	(450)
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		(113)	169
Diminuição de ativo financeiro setorial		975	18.032
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		13.158	-
(Aumento) de outros créditos		(494)	(2.906)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		13.660	4.603
(Diminuição) aumento de impostos e contribuições sociais		(1.800)	1.420
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.294)	(4.971)
Aumento de obrigações estimadas		74	400
Aumento (diminuição) de passivo financeiro setorial		638	(7.591)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	24	(989)	(1.796)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		3.768	(68)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**71.712**	**62.230**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(86.347)	16.375
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(16.081)	(17.176)
Alienação de bens do ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	478	302
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(101.950)**	**(499)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	101.065	35.000
Pagamentos de empréstimos- principal	18 e 19	(78.807)	(44.453)
Pagamentos de empréstimos- juros	18 e 19	(2.659)	(7.290)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		8.169	(398)
Pagamentos de dividendos	25.5	(9.711)	(29.913)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(134)	(192)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de Financiamentos		**17.923**	**(47.246)**
Variação líquida do caixa		**(12.315)**	**14.485**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	23.075	8.590
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	10.760	23.075
Variação líquida do caixa		**(12.315)**	**14.485**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

			Reservas de capital				Reserva de lucros						
	Nota	Capital social	Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento	Outras reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		**82.532**	**104**	**23.994**	**-**	**42**	**9.752**	**180**	**5.841**	**5.675**	**-**	**610**	**128.730**
Pagamento de dividendos com reservas	25.5	-	-	-	-	-	-	(180)	-	-	-	-	(180)
Pagamentos de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.675)	-	-	(5.675)
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	-	69	-	-	-	-	-	-	69
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.675	-	36.675
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:													-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	-	-	7.647	-	(7.647)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.058)	-	(24.058)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	4.970	(4.970)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos													-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	77
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**82.532**	**104**	**23.994**	**-**	**111**	**9.752**	**-**	**13.488**	**4.970**	**-**	**661**	**135.612**
Pagamentos de dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.970)	-	-	(4.970)
Reserva de incentivos fiscais - reinvestimentos		-	-	-	370	-	-	-	(370)	-	-	-	-
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	-	223	-	-	-	-	-	-	223
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.369	-	34.369
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:													
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	-	-	6.788	-	(6.788)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.894)	-	(6.894)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	20.687	(20.687)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos													
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**82.532**	**104**	**23.994**	**370**	**334**	**9.752**	**-**	**19.906**	**20.687**	**-**	**680**	**158.359**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EBO") - empresa integrante do Grupo Energisa – é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 224.691 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 04 de fevereiro de 2000, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 04 de dezembro de 2030. O contrato de concessão foi homologado junto à ANELL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei nº 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentados nas notas explicativas 8, 9, 13, 14, 16.1 e 26, respectivamente. **1.2 Efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. No entanto mesmo com o quadro de aumento da contaminação e que tem trazido transtornos a população do país é de ressaltar os esforços das autoridades em incrementar a vacinação o que em breve trará resultados positivos a economia, as relações de trabalho, ao comercio e a indústria, com provável retorno ao normal. **a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia elétrica, devido à retração do mercado consumidor, e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a Conta COVID tem neutralizado em parte os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores enquanto durar a pandemia. A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com a inadimplência, baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado o montante de R$876, reconhecidos a partir de março de 2020 no resultado do exercício. A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de suas contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020. **b) Sobrecontratação de energia elétrica:** O cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição. Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL. **c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras. **d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas. Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP 936, agora Lei nº 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto. Trata-se do Decreto nº 10.470, que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei nº 14.020. **Sociedade:** A Companhia criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações no Estado da Paraíba. As principais ações foram: • Doação de ventiladores pulmonar; • Doação de máscaras para hospitais; • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em cidades com baixo IDH; • Apoio na realização de obras em hospitais para aumento de novos leitos e outros reforços estruturais para auxílio no atendimento de pacientes com COVID-19; • Doação de R$25 para os músicos artistas da área de concessão da Paraíba através da campanha do festival "Fique em Cena" com transmissões de shows ao vivo, com programação encerrada no dia 8 de maio; **Financeiras:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos com redução na ordem de R$1.500, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado o planejamento estratégico a Companhia sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do Pis e da Cofins e da contribuição previdenciária patronal das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R$4.811 e de R$403, respectivamente, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de abril, maio e junho para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R$138, recolhidos; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC dos meses de março a junho de 2020 no montante de R$31, compensados entre os meses de agosto a outubro de 2020; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020, prorrogada até 31 de julho de 2020, em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; • Adesão a Conta COVID: a Companhia aderiu Conta COVID implementada através da Resolução Aneel nº 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da Conta COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico. Até 31 de dezembro de 2020 foram recebidos R$13.158 de recursos da Conta COVID. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 – Intangível; VII. Nota explicativa nº 24 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 27 – Custo de energia elétrica comprada para revenda; IX. Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeira. **3.1. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros**: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota 2.3; • Consumidores e concessionárias - Nota 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota 32. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas. Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge" eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge": A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de "hedge", do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge". • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo: "Hedges" de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** – corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que à parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13; **g. Ativo contratual – Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos** – os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável**: Ativo não financeiro: A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: • **Ativos intangíveis**: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. • **Avaliação do valor em uso**: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** – a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia; **p. Incentivos fiscais SUDENE** – como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros – Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12); **q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **t. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia; **u. Benefícios pós emprego** – plano de suplementação de aposentadoria e pensão - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **v. Demais ativos e passivos** (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:** (i) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) **Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalente de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 101,4% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**5.986**	**7.478**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**4.774**	**15.597**
Certificado de Depósito Bancário	4.774	-
Compromissada	-	15.597
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	**10.760**	**23.075**

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 77,5% do CDI (104,4% do CDI em 2019).

	2020	2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**98.394**	**10.554**
Certificado de Depósito Bancário (CDB´s)	393	315
Fundo de Investimento (1)	15	15
Fundo de Investimentos Exclusivos (2)	97.986	9.547
Certificado de Depósito Bancário (CDB´s)	1.556	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	127	-
Títulos públicos	5.478	4.603
Fundo Multimercado	394	-
Fundo de Renda Fixa	25.910	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	18.908	4.352
Letra Financeira (LF)	3.075	-
Letra Financeira (LFS)	21.656	-
Letra Fianceira (LTN)	831	179
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	19.296	413
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	755	-
Fundo de Investimentos em direitos creditórios (FIDC)	-	668
Outros instrumentos	-	9
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)	**98.394**	**10.554**
Circulante	98.394	10.554

(1) Fundos de Investimentos – inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados 17,2% (50,6% em 2019) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Titulos Públicos, LFT, LF, LTN, LFS, NTNF, Fundo Multimercado e NTNB são remuneradas 113,5% (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa 63,5% do CDI Fundo Zona da Mata e 83,8% e do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$408 (R$1.006 em 2019) referente a recursos vinculados a empréstimos bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2020	2019
Depósito judicial credores	19	27
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	-	668
Outros	389	311
Total	**408**	**1.006**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (3)	2020	2019
Valores correntes									
Residencial	6.284	-	5.622	493	36	6	(796)	11.645	10.653
Industrial	3.792	-	165	26	22	-	(14)	3.991	3.513
Comercial	5.694	-	1.309	231	428	220	(648)	7.234	7.365
Rural	551	-	496	66	148	1	(33)	1.229	1.024
Poder público	1.668	-	2	-	-	-	-	1.670	1.937
Iluminação pública	1.259	-	-	-	-	-	-	1.259	1.263
Serviço público	497	-	-	-	-	-	-	497	453
Fornecimento não faturado	8.365	-	-	-	-	-	-	8.365	10.594
Arrecadação Processo Classificação	(91)	-	-	-	-	-	-	(91)	152
Valores renegociados:									
Residencial	791	1.970	391	89	83	625	(1.131)	2.818	1.898
Industrial	334	1.148	46	14	25	398	(763)	1.202	1.081
Comercial	569	6.143	225	107	228	1.217	(3.484)	5.005	4.746
Rural	68	204	37	19	39	88	(217)	238	301
Poder público	16	6	-	-	-	-	-	22	133
Iluminação pública	120	543	-	-	-	-	-	663	1.411
(-) Ajuste a valor presente (1)	(6)	(337)	-	-	-	-	-	(343)	(909)
Subtotal - clientes	**29.911**	**9.677**	**8.293**	**1.045**	**1.009**	**2.555**	**(7.086)**	**45.404**	**45.615**
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	12.090	-	-	-	-	-	-	12.090	2.499
Outros (4)	-	-	938	-	-	1.000	(43)	1.895	1.714
Total	**42.001**	**9.677**	**9.231**	**1.045**	**1.009**	**3.555**	**(7.129)**	**59.389**	**49.828**
Circulante								52.242	41.917
Não Circulante								7.147	7.911

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2020 a taxa CDI 1,90% (4,60% em 2019). (2) Suprimento de Energia – inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, como segue:

Composição do saldo da CCEE	2020	2019
Créditos a vencer	12.090	2.499
Sub-total créditos CCEE	**12.090**	**2.499**
(-) Aquisições de energia na CCEE	(17.766)	(5.901)
(-) Encargos de serviços do sistema	(984)	(45)
Total (débitos)/créditos CCEE	**(6.660)**	**(3.447)**

(3) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) – constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no exercício. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo – inicial – circulante – 2019 e 2018	5.893	3.468
Provisões constituídas no exercício (*)	2.369	3.208
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(1.116)	(783)
Saldo – final – 2020 e 2019	**7.146**	**5.893**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	7.129	5.876
Outros créditos	17	17

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R$2.369 (R$3.208 em 2019) cerca de R$877 são referentes aos aumentos de inadimplência identificados como parte dos impactos causados pela COVID-19. (4) Outros - a Companhia possui também R$1.838 (R$1.835 em 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	2.872	2.829
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	942	6.026
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	2.340	4.898
Contribuição do PIS e COFINS	2.448	680
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (1)	72.030	63.177
Outros	81	81
Total	**80.713**	**77.691**
Ativo circulante	7.287	12.995
Ativo não circulante	73.426	64.696

(1) A Companhia possui em dezembro de 2020 créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R$72.030 (R$63.177 em 2019), referente a redução do ICMS na base de cálculo após ação transitada em julgado, calculados baseado na melhor estimativa da Administração. No exercício, foram adicionados novos valores de créditos da ordem de R$7.271 (R$48.914 em 2019). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em mais R$1.582 (R$14.262 em 2019), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia estabelecerá procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo finalize suas apurações, conforme nota explicativa nº 22.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

8.1. Reajuste tarifário: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.665, de 28 de janeiro de 2020, e Nota Técnica nº 07/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 1,78%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	-1,63%
Alta e Média Tensão	-2,17%
Total	**-1,78%**

8.2. Revisão tarifária: A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.200 de 31 de janeiro de 2017, e Nota Técnica nº 07/2017-SGT/ANELL, aprovou o resultado da quarta revisão tarifária da Companhia que vigora desde 04 de fevereiro de 2017, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi aumento de 0,43%. Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária com efeito médio para o consumidor de 1,75%, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR. Os novos valores entraram em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais da Companhia. Dessa forma, a partir de 1º de abril de 2019, a Companhia tem redução média de 2,5% nas tarifas de energia elétrica, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energética – CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em diminuição do índice de reajuste médio na Companhia de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75%. **8.3. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: **Bandeira Tarifária Verde** - indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. **Bandeira Tarifária Amarela** - indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). **Bandeira Tarifária Vermelha** - indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: **Patamar 1**: com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). **Patamar 2**: com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da pandemia da COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a diretoria da ANEEL decidiu, reativar a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Aplicando a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha patamar 2 para o mês de dezembro de 2020. Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência. Os valores envolvidos de perdas da Companhia montam em R$846 (R$846 em 2019) que deverão ser compensados. Para o exercício de 2020, também em função da pandemia, a Companhia apresentou um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), porém sem expectativa de prejuízo. No intuito de minimizar os impactos de sobrecontração a Companhia vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (ix)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Energia elétrica comprada para revenda	5.957	(3.407)	(2.471)	(5.491)	(46)	5.458	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	12	-	15	55	-	(34)	48	48	-	48	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	-	1.151	2.861	24	(1.250)	2.786	2.786	-	2.786	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	1.817	4.217	(1.078)	(3.554)	8	519	1.929	-	1.929	1.515	414
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	162	(185)	(2.469)	2.566	175	2.570	2.819	2.819	-	2.819	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (iv)	105	1.063	-	(1.064)	(7)	(97)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	-	4.306	-	(3.069)	9	1.059	2.305	-	2.305	1.807	498
Exposição de submercados (v)	7.277	2.062	(4.896)	(5.462)	(2)	2.377	1.356	-	1.356	1.164	192
CUSD	136	817	(104)	-	(3)	-	846	6	840	769	77
Garantias Financeiras	611	410	(485)	-	3	-	539	45	494	493	46
Saldo a Compensar da CVA ciclo anterior (vi)	181	79	-	-	-	(206)	54	-	54	50	4
Total Ativo	**16.258**	**9.362**	**(10.337)**	**(13.158)**	**161**	**10.396**	**12.682**	**5.704**	**6.978**	**11.451**	**1.231**

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (ix)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Energia elétrica comprada para revenda	-	195	(10)	-	47	5.458	5.690	3.080	2.610	5.678	12
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	6.495	3.147	(3.926)	-	99	(1.250)	4.565	-	4.565	4.174	391
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	-	95	(53)	-	1	(34)	9	-	9	8	1
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	-	366	-	-	519	885	885	-	885	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10	118	(9)	-	10	2.570	2.699	-	2.699	2.448	251
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (iv)	130	886	(308)	-	(1)	(97)	610	18	592	610	-
Sobrecontratação de energia (ii)	2.694	19	(3.519)	-	7	1.059	260	260	-	260	-
Saldo a Compensar CVA ciclo anterior (vi)	54	1.450	(853)	-	(364)	(206)	81	81	-	81	-
Devoluções Tarifárias (vii)	5.027	1.417	-	-	146	-	6.590	-	6590	-	6590
Exposição de submercados (v)	-	2	1.754	-	-	2.377	4.133	4.133	-	4.133	-
Outros itens financeiros (viii)	133	-	(133)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo	**14.543**	**7.329**	**(6.691)**	**-**	**(55)**	**10.396**	**25.522**	**8.457**	**17.065**	**18.277**	**7.245**
Saldo líquido	**1.715**	**2.033**	**(3.646)**	**(13.158)**	**216**	**-**	**(12.840)**	**(2.753)**	**(10.087)**	**(6.826)**	**(6.014)**

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC; **(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** As distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; **(iii) Encargo de Serviço do Sistema – ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional – SIN. Inclui R$2.602 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19; **(iv) Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; **(v) Exposição de submercados:** Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados; **(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; **(vii) Devoluções Tarifárias:** Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de agosto/2016, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifário Periódica (5CRTP); **(viii) Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc; e **(ix) Adesão a conta COVID:** A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta COVID no valor máximo de R$13.158, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais R$13.158, já foram recebidos.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	5.795
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	1.404
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	1.708
Despacho ANEEL nº 2.914 de 9 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	1.279
Despacho ANEEL nº 3.197 de 11 de novembro de 2020	13 de novembro de 2020	1.636
Despacho ANEEL nº 3.490 de 10 de dezembro de 2020	14 de dezembro de 2020	1.336
Total recebido		**13.158**

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da Conta COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à Conta COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela Conta COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da Conta COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Subvenção Baixa Renda (1)	2.113	1.740
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	1.843	1.681
Ordens de serviço e desativação em curso	14	24
Adiantamentos	465	148
Subvenção CDE – Desconto Tarifário (2)	(1.172)	(68)
Créditos de terceiros – Alienação de bens e direitos	1.347	914
Outros (3)	293	787
Total – circulante	**4.903**	**5.226**

(1) Subvenção Baixa renda - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro/2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial – circulante - 2019 e 2018	**1.740**	**1.811**
Subvenção Baixa Renda	15.680	9.461
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(15.307)	(9.532)
Saldo final - circulante – 2020 e 2019	**2.113**	**1.740**

(2) Subvenção CDE – Desconto Tarifário - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2020. Os valores serão compensados no no primeiro trimestre de 2021.

	2020	2019
Saldo inicial – circulante - 2019 e 2018	**(68)**	**(404)**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	6.358	8.397
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE (*)	(7.462)	(8.061)
Saldo final – circulante – 2020 e 2019	**(1.172)**	**(68)**

(*) Os valores recebidos são conforme o ciclo anterior, dessa forma, podemos ter valores recebidos superiores aos provisionados. Todos os valores conferem com as resoluções tarifárias.

(3) Outros - inclui R$17 (R$17 em 2019) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda.; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda.; e • Voltz Capital S/A. A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue: Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação da Energisa Transmissora de Energia I) Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

• Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); • QMRA Participações S/A; e Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A: • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol). Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo)	Comissão aval e debentures (despesas financeiras) (5)	Saldo a pagar (Fornecedores)	Saldo a pagar aval e debentures– outras contas a pagar (5)	Saldo a pagar – Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1)	(5.601)	-	(1.800)	(1.286)	(15.492)	-
Multi Energisa Serviços S/A (2)	(560)	-	-	(92)	-	-
Energisa Soluções S/A (3)	(30)	-	-	-	-	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (4)	-	(11.655)	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A (6)	-	(17)	-	-	-	(2)
2020	**(6.191)**	**(11.672)**	**(1.800)**	**(1.378)**	**(15.492)**	**(2)**
2019	**(5.989)**	**(8.410)**	**(1.348)**	**(1.692)**	**(82)**	-

(1) Energisa S/A – refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL; (2) Multi Energisa Serviços S/A - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (3) Energisa Soluções S/A - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (4) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado; e (5) A Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$15.389. Os custos do contrato de comissão de aval, refere-se as garantias da controladora, iniciadoas em fevereiro de 2013, sobre contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta em R$103 (R$82 em 2019). (6) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A.: refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores	**2020**	**2019**
Remuneração Anual (a)	2.143	2.143
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	426	449
Remuneração da Diretoria	564	941
Outros Benefícios (b)	495	444

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2020. (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R$20 e R$2 (R$18 e R$1 em 2019), respectivamente. A remuneração média no exercício foi de R$7 (R$6 em 2019).

Programa de Remuneração Variável – ILP: A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total *Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 5.191 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 4.308 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (Performance *Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas: Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	**2º programa ILP**
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas [a]	5.191	4.308
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [b]	8,2%	7,7%
Volatilidade [c]	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022. (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos R$223 (R$69 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de custos e despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 acumula R$334 (R$111 em 2019).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	**2019**
Ativo - Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	12.866	13.399
Contribuição social sobre o lucro líquido	4.632	4.824
Total – não circulante	**17.498**	**18.223**
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	3.795	4.246
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.366	1.528
Total – não circulante	**5.161**	**5.774**
Total líquido – ativo não circulante	**12.337**	**12.449**

As diferenças temporárias são como segue:

	2020		**2019**	
	Base de cálculo	**IRPJ + CSSL**	**Base de cálculo**	**IRPJ + CSSL**
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	30.366	10.324	33.342	11.336
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	8.296	2.821	7.844	2.667
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	7.146	2.430	5.893	2.004
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.572	534	1.923	654
Ajustes a valor presente	343	117	909	309
Outras adições/exclusões temporárias	3.739	1.272	3.633	1.234
Marcação a mercado da dívida	-	-	55	19
Marcação a mercado - derivativos	-	-	(4.760)	(1.618)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(15.179)	(5.161)	(12.224)	(4.156)
Total - ativo não circulante	**36.283**	**12.337**	**36.615**	**12.449**

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	**Realização dos créditos fiscais**
2021	937
2022	1.620
2023	1.793
2024	1.944
2025	1.821
2026 a 2027	3.750
2028 a 2030	5.633
Total	**17.498**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

	2020	**2019**
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	40.947	43.292
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(13.922)	(14.719)
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(209)	(245)
Créditos sobre Incentivos fiscais – SUDENE (*)	6.788	7.647
Incentivo fiscal - Lei do Bem	445	218
Outras exclusões permanentes	320	482
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(6.578)	(6.617)
Alíquota efetiva	16,06%	15,28%

(*) Em novembro de 2019, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01/01/2019 a 31/12/2028, através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019 – Ofício 3.982/2019 (SUDENE), emitido em 28 de novembro de 2019.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como valor justo do ativo financeiro indenizável da concessãono montante de R$2.976 (R$2.782 em 2019). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2020	**2019**
Ativo financeiro valor justo - **2019 e 2018**	**74.014**	**63.360**
Adições no exercício (1)	6.967	7.938
Baixas no exercício	(151)	(66)
Receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão (2)	2.976	2.782
Ativo financeiro valor justo - **2020 e 2019**	**83.806**	**74.014**

(1) Adições no exercício – refere-se a transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso para o ativo financeiro indenizável da concessão; (2) Receita operacional - ativo financeiro indenizável da concessão - estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	**Adição**	**Transferências (1)**	**Baixas (2)**	**Saldos em 2020**
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	6.456	16.325	(6.975)	(7.499)	8.307
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	872	784	59	(532)	1.183
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**5.584**	**15.541**	**(7.034)**	**(6.967)**	**7.124**
	Saldos em 2018	**Adição**	**Transferências (1)**	**Baixas (2)**	**Saldos em 2019**
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	6.403	18.358	(9.296)	(9.009)	6.456
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.476	1.708	(1.241)	(1.071)	872
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**4.927**	**16.650**	**(8.055)**	**(7.938)**	**5.584**

(1) O montante de R$7.034 (R$8.055 em 2019) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão. (2) As baixas no montante de R$6.967 (R$7.938 em 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual – infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	**Saldos em 2019**	**Adição**	**Transferências**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldos em 2020**
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Máquinas e Equipamentos	15,85%	2.175	-	727	-	-	2.902
Veículos	14,29%	-	-	180	(64)	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	1.101	-	(601)	-	-	500
Total do imobilizado em serviço		**3.276**	-	**306**	**(64)**	-	**3.518**
Depreciação acumulada							
Máquinas e Equipamentos		(1.514)	-	(588)	-	(181)	(2.283)
Veículos		-	-	(89)	55	(6)	(40)
Móveis e utensílios		(830)	-	518	-	(34)	(346)
Total Depreciação acumulada		**(2.344)**	-	**(159)**	**55**	**(221)**	**(2.669)**
Subtotal Imobilizado		**932**	-	**147**	**(9)**	**(221)**	**849**
Imobilizado em curso		189	(57)	(127)	-	-	5
Total do Imobilizado		**1.121**	**(57)**	**20**	**(9)**	**(221)**	**854**
	Taxa média de depreciação (%)	**Saldos em 2018**	**Adição**	**Transferências**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldos em 2019**
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Máquinas e Equipamentos	16,51%	1.888	-	287	-	-	2.175
Veículos	14,29%	67	-	-	(67)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	1.099	-	2	-	-	1.101
Total do imobilizado em serviço		**3.054**	-	**289**	**(67)**	-	**3.276**
Depreciação acumulada							
Máquinas e Equipamentos		(1.339)	-	-	-	(175)	(1.514)
Veículos		(67)	-	-	67	-	-
Móveis e utensílios		(789)	-	-	-	(41)	(830)
Total Depreciação acumulada		**(2.195)**	-	-	**67**	**(216)**	**(2.344)**
Subtotal Imobilizado		**859**	-	**289**	-	**(216)**	**932**
Imobilizado em curso		-	478	(289)	-	-	189
Total do Imobilizado		**859**	**478**	-	-	**(216)**	**1.121**

16. INTANGÍVEL

	2020	**2019**
Intangível – contrato de concessão	69.917	70.944
Intangível – direito de uso	702	658
Intangível – software	2.050	2.243
Total	**72.669**	**73.845**

16.1 Intangível – contrato de concessão	**Taxa Média de Amortização (%)**	**Saldos em 2019**	**Transferências (1)**	**Baixas (2)**	**Amortização (3)**	**Saldos em 2020**
Intangível em Serviço						
Custo	4,07%	192.222	6.684	(1.687)	-	197.219
Amortização Acumulada		(106.485)	223	1.371	(9.924)	(114.815)
Subtotal		85.737	6.907	(316)	(9.924)	82.404
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,92%	58.307	(59)	-	-	58.248
Amortização Acumulada		(43.514)	-	-	(2.247)	(45.761)
Subtotal		14.793	(59)	-	(2.247)	12.487
Total		70.944	6.966	(316)	(7.677)	69.917

(1) Do montante de R$6.966, R$7.034 refere-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção, reduzido de R$68 referente às reclassificações para o imobilizado. (2) O montante de R$316 (R$236 em 2019), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação – ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$126 (R$100 em 2019).

	Taxa Média de Amortização (%)	**Saldos em 2018**	**Transferências (1)**	**Baixas (2)**	**Amortização (3)**	**Saldos em 2019**
Intangível s Serviço						
Custo	4,30%	185.135	8.463	(1.376)	-	192.222
Amortização Acumulada		(98.360)	-	1.140	(9.265)	(106.485)
Subtotal		86.775	8.463	(236)	(9.265)	85.737
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,92%	57.066	1.241	-	-	58.307
Amortização Acumulada		(40.424)	-	-	(3.090)	(43.514)
Subtotal		16.642	1.241	-	(3.090)	14.793
Total		70.133	7.222	(236)	(6.175)	70.944

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) As baixas no montante de R$236 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação – ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$100 (R$81 em 2018).

Obrigações vinculadas a concessão: A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,07% (4,30% em 2019). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	2020	**2019**
Contribuições do consumidor [1]	62.705	61.920
Participação do Governo do Estado [2]	3.774	3.774
Reserva para reversão [3]	8	9
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.353	4.353
(-) Amortização acumulada	(45.761)	(43.514)
Total	**25.079**	**26.542**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	11.409	10.877
Infraestrutura – Intangível em serviço	12.487	14.793
Ativo contratual – infraestrutura em construção e intangível em curso	1.183	872
Total	**25.079**	**26.542**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos. (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

16.2 Intangível – direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	**Saldos em 2019**	**Adição**	**Baixas**	**Amortização**	**Saldos em 2020**
Intangível - direito de uso – Imóveis						
Custo	19,88%	810	227	(9)	-	1.028
Amortização Acumulada		(152)	-	-	(174)	(326)
Total		**658**	227	(9)	(174)	702
	Taxa Média de Amortização (%)	**Saldos em 2018**	**Adoção Inicial CPC 06 (R2)**	**Adição**	**Amortização**	**Saldos em 2019**
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	26,85 %	-	772	38	-	810
Amortização Acumulada		-	-	-	(152)	(152)
Total		-	**772**	**38**	**(152)**	**658**

16.3 Intangível – software	**Taxa Média de Amortização (%)**	**Saldos em 2019**	**Adição**	**Transferências**	**Baixas**	**Amortização**	**Saldos em 2020**
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	10.627	-	302	(36)	-	10.893
Amortização Acumulada		(8.384)	-	(63)	34	(722)	(9.135)
Em curso		-	483	(191)	-	-	292
Total		2.243	483	48	(2)	(722)	2.050
	Taxa média de Amortização (%)	**Saldos em 2018**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldos em 2019**		
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	9.794	833	-	10.627		
Amortização Acumulada		(7.642)	-	(742)	(8.384)		
Total		2.152	833	(742)	2.243		

17. FORNECEDORES

	2020	**2019**
CCEE [1]	17.766	5.901
Contratos Bilaterais [2]	13.988	12.920
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	1.879	1.266
Conexão à rede	40	40
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	1.286	1.068
Encargos do Serviço do Sistema [3]	984	45
Materiais, serviços e outros [4]	2.830	4.033
Total	**38.773**	**25.273**
Circulante	38.087	24.610
Não circulante	686	663

(1) CCEE - em 2020 a conta CCEE aumentou principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), próximo ao teto em novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP, valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores no MCP para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste. Para as distribuidoras do submercado Nordeste o impacto negativo foi no tratamento de exposições, regra de comercialização que neutraliza os resultados positivos referente às liquidações de energia entre submercados: (2) Contratos bilaterais - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC); (3) Encargos do Serviço do Sistema - variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro de 2020 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios; e (4) Materiais, serviços e outros - referem-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos emprestimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	**Captação**	**Pagamento de Principal**	**Pagamento de Juros**	**Encargos, atualização monetária, cambial e Custos**	**Custos Apropriados**	**Marcação Mercado da Dívida**	**Saldos em 2020**
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	1.417	-	(462)	(47)	47	-	-	955
Pós Fixado								
CDI	64.249	66.667	(48.590)	(1.981)	3.922	-	-	84.267
Gastos com captação	(8)	-	-	-	28	(40)	-	(20)
Total do custo	**65.658**	**66.667**	**(49.052)**	**(2.028)**	**3.997**	**(40)**	-	**85.202**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	24.840	-	(29.755)	(313)	5.228	-	-	-
Marcação a mercado	55	-	-	-	-	-	(55)	-
Total ao valor justo	**24.895**	-	**(29.755)**	**(313)**	**5.228**	-	**(55)**	-
Total	**90.553**	**66.667**	**(78.807)**	**(2.341)**	**9.225**	**(40)**	**(55)**	**85.202**
Circulante	74.600							74.636
Não circulante	15.953							10.566

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	1.880	-	(462)	(67)	66	-	-	1.417
Pós Fixado								
CDI	74.539	35.000	(43.991)	(6.217)	4.918	-	-	64.249
Gastos com captação	(21)	-	-	-	13	-	-	(8)
Total do custo	**76.398**	**35.000**	**(44.453)**	**(6.284)**	**4.997**	-	-	**65.658**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	23.906	-	-	(1.006)	1.940	-	-	24.840
Marcação a mercado	163	-	-	-	-	-	(108)	55
Total ao valor justo	**24.069**	-	-	**(1.006)**	**1.940**	-	**(108)**	**24.895**
Total	**100.467**	**35.000**	**(44.453)**	**(7.290)**	**6.937**	-	**(108)**	**90.553**
Circulante	46.532							74.600
Não circulante	53.935							15.953

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
FIDC Grupo Energisa III	-	1.931	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
FINAME - Itaú BBA	955	1.417	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (3 e 5)	-	26.679	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	4,09%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (3 e 5)	-	20.595	CDI + 0,92%	jul/20	Final	3,69%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (3)	15.029	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	3,57%	A
Safra CCB 001660031	20.454	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
Santander FRN 4137155	13.940	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137161	13.940	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137241	20.904	-	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(20)	(8)					
Total em Moeda Nacional	85.202	65.658					
Resolução 4131 - Citibank BBA (1, 3 e 5)	-	24.840	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	30,18%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	55					
Total em Moeda Estrangeira	-	24.895					
Total	85.202	90.553					

(*) A = Aval Energisa S.A. e R=Recebíveis. (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (nota explicativa nº 32); (2) Em 31 de dezembro de 2020, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 32); (3) Condições de covenants – o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 até dez-20; 4,0 de março-21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas; (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (5) Em 16 de março e 24 e 27 de abril de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no montante de R$77.883.

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R$668 em 2019, registrados na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
LIBOR	0,28%	2,33%
UMBNB	0,10%	0,08%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	10.344
2023	187
2024	35
Total	10.566

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo – pós fixado						
CDI	-	20.000	(318)	530	-	20.212
IPCA	-	15.000	-	389	-	15.389
Gastos com captação	-	-	-	35	(562)	(527)
Total do custo	-	35.000	(318)	954	(562)	35.074
Circulante	-					251
Não circulante	-					34.823

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debentures 4ª Emissão	20.212	15/02/2020	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	1.764	11/10/2020	1.720 / 1.720	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	13.625	11/10/2020	13.280 / 13.280	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custo de captação incorrido na contratação	(527)						
Total	**35.074**						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a sua 4ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R$20.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$15.000 sendo: R$1.720 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,23% ao ano; R$13.280 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,47% ao ano. Os recursos serão utilizados para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de *covenants:*** As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x até dez/20; 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	19.946
Após 2025	14.877
Total	34.823

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes nas informações a serem prestadas. Por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamento operacional - Imóveis	5	8,89%	681	227	(134)	(28)	(9)	737
Total			**681**					**737**
Circulante			204					163
Não circulante			477					574

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2019
Arrendamento operacional - Imóveis	5	8,89%	772	38	(192)	63	681
Total							**681**
Circulante							204
Não circulante							477

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	105
2023	79
Após 2025	390
Total	**574**

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	10.055	9.808
Encargos sociais	534	421
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	414	387
Contribuição social s/ o lucro líquido – CSLL	286	378
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.349	2.298
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	43	51
Pis e Cofins -Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	737	663
Outros	261	279
Total	**13.679**	**14.285**
Circulante	10.415	11.214
Não circulante	3.264	3.071

(*) **Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS** - inclui R$1.838 (R$1.835 em 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6).

22. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições. Em junho de 2019, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu Tributos a recuperar de de PIS e de COFINS no ativo não circulante de R$72.030 (R$63.177 em 2019) e passivo não circulante de R$71.193 (R$62.477 em 2019), que estão líquido de honorários devidos aos advogados, consultoria e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ainda pendentes de edição. Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue:

	2020 Ativo	2020 Passivo	2019 Ativo	2019 Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS	72.030	-	63.177	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	(71.193)	-	(62.477)
Total do ativo e passivo não circulante	**72.030**	**(71.193)**	**63.177**	**(62.477)**

Demonstração do resultado do exercício	2020	2019
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins – outros passivos	(7.271)	(48.914)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins – tributos a recuperar	7.271	48.914
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	1.582	14.262
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(1.582)	(14.262)
Resultado apurado	-	-

(*) Deduzidos de R$837 (R$700 em 2019), referente aos custos com advogados, consultoria e tributos.

23. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (1)	121	87
Ministério de Minas e Energia – MME (1)	61	43
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL (1)	146	535
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1)	2.919	2.341
Programa de Eficiência Energética - PEE (1)	2.805	2.235
Total	**6.052**	**5.241**
Circulante	2.171	2.347
Não circulante	3.881	2.894

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2020	2019
Saldos iniciais – não circulante 2019 e 2018	**437**	**1.475**	**11**	**1.923**	3.149
Constituições de provisões	350	926	-	1.276	1.845
Reversões de provisões	(111)	(575)	(11)	(697)	(1.352)
Pagamentos realizados	(263)	(726)		(989)	(1.796)
Atualização monetária	12	47	-	59	77
Saldos finais – não circulante 2020 e 2019	**425**	**1.147**	-	**1.572**	**1.923**
Cauções e depósitos vinculados (*)				(246)	(187)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R$3.638 (R$3.343 em 2019). Deste total, R$3.392 (R$3.156 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Trabalhistas: A maioria dessas ações discutem horas extras e seus reflexos. **Cíveis:** Os processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. **Fiscais:** As ações de natureza fiscal têm por objeto discussões relacionadas a incidência do ICMS, e processamento da DCTF, finalizadas durante o exercício. **Perdas possíveis:** A Companhia possui processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
Saldo inicial – 2019 e 2018	**690**	**5.847**	**43.823**	**50**	**50.410**	**72.858**
Novos processos	185	5.670	6.631	-	12.486	9.548
Mudança de prognósticos e valor pedido	(121)	(1.665)	(3.240)	-	(5.026)	(23.846)
Encerramento	(305)	(1.801)	(28.170)	(51)	(30.327)	(11.575)
Atualização Monetária	25	372	537	1	935	3.425
Saldos finais –2020 e 2019	**474**	**8.423**	**19.581**	-	**28.478**	**50.410**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhistas, referem-se aos seguintes objetos: horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cíveis:** Ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; (iii) compra de energia elétrica; e (iv) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa. **Fiscais:** Ações de natureza fiscais e tributárias, contemplam discussões sobre: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos; e (ii) imposto de renda e contribuição social decorrente da glosa de despesas.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado é de R$82.532 (R$82.532 em 2019) e está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **25.2. Reserva de capital:**

	2020	2019
Reserva especial de ágio (a)	23.994	23.994
Remuneração de imobilizações	104	104
Programa de remuneração variável (ILP) (b)	334	111
Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento (c)	370	-
Total	24.802	24.209

(a) Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem. (b) Programa de remuneração variável – ILP – refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11). (c) Incentivo fiscal de Reinvestimento - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação. No exercício foi constituído R$370 deduzidos diretamente da reserva de lucros de incentivos fiscais. **25.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia deixou de constituir a reserva legal no exercício por ter o saldo da reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, excedido de 30% (trinta por cento) do capital social. **25.4. Reserva de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda):** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012, Ofício SUDENE nº 2.021 de 19/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou R$6.788 (R$7.647 em 2019) de redução de imposto de renda e adicionais. **25.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	34.369	36.675
Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)	(6.788)	(7.647)
Lucro líquido ajustado	**27.581**	**29.028**
Dividendos obrigatórios (25%)	6.894	7.257
• Valores pagos em 26 de março de 2020 – correspondem a R$11,8713839320 por ação ordinária (1)	3.477	-
• Valores pagos em 20 de novembro de 2020 – correspondem a R$4,3170755055 por ação ordinária (1)	1.264	-
• Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – correspondem a R$7,352309376 por ação ordinária	2.153	-
• Dividendos adicionais propostos – correspondem a R$0,70,62230647 em 2020 (R$16,96533977 em 2019) por ação ordinária (2)	20.687	4.970
• Valores pagos em 17 de julho de 2019 – correspondem a R$28,9562283088 por ação ordinária	-	8.482
• Valores pagos em 21 de agosto de 2019 – correspondem a R$17,4468740163 por ação ordinária	-	5.110
• Valores pagos em 13 de novembro de 2019 –correspondem a R$35,7300140653 por ação ordinária	-	10.466
Total dos dividendos	**27.581**	**29.028**
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(1) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 25 de março e 12 de novembro de 2020 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 29 de fevereiro e 30 de setembro de 2020, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **25.6. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial – 2019 e 2018	**661**	**610**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	29	77
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(10)	(26)
Saldo final – 2020 e 2019	**680**	**661**

26. RECEITA OPERACIONAL

	2020 Fora do escopo dos auditores independentes			2019 Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	191.990	276.632	181.059	187.174	254.405	179.487
Industrial	536	50.937	28.835	536	59.023	36.212
Comercial	15.417	119.909	81.423	15.286	134.713	95.583
Rural	15.078	24.990	12.780	14.909	23.921	12.013
Poder público	1.474	27.482	17.289	1.465	33.559	22.206
Iluminação pública	72	34.392	13.687	73	35.161	14.822
Serviço público	78	12.449	5.094	75	11.762	5.022
Consumo próprio	18	247	-	9	271	-
Subtotal	**224.663**	**547.038**	**340.167**	**219.527**	**552.815**	**365.345**
Suprimento de energia a concessionárias	1	29.796	23.581	1	28.829	25.660
Fornecimento não faturado líquido	-	(1.459)	(2.229)	-	1.686	1.192
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	27	-	16.658	15	-	17.913
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	15.544	-	-	14.143
Penalidades Regulatórias	-	-	(77)	-	-	(57)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-		(7.271)	-		(48.914)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins – tributos a recuperar	-		7.271	-		48.914
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	2.976	-	-	2.782
Constituição e amortização – CVA ativa e passiva	-	-	989	-	-	(6.859)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	22.038	-	-	17.858
Outras receitas operacionais	-	-	2.847	-	-	3.772
Total – receita operacional bruta	**224.691**	**575.375**	**422.494**	**219.543**	**583.330**	**441.749**

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	90.158	-	-	95.746
PIS	-	-	6.402	-	-	6.806
COFINS	-	-	29.488	-	-	31.351
ISS	-	-	125	-	-	174
Deduções bandeiras tarifárias – CCRBT (2)	-	-	(608)	-	-	822
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	1.056	-	-	1.066
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	264	-	-	267
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	11.440	-	-	20.351
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	528	-	-	533
Fundo Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico - FNDCT	-	-	528	-	-	533
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	264	-	-	267
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	394	-	-	364
Total – deduções da receita operacional	-	-	**140.039**	-	-	**158.280**
Total – receita operacional liquida	**224.691**	**575.375**	**282.455**	**219.543**	**583.330**	**283.469**

(1) A receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. (2) Bandeira tarifária - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram de R$2.268 (R$7.599 em 2019), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R$608 (pago R$822 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2020 foi de R$2.876 (R$6.777 em 2019).

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
Natureza do gasto	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	147.378	-	-	-	147.378	152.394
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	29.897	-	-	-	29.897	25.005
Pessoal e administradores	-	12.429	-	5.417	17.846	18.460
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	223	223	69
Benefícios pós emprego	-	118	-	191	309	214
Material	-	1.879	1	455	2.335	2.173
Serviços de terceiros	-	5.095	-	11.191	16.286	15.623
Depreciação e amortização	-	7.716	-	952	8.668	7.185
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	2.369	-	-	2.369	3.208
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(410)	(410)	(1.303)
Custo de construção	-	-	15.544	-	15.544	14.143
Outras	-	290	28	1.292	1.610	3.379
Total	**177.275**	**29.896**	**15.573**	**19.311**	**242.055**	**240.550**

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		R$	
	2020	2019	2020	2019
Energia de leilão	318.860	317.185	66.587	69.107
Energia bilateral	89.421	89.187	26.946	25.595
Cotas de Angra REN 530/12	27.886	28.213	7.879	6.509
Energia de curto prazo - CCEE (*)	2.862	5.563	28.433	30.543
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	182.309	192.517	25.015	26.118
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	13.244	13.141	4.444	5.477
Energia de reserva – ERR	-	-	2.817	1.406
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(14.743)	(12.361)
Total	**634.582**	**645.806**	**147.378**	**152.394**

(*) Energia de curto prazo – CCEE - inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva. (**) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

28. OUTROS RESULTADOS

	2020	2019
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	928	1.548
	928	**1.548**
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.155)	(936)
Outros	(85)	(72)
	(1.240)	**(1.008)**
Total	**(312)**	**540**

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.493	1.821
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.662	5.117
Juros ativos financeiros setoriais	161	464
Juros Selic s/ impostos a recuperar	405	501
Tributos s/ receitas financeiras	(474)	(1.046)
Efeitos da redução do ICMS – PIS/COFINS	1.582	14.262
Outras receitas financeiras	900	325
Total receita financeira	**9.729**	**21.444**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas – juros	(4.883)	(5.981)
Variação monetária e cambial	(5.296)	(956)
(-) Transferência para ordens em curso	46	36
Marcação a mercado da dívida	55	108
Marcação a mercado derivativos	(55)	(108)
Instrumentos financeiros derivativos	4.911	588
Atualização de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(59)	(77)
Ajuste valor presente ativo	552	787
Juros passivos financeiros setoriais	55	236
Despesas bancárias	(695)	(648)
Comissão de aval	(1.412)	(1.348)
Multas e juros s/ tributos e contribuições	(87)	(184)
Efeitos da redução do ICMS – PIS/COFINS	(1.582)	(14.262)
Outras despesas financeiras	(420)	198
Total despesa financeira	**(8.870)**	**(21.611)**
Despesas financeiras liquidas	**859**	**(167)**

30. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	34.369	36.675
Média ponderada das ações	293	293
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	117,30	125,17

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

			Prêmio Anual	
Ramos	**Data de Vencimento**	**Importância Segurada**	**2020**	**2019**
Risco Operacional	22/11/2021	90.000	65	93
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	49	72
Auto – Frota	23/10/2021	Até R$ 360 / veículo	7	25
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	10.069	30	22
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	5	3
Transporte Nacional	04/04/2021	Até R$2.000 / viagem	1	1
			157	**216**

(*) Importância segurada relativa ao mês de janeiro/2021 e projeção deprêmio anualizado.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R$2.976 (R$2.782 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		10.760	10.760	23.075	23.075
Consumidores e concessionárias		59.389	59.389	49.828	49.828
Ativos financeiros setoriais		12.682	12.682	16.258	16.258
		82.831	**82.831**	**89.161**	**89.161**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	98.394	98.394	10.554	10.554
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	83.806	83.806	74.014	74.014
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	4.760	4.760
		182.200	**182.200**	**89.328**	**89.328**

		2020		2019	
PASSIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado					
Fornecedores		38.773	38.773	25.273	25.273
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		120.276	119.703	90.553	90.454
Arrendamentos operacionais		737	737	681	681
Passivos financeiros setoriais		25.522	25.522	14.543	14.543
		185.308	**184.735**	**131.050**	**130.951**

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambil além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge" accounting. Em 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$55(R$108 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2020	2019
Dívida (a)	120.276	90.553
Caixa e equivalente de caixa	(10.760)	(23.075)
Dívida líquida	109.516	67.478
Patrimônio líquido	158.359	135.612
Índice de endividamento líquido	0,69	0,50

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez: A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		38.087	-	-	-	686	38.773
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	5,24%	36.235	42.301	33.544	2.347	22.213	136.640
Total		**74.322**	**42.301**	**33.544**	**2.347**	**22.899**	**175.413**

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalente de caixa	5.1	10.760	23.075
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	98.394	10.554
Consumidores e concessionárias	6	59.389	49.828
Ativos financeiros setoriais	9	12.682	16.258
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	83.806	74.014
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	4.760

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia não são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 31 de dezembro de 2020 de R$120.823 (R$90.561 em 2019), (R$24.895 em 2019) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuia empréstimos em moeda estrangeira suscetíveis à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2020	2019
Ativo circulante	-	4.760

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida designada para "Fair Value Option"	-	**20.000**	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(24.892)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	24.892
Swap Cambial (Derivativo)	-	20.000	**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	-	(20.132)
			Posição Líquida Swap	-	4.760
	-	20.000	**Posição Líquida Dívida + Swap**	-	(20.132)

O valor justo dos derivativos contratados, pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF. **(1) Variação das taxas de juros:** Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77%, TJLP = 6,17 ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (1)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	103.168	Alta CDI	2.063	2.579	3.095
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e	(104.479)	Alta CDI	(2.090)	(2.613)	(3.135)
debêntures	(15.389)	Alta IPCA	(696)	(870)	(1.044)
Subtotal (2)	(119.868)		(2.786)	(3.483)	(4.179)
Total -perdas (2)	**(16.700)**	-	**(723)**	**(904)**	**(1.084)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 4,52% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$955.

Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

33.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões: A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Borborema de modalidade Benefício Definido (BD) e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. **a. Plano de Benefícios Borborema (BD):** É um plano na modalidade de benefícios definido que passou a ser administrado pela EnergisaPrev a partir de abril de 2018, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 1.138 de 11/12/2017, e está fechado para novas inscrições. Este plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. O Plano assegura: I. aos participantes: • Complementação de Aposentadoria Normal; • Complementação de Aposentadoria Antecipada; • Complementação de Aposentadoria por Invalidez. II. aos beneficiários: • Complementação de Pensão por Morte. **b. Plano de Contribuição Definida - Energisa CD:** O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33 (R1). **c. Migração entre planos:** Em 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes do Plano Borborema para o Plano Energisa de Contribuição Definida – Energisa CD, com 81% de adesão, sendo 43% dos Assistidos e 95% dos Ativos, correspondente a 42% das reservas matemáticas, em processo autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020 e se enecerrou em novembro de 2020. A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício foi de R$309 (R$214 em 2019). **33.1.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos – avaliação atuarial:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:	2020	2019
Número Participantes	2	32
Número Assistidos	6	10
Número Beneficiários Pensionistas	2	3

b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:	2020	2019
I - Premissas Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral (1)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	Light Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI-85	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Padrão	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21%	2,87%
Expectativa de Inflação Futura	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31%	6,47%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	N/A	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88%	3,00%
Taxa de Rotatividade	0,00%	5,73% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário	Crédito Unitário

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2020	2019
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	12.930	10.576
Ganhos/ (Perdas) dos ativos	(540)	1.818
Retorno esperado dos ativos do plano	823	951
Contribuições do empregador	45	61
Contribuições dos participantes do plano	74	85
Benefícios pagos	(513)	(561)
Custo do Serviço Passado (encurtamento/curtailment)	(5.456)	-
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**7.363**	**12.930**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2020	2019
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	11.498	8.751
Custo do serviço corrente	140	103
Custo dos juros	729	780
Contribuições de participantes	74	85
(Ganhos) /Perdas atuariais	397	2.340
Benefícios pagos	(513)	(561)
Custo do Serviço Passado (encurtamento/curtailment)	(4.994)	-
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**7.331**	**11.498**

Posição líquida dos planos	2020	2019
Valor justo dos ativos	7.363	12.930
Valor presente das obrigações	(7.331)	(11.498)
Posição líquida	**32**	**1.432**
Limite do Ativo	**(32)**	**(1.432)**
Superavit passível de recolhimento	-	-

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos do plano	2020	2019
Investimentos:		
Títulos públicos	84,24%	82,48%
Fundos de investimento	12,85%	16,85%
Empréstimos e financiamentos	0,81%	0,67%
Créditos privados e depósitos	2,05%	-
Outros realizáveis	0,05%	-
Total	**100,00%**	**100,00%**

e. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	2020	2019
Valor presente das obrigações Atuariais real	7.331	11.498
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	7.537	11.639
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	7.133	10.904

33.2. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/ seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) foi de R$5 (R$31 em 2019), tendo sido apurado no exercício o montante de R$26 (R$64 em 2019) dos quais R$1 (R$4 em 2019) foi registrado na rubrica benefícios pós emprego – despesa de pessoal, R$2 (R$9 em 2019) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R$29 (R$77 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos, no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com o plano de saúde foram de R$1.237 (R$1.151 em 2019). Inclui R$1 (R$4 em 2019), referente a cálculo atuarial do plano de saúde. Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020	2019
Valor presente da obrigação no início do ano	31	95
Custo do serviço corrente bruto	1	4
Juros sobre obrigação atuarial	2	9
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(29)	(77)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	5	31
Circulante	1	3
Não circulante	4	28

Demonstração das despesas para o exercício de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente	1
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

Variáveis Econômicas	2020	2019
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,39%
Expectativa real de inflação futura	3,00%	3,50%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	6,91%	7,01%
Taxa de crescimento de benefícios	3,00%	3,50%
Taxa real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,12%	7,64%
Taxa de Rotatividade	9,50%	11,00%
Permanência no plano de aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	Nulo	0,00%
Tábuas Biométricas		
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
C		LIGHT (Fraca)
		Crédito unitário projetado

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia					
Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 a 2054	115.975	94.658	88.780	86.520	1.423.731

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

35. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: **1.** Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS – Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia; **2.** Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados – RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA; Plano de Controle Ambiental – PCA; e Inspeções Ambientais; **3.** Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 – Saúde e Segurança e ISO 14.001 – Meio Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretende mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho; **4.** A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da Companhia, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais; **5.** Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas; **6.** Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R`s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores); **7.** Projeto Pilheta – projeto voltado para conscientização ambiental da população, com foco na distribuição de totens, disciplinando a correta maneira de destinação final de resíduos classe I por parte dos municípios, realizando a propagação da logística reversa e sua real importância como engajamento das partes interessadas e cadeia de valor no tocante as prefeituras e sua população. Com isso, por meio do engajamento de todos se faz o recolhimento de pilhas/baterias e destina-se para empresas de processamento e transformação realizando a reciclagem do material; **8.** Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes com selo Procel e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder; **9.** Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande, com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos; e **10.** Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R$9.290 (R$8.245 em 2019), sendo R$8.980 (R$7.854 em 2019) alocados no ativo intangível e R$310 (R$391 em 2019) em custos e despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	6.967	7.938
Ativo financeiro indenizável da concessão – Valor justo ativo indenizável	2.976	2.782
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.187	1.347
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	218	810
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	8.854	63.176
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.187	1.347
Intangivel – CPC 06 (R2)	218	810
Atividades de financiamento		
Capitalização de reservas		-

37. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1. Bandeiras tarifárias: A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **38.2. Revisão tarifária:** A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.832 de 02 de fevereiro de 2021, e Nota Técnica nº 06/2021-SGT/ANELL, aprovou o resultado da quinta revisão tarifária da Companhia a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2021, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 5,21%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	4,06%
Alta e Média Tensão	8,61%
Total	5,21%

38.3. Pagamentos de dividendos do exercício de 2020: Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R$ 22.840, correspondente a R$ 77,9746158494 por ação ordinária do capital social, a serem pagos a partir de 12 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
André La Saigne de Botton - Conselheiro Independente
Marcílio Marques Moreira - Conselheiro Independente
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro Independente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro
Maurício Perez Botelho - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcio Mario Zidan - Diretor Presidente
Jairo Kennedy Soares Perez - Diretor Técnico e Comercial
Mauricio Perez Botelho - Diretor Financeiro
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem Designação Específica
Vicente Côrtes de Carvalho - Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Rosilda Régis Vieira da Costa - Contadora - CRC/PB 3.764/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Campina Grande - PB.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de março de 2021. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP015199/O-6; Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador - CRC - 1RJ093771/O-9.

GRUPO energisa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

ENERGISA PARAÍBA
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 09.095.183/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba", "EPB" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:

1,5 milhão	98	3,5 milhões	54.087	2.331	216
Clientes Cativos	Clientes Livres	Habitantes	Km²	Colaboradores (1.866 próprios e 465 terceirizados)	Municípios

Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações - nº	65	64	1
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.403	1.324	79
Linhas de transmissão - km	2.324	2.290	34
Redes de distribuição - km	76.323	75.685	638
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	63.741	62.523	1.218
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.763	1.705	58

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.
No Prêmio Abradee - Edição Especial 2020, da Associação Brasileira de Distribuidoras, a Energisa Paraíba apresentou evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), de 77,3% para 83,3%, com melhora em 26 dos 29 atributos avaliados pela premiação, acima da média nacional de 74,9%. A pesquisa com consumidores foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2020 por telefone por causa do distanciamento social.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques
Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.253,7	3.243,4	+ 0,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.070,5	3.086,8	- 0,5
Receita Operacional Líquida	2.256,7	2.143,8	+ 5,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.073,4	1.987,2	+ 4,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	428,4	378,3	+ 13,3
EBITDA	509,7	454,6	+ 12,1
EBITDA Ajustado	559,5	499,9	+ 11,9
Resultado financeiro	10,0	(9,4)	-
Lucro Líquido	366,9	314,2	+ 16,8
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	3.293,1	2.841,8	+ 15,9
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	432,4	171,0	+ 152,9
Patrimônio Líquido	1.121,9	930,6	+ 20,6
Endividamento Líquido	582,2	725,1	- 19,7
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.482,7	1.438,6	+ 3,1
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) (1)	3.746,1	3.768,0	- 0,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) (1)	4.390,1	4.410,7	- 0,5
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) (2)	24,8	23,3	+ 1,5 p.p.

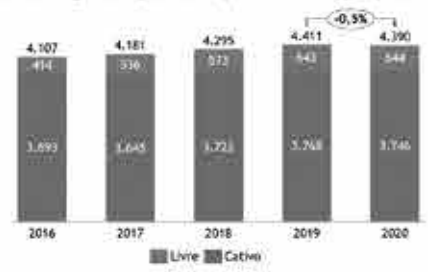
(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) BITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia
Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 4.390,1 GWh, redução de 0,5% em relação a 2019.
No 4T20, o consumo, cativo e livre, aumentou 2,4%, puxado pela classe residencial (+11,3 % 51,1 GWh), motivada pelas altas temperaturas e baixo volume pluviométrico, além de efeito calendário; e rural (+10,5% 9,7 GWh), influenciada pela cultura do açúcar e aumento de áreas fazendo uso de irrigação mecânica. Em contrapartida, a classe comercial (-6,5% 13,8 GWh) e industrial (-0,7% 1,4 GWh) amargaram quedas, principalmente devido aos efeitos das restrições impostas pela pandemia, sendo a segunda ainda impactada pela redução de atividade no setor de minerais não metálicos, devido à desativação de planta local.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	**504,3**	**453,3**	**+ 11,3**	**1.912,4**	**1.766,4**	**+ 8,3**
Industrial	**201,4**	**202,7**	**- 0,7**	**712,8**	**789,6**	**- 9,7**
Cativo Industrial	48,1	53,1	- 9,3	176,7	239,2	- 26,1
Livre Industrial	153,2	149,7	+ 2,4	536,1	550,4	- 2,6
Comercial	**198,6**	**212,5**	**- 6,5**	**729,8**	**812,9**	**- 10,2**
Cativo Comercial	164,7	183,1	- 10,1	621,9	720,6	- 13,7
Livre Comercial	33,9	29,4	+ 15,6	107,9	92,3	+ 16,9
Rural	**102,3**	**92,6**	**+ 10,5**	**325,6**	**294,7**	**+ 10,5**
Cativo Rural	102,3	92,6	+ 10,5	325,6	294,7	+ 10,5
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	**177,0**	**195,1**	**- 9,3**	**709,5**	**747,1**	**- 5,0**
Cativo Outros	177,0	195,1	- 9,3	709,5	747,1	- 5,0
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	**996,5**	**977,2**	**+ 2,0**	**3.746,1**	**3.768,0**	**- 0,6**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	187,2	179,0	+ 4,5	644,1	642,7	+ 0,2
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**1.183,6**	**1.156,2**	**+ 2,4**	**4.390,1**	**4.410,7**	**- 0,5**
4 Fornecimento não faturado	15,4	29,8	- 48,3	(2,7)	11,9	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**1.199,0**	**1.186,0**	**+ 1,1**	**4.387,4**	**4.422,6**	**- 0,8**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.
O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 1.482.688 unidades consumidoras cativas, número 3,1% superior ao registrado no fim de 2019 e com 98 consumidores livres.

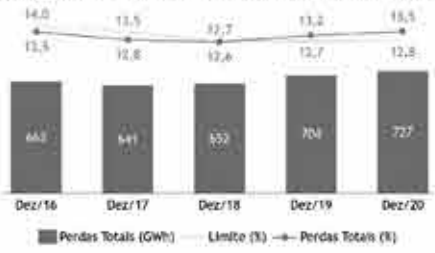
3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")
A Companhia apresentou ao longo do primeiro trimestre de 2020, uma reversão na trajetória de crescimento observada em 2019, porém voltou a apresentar crescimento a partir do segundo trimestre, desta vez motivada pelos efeitos causados pela pandemia. No quarto trimestre o indicador fechou em 13,53%, resultado 0,33 pontos percentuais acima de dezembro de 2019, tendo como principal ofensor as ações restritivas impostas pela pandemia, que contribuíram para a redução brusca de mercado, causando o "efeito de base" e o aumento de novas fraudes, impactando respectivamente em 0,46 e 0,42 ponto percentual o índice de perda. Para fazer frente a estes aumentos, foi construído um plano de retomada, implementado após a flexibilização das medidas restritivas, que inclui a ampliação das equipes de inspeção, ampliação das medidas de blindagem e está alinhado com a estratégia que objetiva alcançar o nível de perda inferior ao referencial regulatório. As ações do plano de retomada ainda não geraram os benefícios suficientes para anular os efeitos causados pela pandemia, mas deram neste último trimestre uma sinalização importante de contenção do crescimento, dado que o índice de perdas se manteve quase que estável na comparação com o terceiro trimestre.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	
8,85	8,84	8,82	4,35	4,67	4,71	13,19	13,51	13,53	12,76

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var.(%)(1)
472,1	471,4	473,8	231,9	249,2	252,7	704,0	720,6	726,5	+ 0,8

(1) Variação dezembro de 2020/setembro de 2020.
Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência
3.3.1. Taxa de Inadimplência
A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:
Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez/20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
EPB	1,45	0,99	0,46	1,16	0,18

3.3.2. Taxa de Arrecadação
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/20	dez/19	Variação em p. p.
EPB	97,10	97,48	- 0,39

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC
O indicador DEC apresentou leve aumento de 0,41 horas, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2020. O FEC, por sua vez, apresentou aumento de 0,29 vezes, em dezembro de 2020. Ambos com resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel.
Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional
Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de coristrução que é atribuída margem zero, de R$ 3.070,5 milhões contra R$ 3.086,8 milhões registrados em 2019, redução de 0,5% (R$ 16,3 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 4,3% (R$ 86,3 milhões) no período, para R$ 2.073,4 milhões.
A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**680,5**	**667,7**	**+ 1,9**	**2.475,3**	**2.639,3**	**- 6,2**
Residencial	374,9	342,1	+ 9,6	1.362,2	1.361,2	+ 0,1
Industrial	32,8	34,8	- 5,9	117,6	155,5	- 24,4
Comercial	127,3	141,0	- 9,7	470,7	565,7	- 16,8
Rural	48,5	41,7	+ 16,3	153,0	138,3	+ 10,6
Outras classes	97,0	108,1	- 10,2	371,9	418,6	- 11,2
(+) Suprimento de energia elétrica	122,8	1,6	+ 7.804,6	172,1	149,8	+ 14,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	10,7	15,9	- 32,9	0,1	6,3	- 99,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	33,7	30,1	+ 11,9	119,2	108,5	+ 9,9
(+) Receitas de construção	59,1	55,7	+ 6,1	183,2	156,6	+ 17,0
(+) Constituição e amortização - CVA	48,3	(7,7)	-	30,8	(39,0)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	55,4	48,3	+ 14,8	236,8	185,1	+ 28,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	19,2	10,5	+ 82,1	26,4	24,3	+ 8,9
(+) Outras receitas	3,4	3,9	- 13,5	9,7	12,5	- 22,7
(=) Receita bruta	**1.032,9**	**825,9**	**+ 25,1**	**3.253,7**	**3.243,4**	**+ 0,3**
(-) Impostos sobre vendas	250,9	237,2	+ 5,8	907,4	934,6	- 2,9
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(2,2)	7,2	-	(5,7)	21,8	-
(-) Encargos setoriais	25,6	20,4	+ 25,3	95,4	143,2	- 33,4
(=) Receita líquida	**758,7**	**561,1**	**+ 35,2**	**2.256,7**	**2.143,8**	**+ 5,3**
(-) Receitas de construção	59,1	55,7	+ 6,1	183,2	156,6	+ 17,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**699,6**	**505,4**	**+ 38,4**	**2.073,4**	**1.987,2**	**+ 4,3**

Foram determinantes para esse desempenho:
i) Crescimento de 7.804,6% (R$ 121,3 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (crescimento de 14,9% ou R$ 22,3 milhões em 2020 sobre 2019).
ii) Aumento de 1,9% (R$ 12,8 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (redução de 6,2% ou R$ 164,1 milhões em 2020 sobre 2019);
iii) Crescimento de 82,1% (R$ 8,7 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 8,9% ou R$ 2,2 milhões em 2020 sobre 2019); e
iv) Aumento de 11,9% (R$ 3,6 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 9,9% ou R$ 10,7 milhões em 2020 sobre 2019).

4.2. Despesas operacionais
As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 1.645,0 milhões em 2020 e R$ 571,0 milhões no 4T20, aumentos de 2,2% (R$ 36,1 milhões) e 39,2% (R$ 160,9 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram redução de 3,1% (R$ 3,1 milhões), totalizando R$ 94,4 milhões no 4T20. No acumulado essas despesas totalizaram R$ 284,5 milhões, decréscimo de 6,9% (R$ 21,1 milhões) ante os R$ 305,6 milhões registrados no 2019.
A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**454,8**	**291,1**	**+ 56,2**	**1.245,0**	**1.203,8**	**+ 3,4**
1.1 Energia comprada	402,0	254,5	+ 57,9	1.066,9	1.068,8	- 0,2
1.2 Transporte de potência elétrica	52,7	36,5	+ 44,3	178,1	135,0	+ 32,0
2 Custos e Despesas controláveis	**96,4**	**99,8**	**- 3,4**	**320,4**	**331,4**	**- 3,3**
2.1 PMSO	**94,4**	**97,5**	**- 3,1**	**284,5**	**305,6**	**- 6,9**
2.1.1 Pessoal	47,1	37,9	+ 24,1	119,0	113,1	+ 5,2
2.1.2 Fundo de pensão	(3,2)	5,5	-	4,2	22,1	- 81,1
2.1.3 Material	6,6	5,0	+ 31,5	20,7	19,3	+ 7,1
2.1.4 Serviços de terceiros	37,1	38,0	- 2,4	121,2	127,3	- 4,8
2.1.5 Outras	6,9	11,0	- 37,4	19,5	23,8	- 18,0
Multas e compensações	0,2	0,2	+ 16,3	0,8	1,6	- 51,3
Contingências (liquidação de ações cíveis)	2,3	1,2	+ 95,1	7,4	5,7	+ 30,8
Outros	4,4	9,6	- 54,9	11,3	16,5	- 31,6
2.2 Provisões/Reversões	**2,0**	**2,3**	**- 14,8**	**35,9**	**25,7**	**+ 39,5**
2.2.1 Contingências	1,0	(0,3)	-	(1,6)	(1,3)	+ 17,0
2.2.2 Devedores duvidosos	1,0	2,6	- 61,8	37,5	27,1	+ 38,4
3 Demais receitas/despesas	**19,8**	**19,2**	**+ 3,2**	**79,5**	**73,8**	**+ 7,8**
3.1 Depreciação e amortização	21,3	19,6	+ 8,8	81,2	76,3	+ 6,4
3.2 Outras receitas/despesas	(1,5)	(0,4)	+ 298,1	(1,7)	(2,5)	- 33,6
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**571,0**	**410,1**	**+ 39,2**	**1.645,0**	**1.608,9**	**+ 2,2**
Custo de construção (*)	59,1	55,7	+ 6,1	183,2	156,6	+ 17,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**630,1**	**465,8**	**+ 35,3**	**1.828,2**	**1.765,5**	**+ 3,6**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa
A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

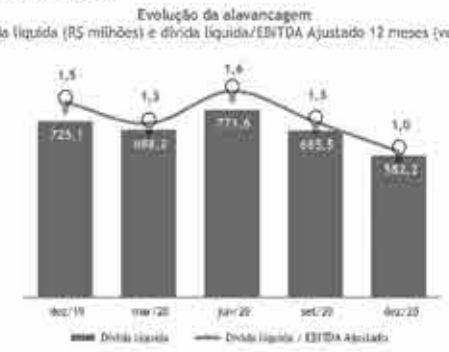
Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$	2020	2019	Var. %	Var. R$
(=) Lucro Líquido	**108,0**	**85,3**	**+ 26,6**	**22,7**	**366,9**	**314,2**	**+ 16,8**	**52,7**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(26,1)	(12,6)	+ 107,3	(13,5)	(71,5)	(54,6)	+ 30,9	(16,9)
(-) Resultado financeiro	5,5	2,6	+ 112,1	2,9	10,0	(9,4)	-	19,4
(-) Depreciação e amortização	(21,3)	(19,6)	+ 8,8	(1,7)	(81,2)	(76,3)	+ 6,4	(4,9)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**149,9**	**114,9**	**+ 30,5**	**35,0**	**509,7**	**454,6**	**+ 12,1**	**55,1**
(+) Receita de acréscimos moratórios	15,3	11,9	+ 28,0	3,3	49,8	45,3	+ 9,9	4,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**165,2**	**126,8**	**+ 30,2**	**38,3**	**559,5**	**499,9**	**+ 11,9**	**59,6**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	21,8	22,6	- 0,8 p.p.	-	24,8	23,3	+ 1,5 p.p.	-

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Caixa e Endividamento
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 425,4 milhões em dezembro, frente aos R$ 323,4 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R$ 7,0 milhões em dezembro, contra R$ 57,1 milhões em setembro de 2020.
Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 582,2 milhões, contra R$ 685,5 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,3 vezes em setembro para 1,0 vezes em dezembro de 2020.
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**252,7**	**261,4**	**179,2**
Empréstimos e financiamentos	156,3	163,7	131,7
Debêntures	86,6	87,9	55,3
Encargos de dívidas	7,8	5,2	0,7
Benefícios pós emprego	8,3	9,6	9,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(6,2)	(4,9)	(18,1)
Não Circulante	**754,8**	**747,4**	**779,4**
Empréstimos e financiamentos	8,6	9,8	87,9
Debêntures	665,9	634,7	605,2
Benefícios pós emprego	120,2	133,2	132,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(39,9)	(30,3)	(46,5)
Total das dívidas	**1.007,6**	**1.008,9**	**958,6**
(-) Disponibilidades financeiras	432,4	380,5	171,0
Total das dívidas líquidas	**575,1**	**628,4**	**787,6**
(-) Créditos CDE	36,9	29,9	33,2
(-) Créditos CVA	(44,0)	(87,0)	29,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**582,2**	**685,5**	**725,1**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (1)	1,0	1,3	1,5

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



5.2. Cronograma de amortização das dívidas
O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

6. INVESTIMENTOS

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R$ 197,8 milhões em 2020, ante R$ 192,5 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R$ 55,6 milhões.
A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	50,5	40,2	+ 25,6	181,5	163,5	+ 11,0
Obrigações Especiais	2,6	3,0	- 13,3	5,8	13,8	- 58,0
Ativo não Elétrico	2,5	9,8	- 74,5	10,5	15,2	- 30,9
Total dos Investimentos	**55,6**	**53,0**	**+ 4,9**	**197,8**	**192,5**	**+ 2,8**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.
Entre as realizações no ano, destacaram-se investimentos em subestações, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia e flexibilidade operacional:
- ✓ Construção da nova Subestação Altiplano 69/13,8 kV - 50 MVA;
- ✓ Construção da linha de distribuição de alta tensão 69 kV Coremas/Sousa, com 53 km de extensão;
- ✓ Construção da Seccionadora 69 kV Cabedelo;
- ✓ Ampliação da subestação 69/13,8 kV Distrito, de 25 para 50 MVA;
- ✓ Ampliação da subestação 69/13,8 kV Cristo, de 25 para 40 MVA;
- ✓ Ampliação da subestação 69/13,8 kV Cajazeiras, de 25 para 37,5 MVA;
- ✓ Substituição de 07 transformadores de força depreciados, nas SEDs Cruz do Peixe, Mussuré I, Pocinhos, Soledade, Areia, Caaporã e Cabedelo;
- ✓ Implantação de rede coletora de esgotos na sede EPB.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 292,7 milhões (R$ 318,7901306852 00 por ação ordinária), já tendo sido pagos R$ 55,2 milhões (R$ 60,1176941164 por ação ordinária), em 26 de março de 2020.
Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 237,5 milhões, equivalente a R$ 258,672480134100 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

8. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Paraíba busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 1.866 colaboradores próprios e 465 contratados de

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Grupo energisa

terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R$ 430,1 mil em treinamento e educação, com a média de 47,7 horas por empregado de cargos operacionais, 19,8 horas de cargo administrativos e 30,7 horas para cargos gerenciais.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Paraíba, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro.

No ano, houve expressiva redução nos indicadores de acidentes da Companhia, destacando a taxa de frequência da força de trabalho (próprios e terceiros), que passou de 6,74 em 2019 para 4,45 em 2020. A taxa de gravidade (próprios e terceiros), de 1.009,35 no ano anterior, foi de 26,19. Não ocorreu nenhum óbito no ano.

A principal iniciativa envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa.

Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, monitoramento de exames periódicos e campanhas de saúde e prevenção de doenças, como o Outubro Rosa, de câncer de mama. Em 2020, a Energisa Paraíba aplicou uma iluminação especial em uma de suas principais unidades, como forma de apoiar a causa e lembrar clientes e colaboradores da importância dos exames preventivos.

Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Paraíba, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio de atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

10.1. Eficiência energética

A Energisa Paraíba investiu R$ 5,4 milhões em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 12.134 unidades consumidoras e permitiram economizar 2.458 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano, foram substituídas 123 mil lâmpadas e 1.400 geladeiras.

Já o projeto Energia em Foco beneficia órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde. Como destaque em 2020 estão os projetos em parceria com as prefeituras Sumé, Picuí, Rio Tinto, Guarabira, Remígio, Belém, Sapé para a troca de 1.603 mil lâmpadas por unidades com tecnologia LED, que deve gerar uma economia de 1.786,43 MWh/ano para o estado. Em iluminação pública, foram substituídas aproximadamente 5,2 mil luminárias em 22 municípios. No Hospital SAS (Campina Grande) houve a 146 lâmpadas e 61 aparelhos de ar-condicionado, além da instalação de um sistema de aquecimento solar para água de banho, prevendo economizar cerca de R$ 100 mil por ano na conta de energia.

10.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da Covid-19 e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional que na Paraíba contou com doação de alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para três instituições beneficentes que cuidam de idosos (Abrigo São Vicente de Paulo, em Guarabira, Lar dos Velhinhos, em Patos, e Abrigo Jesus, Maria e José, em Sousa). A Energisa Paraíba também doou e transportou respiradores durante a pandemia.

Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais mantidos pela Energisa na Paraíba, assim como em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Mato Grosso do Sul.

A Usina Cultural, instalada em João Pessoa, promove atividades de literatura, música, cinema, teatro e artes plásticas. O local também abriga o Espaço Energia, museu tecnológico e interativo que aborda a história da eletricidade e seu uso. Com a pandemia, essas instalações fechadas para o público a partir de março. Entre 2019 e até março de 2020, cerca de 26 mil alunos visitaram Espaço Energia.

Outro destaque foi Projeto Bem da Gente, de capacitação a empreendedores novos e já atuantes, por meio de cursos e orientações sobre práticas empresariais que visam ao desenvolvimento social e econômico com base em negócios autossustentáveis e inclusivos. Em 2020, a partir do grupo formado por empreendedores que participaram de todas as etapas do projeto, desde 2012, foi possível mensurar variáveis de impactos positivos. A média de faturamento mensal dos estabelecimentos, por exemplo, ficou 44% acima daqueles que optaram por não continuar no programa.

Outras iniciativas em 2020 envolveram a entrega de 200 Kits Natalinos a instituições como Lar da Criança, Hospital Napoleão Laureano, Lar da Providência, Donos do Amanhã; e a doação de 1.287 cestas básicas para moradores de comunidades de João Pessoa e Campina Grande, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

10.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Paraíba é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais.

Há campanhas de consumo consciente de energia, que é monitorado mensalmente com o apoio de um indicador interno sobre a energia usada nos empreendimentos, com o uso de dispositivos para redução de consumo. Para reduzir emissões atmosféricas, todos os veículos da Companhia usam Diesel S500, que contém baixo teor de enxofre.

Por meio do projeto Parceiros do Meio Ambiente, a Companhia dissemina informações sobre qualidade da biodiversidade com envolvimento da cadeia de suprimentos. Adicionalmente, realiza mapeamento de queimadas criminosas em parceria com poder público e polícia civil. Além disso, apoia a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, por meio do convênio que produz conhecimentos acerca de arborização urbana, paisagismo de cidades, sustentabilidade e melhoria da qualidade ambiental.

Outras iniciativas de 2020 incluem:

- ✓ Projeto Prédio Sousa: Construção do novo prédio no Sertão da Paraíba balizado com critérios de sustentabilidade, como a adoção de elementos que contribuam para reduzir o consumo de energia e água. A obra recebeu em 2020 o Certificado Selo Verde - Construções Sustentáveis;
- ✓ Projeto Pilhetas: Entrega a prefeituras da Paraíba de seis totens para a coleta e destinação final de pilhas e baterias, sendo toda a gestão por parte do órgão;
- ✓ Projeto Água nas Subestações: Captação/reutilização de água do ar-condicionado na limpeza dentro das subestações (2019/2020);
- ✓ Projeto Reciclagem Digital: Doação de sete computadores provenientes do reaproveitamento de componentes eletrônicos de equipamentos inservíveis. Os municípios beneficiados foram: Santa Rita, Olho D'água, Patos, Santa Luzia, Catolé do Rocha, Uiraúna e Pombal e Malta;
- ✓ Projeto Oito Verde: Apoio no combate à seca e realização de recuperação de mata ciliar dos açudes. Foram plantadas aproximadamente 4 mil mudas nos municípios da Região Centro;
- ✓ Projeto Bacia de Contenção e Caixa separadora de Água e Óleo: Instalação nas subestações da EPB até 2025.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R$ 1.208 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de cálculo	2020	2019
Receita líquida (RL)	2.256.655	2.143.771
Resultado operacional (RO)	438.465	368.874
Folha de pagamento bruta (FPB)	102.519	98.503

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	18.352	17,90%	0,81%	17.754	18,11%	0,83%
Encargos sociais compulsórios	21.257	20,73%	0,94%	21.915	22,40%	1,02%
Previdência privada	4.166	4,06%	0,18%	22.092	22,59%	1,03%
Saúde	7.663	7,47%	0,34%	7.138	7,30%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	2.756	2,69%	0,12%	2.671	2,73%	0,12%
Educação	138	0,13%	0,01%	140	0,14%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	526	0,51%	0,02%	2.432	2,49%	0,11%
Creches ou auxílio-creche	153	0,15%	0,01%	202	0,21%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	20.364	19,86%	0,90%	13.527	13,83%	0,63%
Outros	3.304	3,22%	0,15%	2.336	2,39%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	**78.679**	**76,72%**	**3,48%**	**90.167**	**92,19%**	**4,20%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	755	0,17%	0,03%	1.267	0,34%	0,06%
Cultura	1.186	0,27%	0,05%	1.154	0,31%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	77	0,02%	0,00%	315	0,09%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	450	0,10%	0,02%	128	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**2.468**	**0,56%**	**0,10%**	**2.864**	**0,77%**	**0,13%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	856.682	195,38%	37,96%	893.586	242,25%	41,68%
Total - Indicadores sociais externos	**859.150**	**195,94%**	**38,06%**	**896.450**	**243,02%**	**41,81%**

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	83.584	19,06%	3,70%	73.477	19,92%	3,43%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**83.584**	**19,06%**	**3,70%**	**73.477**	**19,92%**	**3,43%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional	2020	2019
Nº de empregados(as) ao final do período	1.866	1.828
Nº de admissões durante o período	131	183
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	465	614
Nº de estagiários(as)	4	25
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	279	261
Nº de mulheres que trabalham na empresa	268	260
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,69%	26,56%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	913	883
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	24,62%	27,60%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	89	89

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	61,93			61,93		
Número total de acidentes de trabalho	4			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 385.231	no Procon 403	na Justiça 3.141	na empresa 365.969	no Procon 371	na Justiça 2.895
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,32%	no Procon 25,60%	na Justiça 18,20%	na empresa 100%	no Procon 28,20%	na Justiça 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020: 1.510.427**			**Em 2019: 1.649.480**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64% governo 7% colaboradores(as) 19% acionistas 4% terceiros 6% retido			64% governo 7% colaboradores(as) 15% acionistas 10% terceiros 4% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	5.790	9.426
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.648	5.512
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**7.438**	**14.938**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	125.344	61.863
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.2	307.094	109.136
Consumidores e concessionárias	6	456.704	346.921
Estoques		7.711	6.323
Tributos Correntes a Recuperar	7	47.466	90.172
Instrumentos financeiros derivativos	32	6.171	19.308
Despesas antecipadas		4.263	3.622
Ativos financeiros setoriais	9	25.519	102.427
Outros créditos	10	68.698	62.828
Total do circulante		**1.048.970**	**802.600**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	60.113	51.559
Tributos a recuperar	7	475.175	413.736
Créditos tributários	12	68.661	73.347
Cauções e depósitos vinculados	24	23.470	22.787
Instrumentos financeiros derivativos	32	39.873	46.499
Ativos financeiros setoriais	9	35.249	25.972
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	762.906	640.976
Outros créditos	10	2.415	2.415
		1.467.862	**1.277.291**
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	53.579	53.001
Investimentos		87	78
Imobilizado	15	14.962	9.768
Intangível	16	707.628	699.063
Total do não circulante		**2.244.118**	**2.039.201**
Total do ativo		**3.293.088**	**2.841.801**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	17	280.540	160.728
Encargos de dívidas	18	7.764	736
Empréstimos e financiamentos	18	156.327	131.677
Debêntures	19	86.550	55.327
Impostos e contribuições sociais	21	87.209	89.640
Dividendos a pagar		17.978	-
Encargos setoriais	23	18.152	16.794
Obrigações estimadas		10.986	10.367
Passivos financeiros setoriais	9	67.866	63.727
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	1.178
Contribuição de iluminação pública		16.369	14.459
Benefícios pós emprego	33	8.276	9.621
Arrendamentos operacionais	20	1.681	1.776
Outras contas a pagar		39.419	25.721
Total do circulante		**799.126**	**581.751**
Não circulante			
Fornecedores	17	12.446	9.862
Empréstimos e financiamentos	18	8.649	87.924
Debêntures	19	665.860	605.229
Impostos e contribuições sociais	21	23.800	21.064
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	26.445	26.882
Encargos setoriais	23	22.557	16.756
Passivos financeiros setoriais	9	36.883	35.408
Benefícios pós emprego	33	120.189	132.697
Arrendamentos operacionais	20	3.467	2.512
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	22	445.334	385.843
Outras contas a pagar		6.384	5.310
		1.372.014	**1.329.487**
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	25.1	576.055	571.866
Reservas de capital	25.2	98.565	101.705
Reservas de lucros	25.3 a 25.4	266.949	192.715
Dividendos adicionais propostos	25.5	219.525	108.894
Outros resultados abrangentes	25.6	(39.146)	(44.617)
Total do patrimônio líquido		**1.121.948**	**930.563**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.293.088**	**2.841.801**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	26	2.256.655	2.143.771
Custo do serviço de energia elétrica	27	(1.245.033)	(1.203.761)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(446.160)	(424.801)
Lucro bruto		**565.462**	**515.209**
Despesas gerais e administrativas	27	(138.716)	(139.471)
Outras receitas	28	7.458	10.502
Outras despesas	28	(5.768)	(7.956)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**428.436**	**378.284**
Receitas financeiras	29	72.171	147.252
Despesas financeiras	29	(62.142)	(156.662)
Despesas financeiras líquidas		**10.029**	**(9.410)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**438.465**	**368.874**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(69.663)	(52.308)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(1.867)	(2.341)
Lucro líquido do exercício		**366.935**	**314.225**
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$	30	**399,71**	**342,29**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**366.935**	**314.225**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.6	5.471	(9.459)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos		**372.406**	**304.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Remuneração de imobilizações	Reservas de capital: Reserva especial de ágio	Reservas de capital: Outras reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2019		**571.866**	**2.457**	**94.078**	**1.766**	**77.482**	**22.453**	**48.675**	**29.105**	-	**(35.158)**	**812.724**
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(29.105)	-	-	**(29.105)**
Pagamento de dividendos com reservas	25.5	-	-	-	-	-	(22.453)	-	-	-	-	**(22.453)**
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	353	-	-	-	-	-	-	**353**
Incentivos Fiscais de Reivestimentos	25.2	-	-	-	3.051	-	-	-	-	-	-	**3.051**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	314.225	-	**314.225**
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	25.4	-	-	-	-	-	-	66.558	-	(66.558)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.773)	-	**(138.773)**
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	108.894	(108.894)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos												
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.332)	**(14.332)**
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.873	**4.873**
Saldos em 31 dezembro de 2019		**571.866**	**2.457**	**94.078**	**5.170**	**77.482**	-	**115.233**	**108.894**	-	**(44.617)**	**930.563**
Aumentos de Capital com reserva de incentivo fiscal-reinvestimento conf. AGE de 20/05/2020	25.1	4.189	-	-	(4.189)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais	25.5	-	-	-	-	-	-	-	(108.894)	-	-	**(108.894)**
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	1.049	-	-	-	-	-	-	**1.049**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	366.935	-	**366.935**
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva Legal	25.3	-			-	1.257	-	-	-	(1.257)	-	-
Incentivo fiscal - laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	25.4	-	-	-	-	-	-	72.977	-	(72.977)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.176)	-	**(73.176)**
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	219.525	(219.525)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos												
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.290	**8.290**
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.819)	**(2.819)**
Saldos em 31 dezembro de 2020		**576.055**	**2.457**	**94.078**	**2.030**	**78.739**	-	**188.210**	**219.525**	-	**(39.146)**	**1.121.948**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	3.076.237	3.064.979
Outras receitas	28	7.458	10.502
Receitas relativas a construção de ativos próprios	27 e 29	184.082	157.100
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(37.491)	(27.083)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		1.365.352	1.300.543
Materiais e serviços de terceiros		145.828	153.122
Outros custos operacionais		203.155	180.489
		1.714.335	**1.634.154**
Valor adicionado bruto		**1.515.951**	**1.571.344**
Amortização e depreciação	27	81.215	76.297
Valor adicionado líquido		**1.434.736**	**1.495.047**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	75.691	154.433
Valor adicionado total a distribuir		**1.510.427**	**1.649.480**

	Nota	2020	2019
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		72.861	86.024
Benefícios		29.007	27.275
FGTS		4.943	5.456
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		241.086	254.794
Estaduais		635.980	659.719
Municipais		873	988
Obrigações intrassetoriais		95.367	143.249
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	29	63.003	157.150
Aluguéis		372	600
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.5	73.176	138.773
Dividendos adicionais propostos	25.5	219.525	108.894
Reserva legal	25.3	1.257	-
Reserva de redução de imposto de renda	25.4	72.977	66.558
		1.510.427	**1.649.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		366.935	314.225
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	71.530	54.649
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		89.186	61.977
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(26.448)	(24.296)
Amortização e Depreciação	27	81.215	76.297
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	37.491	27.083
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	6.975	5.500
Marcação a mercado de dívidas	29	2.502	10.536
Marcação a mercado de derivativos	29	(2.505)	(10.541)
Instrumentos financeiros derivativos	29	(59.141)	(15.680)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	3.630	92
Programa de remuneração variável - ILP	11	1.049	353
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(151.477)	(27.909)
(Aumento) Diminuição de estoques		(1.388)	445
Diminuição (Aumento) de tributos a recuperar		53.414	(15.495)
Diminuição de ativo financeiro setorial	9	21.753	73.404
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		86.992	-
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(683)	(3.345)
(Aumento) Diminuição de despesas pagas antecipadamente		(641)	1.024
(Aumento) de outros créditos		(13.395)	(16.601)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		120.081	25.766
(Diminuição) de impostos e contribuições sociais		(12.655)	(8.868)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.177)	(29.070)
Aumento de obrigações estimadas		619	1.458
(Diminuição) de passivo financeiro setorial	9	(33.033)	(27.192)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	24	(8.540)	(6.837)
Aumento de outras contas a pagar		17.537	12.550
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**594.826**	**479.525**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(190.591)	105.589
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(188.803)	(178.988)
Alienação de bens do ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	2.321	2.435
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(377.073)**	**(70.964)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	424.951	119.554
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(445.762)	(266.809)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(36.090)	(63.745)
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		68.103	29.551
Pagamentos de dividendos	25.5	(164.092)	(190.331)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	20	(1.382)	(1.708)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(154.272)**	**(373.488)**
Variação líquida do caixa		**63.481**	**35.073**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	61.863	26.790
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	125.344	61.863
Variação líquida do caixa		**63.481**	**35.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

GRUPO energisa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EPB"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.482.785 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa Paraíba a concessão para a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado de da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do poder concedente, conforme Lei nº 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 16 e 26, respectivamente. **1.2 Efeitos COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. **a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia elétrica, devido à retração do mercado consumidor, e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a Conta COVID tem neutralizado em parte os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores enquanto durar a pandemia. A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com o aumento da inadimplência, baseado em suas melhores estimativas, tendo apurado o montante de R$7.333, reconhecidos a partir de março de 2020 no resultado do exercício. A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de suas contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020. **b) Sobrecontratação de energia elétrica:** O cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição. Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto nº 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto nº 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da ANEEL como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL. **c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID-19 são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras. **d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória nº 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP nº 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP nº 936, agora Lei nº 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto de 2020. Trata-se do Decreto nº 10.470, que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020. **Sociedade:** A Companhia criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações no Estado da Paraíba. As principais ações foram: • Doação de ventiladores pulmonar; • Doação de máscaras para hospitais; • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em cidades com baixo IDH; • Apoio na realização de obras em hospitais para aumento de novos leitos e outros reforços estruturais para auxílio no atendimento de pacientes com COVID-19; • Doação de R$25 para os músicos artistas da área de concessão da Paraíba através da campanha do festival "Fique em Cena" com transmissões de shows ao vivo, com programação encerrada no dia 8 de maio; • Doação de R$225 para a Fiocruz na campanha "Unidos contra a COVID-19" no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença; e • Doação de R$90 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. **Financeiras:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos com redução na ordem de R$9.100, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado o planejamento estratégico, a Companhia sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do Pis e da Cofins e da contribuição previdenciária patronal das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R$37.200 e de R$3.981, respectivamente, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de abril, maio e junho para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R$1.333; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC no montante de R$2.316; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020, prorrogada até 31 de julho de 2020, em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; • Adesão a Conta-COVID: a Companhia aderiu Conta-COVID implementada através da Resolução Aneel nº 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da Conta-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico. Até 31 de dezembro de 2020 foram recebidos R$86.992 de recursos da Conta COVID.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2 Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível; VII. Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais; IX. Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeira. **3.1 Principais políticas contábeis:** a. **Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros:** *Ativos financeiros*: Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota 2.3; • Consumidores e concessionárias - Nota 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota 32. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *"hedge"* nas relações de *"hedge"* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *"hedge"*:** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge". • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: *"Hedges" de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que à parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13; **g. Ativo contratual** - Infraestrutura em construção - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arredamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arredamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável:** Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável; Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia. **p. Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12); **q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **t. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia; **u. Benefícios pós emprego** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - a obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD), Plano Saldados (PS) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.3 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1 Caixa e equivalente de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 104,2% do CDI (102,5% em 2019).

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	37.963	44.312
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**87.381**	**17.551**
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	87.381	-
Operações Compromissadas	-	17.551
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	**125.344**	**61.863**

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

GRUPO energisa

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 88,3% do CDI (107,5% do CDI em 2019).

	2020	2019
Avaliados ao valor justo por meio do resultado	**307.094**	**109.136**
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	1.720	1.557
Fundo de Investimento [(1)]	607	612
	304.767	**98.677**
Fundos de Investimentos Exclusivos [(2)]		
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	3.309	1.362
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	271	153
Operações Compromissadas	-	6.719
Títulos públicos	45.875	31.658
Fundo Multimercado	908	-
Fundo de Renda Fixa	55.673	11.548
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	74.768	43.149
Letra Financeira (LF)	24.254	20
Letra Financeira (LFS)	49.956	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.449	1.228
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	41.477	2.840
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	5.827	-
Fundos de Investimentos em direitos creditórios-FIDC	-	8.145
Outros instrumentos	-	145
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante [(3)]	**307.094**	**109.136**

(1) Fundos de Investimentos - são classificados como renda fixa e são remunerados de 35,5% a 160,9% e média ponderada 50,6% (50,6% a 102,8% e média ponderada 69,0% em 2019) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Títulos públicos, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB, NTNF são remuneradas de 113,5% (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Zona da Mata e 83,8% e do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$2.341 (R$10.473 em 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	2020	2019
Depósito judicial credores	1.699	1.691
Fundos de Investimentos em direitos creditórios - FIDC	-	8.145
Outros	642	637
Total	**2.341**	**10.473**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD [(3)]	2020	2019
Valores correntes:									
Residencial	57.815	-	57.027	7.280	1.946	773	(13.322)	111.519	97.604
Industrial	19.950	-	1.762	126	578	6.655	(6.655)	21.836	22.500
Comercial	33.932	-	9.635	1.070	1.716	2.976	(4.692)	44.637	45.197
Rural	10.235	-	6.571	998	2.100	653	(874)	19.683	15.512
Poder público	15.268	-	867	85	113	131	(331)	16.333	18.447
Iluminação pública	10.931	-	1.651	423	524	3.504	(3.504)	13.529	14.326
Serviço público	9.168	-	147	45	71	137	(137)	9.431	8.460
Fornecimento não faturado	83.173	-	-	-	-	-	-	83.173	83.111
Arrecadação Processo Classificação	2.046	-	-	-	-	-	-	2.046	1.978
Valores renegociados:									
Residencial	7.293	25.194	3.779	1.155	969	9.683	(18.061)	30.012	21.960
Industrial	1.731	4.792	264	64	128	5.701	(6.471)	6.209	4.612
Comercial	3.019	11.491	1.061	315	473	4.255	(7.202)	13.412	8.500
Rural	975	3.758	441	175	319	1.300	(2.555)	4.413	3.264
Poder público	935	22.949	739	36	49	981	(1.186)	24.503	34.898
Iluminação pública	1.492	15.737	273	-	-	31	(31)	17.502	9.814
Serviço público	232	1.091	25	-	-	113	(113)	1.348	1.514
(-) Ajuste a valor presente [(1)]	(49)	(3.307)	-	-	-	-	-	(3.356)	(7.707)
Subtotal - clientes	**257.546**	**81.705**	**84.242**	**11.772**	**8.986**	**36.893**	**(64.934)**	**416.210**	**384.010**
Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional [(2)]	85.949	-	-	-	-	-	-	85.949	1.042
Outros [(4)]	-	-	4.379	341	1	10.205	(268)	14.658	13.428
Total	**343.495**	**81.705**	**88.621**	**12.113**	**8.987**	**47.098**	**(65.202)**	**516.817**	**398.480**
Circulante								456.704	346.921
Não Circulante								60.113	51.559

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2020 a taxa CDI de 1,90% (4,60% em 2019).
(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2020	2019
Créditos a vencer	85.949	1.042
Sub-total créditos CCEE	**85.949**	**1.042**
(-) Aquisições de energia na CCEE	(133.601)	(40.891)
(-) Encargos de serviços do sistema	(7.628)	(348)
Total débitos CCEE	**(55.280)**	**(40.197)**

(3) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) - constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no exercício. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo inicial - circulante - 2019 e 2018	**51.008**	**45.084**
Provisões constituídas no exercício (*)	37.491	27.083
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(23.289)	(21.159)
Saldo final - circulante - 2020 e 2019	**65.210**	**51.008**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	65.202	51.000
Outros créditos	8	8

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R$37.491 (R$27.083 em 2019) inclui R$7.333, decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19. (4) Outros - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R$14.541 (R$13.170 em 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o mesmo valor encontra-se contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	32.783	29.877
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	16.877	60.305
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.160	14.974
Contribuição do PIS e COFINS	21.706	8.661
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins [(1)]	449.919	389.900
Outros	196	191
Total	**522.641**	**503.908**
Circulante	47.466	90.172
Não circulante	475.175	413.736

(1) A Companhia possui em dezembro de 2020 créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R$449.919 (R$389.900 em 2019), referente a redução do ICMS na base de cálculo após ação transitada em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. No exercício, foram adicionados novos créditos de R$50.056 (R$305.093 em 2019). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R$9.963 (R$84.807 em 2019), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia estabelecerá procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo finalize suas apurações, conforme nota explicativa nº 21. Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

8.1 Reajuste tarifário: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.763, de 25 de agosto de 2020, e Nota Técnica nº 159/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 28 de agosto de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,28%. **8.2 Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.291 de 22 de agosto de 2017, e Nota Técnica nº 248/2017-SGT/ANEEL, aprovou o resultado da quarta revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2017, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 14,55%. **8.3 Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança do valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: Bandeira Tarifária Verde; Bandeira Tarifária Amarela; Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: **Patamar 1**: com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). **Patamar 2**: com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da pandemia da COVID-19 a ANEEL, em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, a diretoria da ANEEL decidiu, reativar a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Aplicando a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha patamar 2 no mês de dezembro de 2020. Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

8.4 Outros Assuntos Regulatórios - Sobrecontratação: A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação, permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Dito isto, o Grupo Energisa, recorreu à ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência. Os valores envolvidos de perdas da Companhia montam em R$5.785 (R$5.785 em 2019) que deverão ser compensados. A Companhia não apresentou excedente ao limite regulatório (100% e 105%) no exercício, mantendo-se, portanto, dentro do limite regulatório.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.
A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (viii)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Energia elétrica comprada para revenda	65.837	(3.150)	(64.202)	(68.889)	2.976	73.186	5.758	-	5.758	1.406	4.352
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.265	-	(2.014)	2.269	(2)	(2.518)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	6.930	380	47.496	8	(44.963)	9.851	5.908	3.943	7.064	2.787
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	11.674	14.981	(3.264)	(12.559)	222	(219)	10.835	-	10.835	773	10.062
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.165	5.468	(1.925)	(6.228)	37	483	-	-	-	-	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (iv)	652	5.750	280	(4.085)	46	(1.951)	692	692	-	692	-
Sobrecontratação de energia (ii)	7.811	19.922	-	(22.644)	93	10.478	15.660	-	15.660	2.755	12.905
Exposição de submercados (v)	36.386	15.947	(17.391)	(22.352)	109	-	12.699	6.747	5.952	7.847	4.852
CUSD	-	273	(43)	-	1	(86)	145	107	38	120	25
Garantias Financeiras	521	512	(483)	-	8	-	558	345	213	418	140
Saldo a Compensar	1.088	2.276	(2.000)	-	1	3.205	4.570	4.377	193	4.444	126
Total Ativo	**128.399**	**68.909**	**(90.662)**	**(86.992)**	**3.499**	**37.615**	**60.768**	**18.176**	**42.592**	**25.519**	**35.249**

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (viii)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Energia elétrica comprada para revenda	-	8.562	(24.461)	-	8	73.186	56.895	56.895	-	56.895	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	43.179	29.261	(27.960)	-	483	(44.963)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	3.877	(233)	-	45	(2.518)	1.171	921	250	1.171	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	-	342	-	-	(219)	123	123	-	123	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.117	(1.862)	15	-	-	483	753	428	325	753	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (iv)	5.814	4.287	(5.171)	-	13	(1.951)	2.992	-	2.992	2.051	941
Sobrecontratação de energia (ii)	18.902	-	(22.507)	-	-	10.478	6.873	6.873	-	6.873	-
CUSD	174	17	(107)	-	2	(86)	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (vi)	2.665	(3.528)	(2.370)	-	28	3.205	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias (vii)	26.284	9.205	-	-	453	-	35.942	-	35.942	-	35.942
Total Passivo	**99.135**	**49.419**	**(82.452)**	-	**1.032**	**37.615**	**104.749**	**65.240**	**39.509**	**67.866**	**36.883**
Saldo líquido	**29.264**	**19.490**	**(8.210)**	**(86.992)**	**2.467**	**-**	**(43.981)**	**(47.064)**	**3.083**	**(42.347)**	**(1.634)**

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui R$51 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final; (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia: As distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; (iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN. Inclui R$19.516 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia da COVID-19; (iv) Neutralidade da Parcela A: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; (v) Exposição de submercados: Representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados; (vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; (vii) Devoluções Tarifárias: Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP); e (viii) Adesão a conta COVID: A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta-COVID no valor máximo de R$86.992, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	61.996
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	11.637
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	8.348
Despacho ANEEL nº 2.914 de 09 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	5.011
Total recebido		**86.992**

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da Conta-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à Conta-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta-COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da Conta-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Subvenção Baixa Renda [(1)]	19.214	16.135
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	15.587	11.946
Ordens de serviço em curso - outros	23	57
Subvenção CDE -Desconto Tarifário [(2)]	17.724	17.087
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	8.841	6.893
Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais	-	4.577
Adiantamentos	951	982
Outros [(3)]	8.773	7.566
Total	**71.113**	**65.243**
Circulante	68.698	62.828
Não circulante	2.415	2.415

(1) Subvenção Baixa Renda - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização. Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - circulante - 2019 e 2018	**16.135**	**10.451**
Subvenção baixa renda	144.605	95.452
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(141.526)	(89.768)
Saldo final - circulante - 2020 e 2019	**19.214**	**16.135**

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	2020	2019
Saldo inicial - circulante - 2019 e 2018	**17.087**	**26.176**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	92.244	89.625
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(91.607)	(98.714)
Saldo final - circulante - 2020 e 2019	**17.724**	**17.087**

(3) Outros - inclui R$8 (R$8 em 2019) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R$3.691 (R$2.810 em 2019) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL, R$1.064 (R$1.064 em 2019) de ressarcimento a geradores e R$1.288 (R$1.288 em 2019) de energia livre - geradores.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias: • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; • Voltz Capital S/A; e, • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação da Energisa Transmissora de Energia I). A Controladora, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), Rede Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que por sua vez possuem o controle indireto das Companhias: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE), • QMRA Participações S/A; • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol).
Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Receita/(Despesa)) [(4)]	Comissão aval e debentures - outras despesas financeiras [(5)]	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar [(5)]	Saldo a (pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão
Energisa S/A [(1)]	(33.782)	-	(19.239)	(4.966)	(221.532)	-
Multi Energisa Serviços S/A [(2)]	(4.356)	-	-	(674)	-	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	9.100	-	-	-	-
Energisa Soluções S/A [(3)]	(3.714)	-	-	(713)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A [(6)]	-	(158)	-	-	-	(19)
2020	**(41.852)**	**8.942**	**(19.239)**	**(6.353)**	**(221.532)**	**(19)**
2019	**(40.586)**	**8.410**	**(20.635)**	**(7.538)**	**(195.649)**	-

(1) Energisa S/A - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela Aneel e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL; (2) Multi Energisa Serviços S/A - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (3) Energisa Soluções S/A - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (4) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado. (5) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª e 9ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº19. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$221.212 (R$195.572 em 2019). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 monta em R$320 (R$77 em 2019); e (6) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A - refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos Administradores

	2020	2019
Remuneração Anual (a)	6.290	6.290
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	569	598
Remuneração da Diretoria	1.780	3.090
Outros Benefícios (b)	1.847	1.634

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2020. (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R$46 e R$2 (R$42 e R$2 em 2019), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2020 foi de R$15 (R$14 em 2019). **Programa de Remuneração Variável (ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e promovê-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 23.245 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 21.528 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas: Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas [(a)]	23.245	21.528
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [(b)]	8,2%	7,7%
Volatilidade [(c)]	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022.
(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.
Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos R$1.049 (R$353 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica custos e despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2020, R$1.563 (R$514 em 2019).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda	101.854	103.025
Contribuição social s/o lucro	36.667	37.089
Total - não circulante	**138.521**	**140.114**
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	51.368	49.093
Contribuição social	18.492	17.674
Total - não circulantes	**69.860**	**66.767**
Total líquido - ativo não circulante	**68.661**	**73.347**

As diferenças temporárias são como segue:

	2020 Base de cálculo	2020 IRPJ + CSSL	2019 Base de cálculo	2019 IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio [(1)]	109.974	37.391	121.148	41.190
Provisão ajuste atuarial	128.685	43.753	142.318	48.388
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	26.445	8.991	26.882	9.140
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	65.210	22.171	51.008	17.343
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	48.447	16.472	40.240	13.682
Ajuste a valor presente	3.356	1.141	7.707	2.620
Marcação a mercado da dívida	25.299	8.602	22.797	7.751
Outras exclusões temporárias	(3.560)	(1.210)	(2.263)	(769)
Marcação a mercado - derivativo	(46.044)	(15.655)	(64.629)	(21.974)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(155.868)	(52.995)	(129.481)	(44.024)
Total - ativo não circulante	**201.944**	**68.661**	**215.727**	**73.347**

Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.
A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2021	13.336
2022	12.195
2023	11.982
2024	12.292
2025	12.670
2026 a 2027	27.546
2028 a 2029	48.500
Total	**138.521**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2020	2019
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	438.465	368.874
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(149.078)	(125.417)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.102)	(1.506)
Créditos sobre incentivos fiscais [(1)]	72.977	63.482
Benefícios Fiscais - Lei do Bem	1.769	4.385
Outras exclusões permanentes	3.904	4.407
Imposto de renda e contribuição social	(71.530)	(54.649)
Alíquota efetiva	16,31%	14,82%

(1) Em maio de 2020, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01/01/2020 a 31/12/2029, através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020 - Ofício 1150/2020 (SUDENE), emitido em 25 de maio de 2020. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados no exercício de 2020, foram registrados diretamente na demonstração do resultado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

GRUPO energisa

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$26.448 (R$24.296 em 2019). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2020	2019
Ativo financeiro valor justo - 2019 e 2018	**640.976**	**548.227**
Adições no exercício [1]	96.162	69.134
Baixas no exercício	(680)	(681)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão [2]	26.448	24.296
Ativo financeiro valor justo - 2020 e 2019	**762.906**	**640.976**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	80.455	187.500	(91.151)	(103.097)	73.707
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	27.454	5.771	(6.162)	(6.935)	20.128
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**53.001**	**181.729**	**(84.989)**	**(96.162)**	**53.579**

	Saldos em 2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	54.644	189.487	(88.093)	(75.583)	80.455
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	25.477	13.811	(5.385)	(6.449)	27.454
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**29.167**	**175.676**	**(82.708)**	**(69.134)**	**53.001**

(1) O montante de R$84.989 (R$82.708 em 2019) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão. (2) As baixas no montante de R$96.162 (R$69.134 em 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	327	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,10%	24.323	-	2.119	-	26.442
Veículos	14,29%	64	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.617	-	101	-	13.718
Total do imobilizado em serviço		**38.331**	**-**	**2.220**	**-**	**40.551**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(157)	-	-	(11)	(168)
Máquinas e Equipamentos		(18.240)	-	-	(1.761)	(20.001)
Veículos		(64)	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(10.287)	-	-	(483)	(10.770)
Total Depreciação acumulada		**(28.748)**	**-**	**-**	**(2.255)**	**(31.003)**
Subtotal Imobilizado		9.583	-	2.220	(2.255)	9.548
Imobilizado em curso		185	7.706	(2.477)	-	5.414
Total do Imobilizado		**9.768**	**7.706**	**(257)**	**(2.255)**	**14.962**

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	327	-	-	-	327
Máquinas e Equipamentos	16,12%	22.027	-	2.296	-	24.323
Veículos	14,29%	64	-	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.074	-	543	-	13.617
Total do imobilizado em serviço		**35.492**	**-**	**2.839**	**-**	**38.331**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(146)	-	-	(11)	(157)
Máquinas e Equipamentos		(16.283)	-	-	(1.957)	(18.240)
Veículos		(64)	-	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(9.809)	-	-	(478)	(10.287)
Total Depreciação acumulada		**(26.302)**	**-**	**-**	**(2.446)**	**(28.748)**
Subtotal Imobilizado		**9.190**	**-**	**2.839**	**(2.446)**	**9.583**
Imobilizado em curso		-	3.024	(2.839)	-	185
Total do Imobilizado		**9.190**	**3.024**	**-**	**(2.446)**	**9.768**

16. INTANGÍVEL

	2020	2019
Intangível - contrato de concessão	690.112	680.432
Intangível - direito de uso	4.916	4.150
Intangível - software	12.600	14.481
Total	**707.628**	**699.063**

16.1 Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldo 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldo 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,16%	1.580.999	91.151	(10.314)	-	1.661.836
Amortização Acumulada		(781.712)	-	8.673	(85.433)	(858.472)
Subtotal		**799.287**	**91.151**	**(1.641)**	**(85.433)**	**803.364**
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	207.292	6.162	-	-	213.454
Amortização Acumulada		(88.437)	-	-	(11.765)	(100.202)
Subtotal		**118.855**	**6.162**	**-**	**(11.765)**	**113.252**
Total		**680.432**	**84.989**	**(1.641)**	**(73.668)**	**690.112**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) As baixas no montante de R$1.641 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$1.054 (R$876 em 2019).

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2018	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2019
Intangível Em Serviço						
Custo	4,11%	1.507.695	82.340	(9.036)	-	1.580.999
Amortização Acumulada		(709.840)	(3)	7.282	(79.151)	(781.712)
Subtotal		**797.855**	**82.337**	**(1.754)**	**(79.151)**	**799.287**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	201.907	5.385	-	-	207.292
Amortização Acumulada		(77.826)	(3)	-	(10.608)	(88.437)
Subtotal		**124.081**	**5.382**	**-**	**(10.608)**	**118.855**
Total		**673.774**	**76.955**	**(1.754)**	**(68.543)**	**680.432**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) As baixas no montante de R$1.754 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$876 (R$710 em 2018). Obrigações vinculadas à concessão: A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa da ANEEL nº 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,16% (4,11% em 2019). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas como segue:

	2020	2019
Contribuições do consumidor [1]	151.233	145.462
Participação da União - recursos CDE [2]	125.966	125.966
Participação do Governo do Estado [2]	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.628	20.628
(-) Amortização acumulada	(100.202)	(88.437)
Total	**209.563**	**215.557**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	76.183	69.248
Infraestrutura - Intangível em serviço	113.252	118.855
Ativo contratual - infraestrutura em construção	20.128	27.454
Total	**209.563**	**215.557**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos. **16.2 Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	25,18%	5.591	2.438	(18)	-	8.011
Amortização Acumulada		(1.441)	-	-	(1.654)	(3.095)
Total		**4.150**	**2.438**	**(18)**	**(1.654)**	**4.916**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Amortização	Saldos em 2019
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	26,85 %	-	4.844	747	-	5.591
Amortização Acumulada		-	-	-	(1.441)	(1.441)
Total		**-**	**4.844**	**747**	**(1.441)**	**4.150**

16.3 Intangível - software:

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	68.400	-	469	-	68.869
Amortização Acumulada		(53.919)	-	-	(4.692)	(58.611)
Em curso		-	2.554	(212)	-	2.342
Total		**14.481**	**2.554**	**257**	**(4.692)**	**12.600**

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2018	Transferências	Amortização	Saldos em 2019
Intangível - software e outros					
Custo	20,00%	62.647	5.753	-	68.400
Amortização Acumulada		(49.176)	-	(4.743)	(53.919)
Total		**13.471**	**5.753**	**(4.743)**	**14.481**

17. FORNECEDORES

	2020	2019
CCEE [1]	133.601	40.891
Contratos Bilaterais [2]	97.892	84.283
Encargos do serviço do sistema [3]	7.628	348
Conexão à rede	1.540	1.008
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	955	871
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	17.210	11.682
Materiais, serviços e outros [4]	34.169	31.507
Total	**292.995**	**170.590**
Circulante	280.549	160.728
Não circulante	12.446	9.862

(1) Em 2020 a conta CCEE aumentou principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), próximo ao teto em novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP, valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores no MCP para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste. Para as distribuidoras do submercado Nordeste o impacto negativo foi no tratamento de exposições, regra de comercialização que neutraliza os resultados positivos referente às liquidações de energia entre submercados.

(2) Contratos bilaterais - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC).

(3) A variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro/20 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios.

(4) Referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS.

A movimentação dos emprestimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	15.125	-	(5.088)	(526)	518	-	-	10.029
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	-	-
CDI	23.564	152.000	(23.462)	(1.209)	8.854	-	-	159.747
Gastos com captação	(97)	-	-	-	688	(770)	-	(179)
Outros	3.492	-	(349)	(357)	357	-	-	3.143
Total do custo	**42.084**	**152.000**	**(28.899)**	**(2.092)**	**10.417**	**(770)**	**-**	**172.740**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	178.045	-	(222.996)	(4.122)	49.073	-	-	-
Marcação a mercado	208	-	-	-	-	-	(208)	-
Total ao valor justo	**178.253**	**-**	**(222.996)**	**(4.122)**	**49.073**	**-**	**(208)**	**-**
Total	**220.337**	**152.000**	**(251.895)**	**(6.214)**	**59.490**	**(770)**	**(208)**	**172.740**
Circulante	132.413							164.091
Não circulante	87.924							8.649

	Saldos em 2018	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
Pré Fixado	20.163	(5.030)	(742)	734	-	15.125
CDI	111.957	(78.725)	(13.201)	3.533	-	23.564
Gastos com captação	(240)	-	-	143	-	(97)
Outros	3.843	(349)	(331)	329	-	3.492
Total do custo	**135.723**	**(84.104)**	**(14.274)**	**4.739**	**-**	**42.084**
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	347.173	(182.705)	(13.254)	26.831	-	178.045
Marcação a mercado	968	-	-	-	(760)	208
Total ao valor justo	**348.141**	**(182.705)**	**(13.254)**	**26.831**	**(760)**	**178.253**
Total	**483.864**	**(266.809)**	**(27.528)**	**31.570**	**(760)**	**220.337**
Circulante	271.774					132.413
Não circulante	212.090					87.924

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
FIDC Grupo Energisa III	-	23.564	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
FINAME - Itaú	10.029	15.125	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento FUNASA	3.143	3.492	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	10,46%	-
CCB Bradesco 24032020 (3)	139.414	-	CDI + 4,8005%	mar/21	Final	7,57%	A
CCB Itaú 25032020	20.333	-	CDI + 4,10%	mar/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(179)	(97)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	172.740	42.084					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1, 3)	-	102.803	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	32,73%	A
Resolução 4131 -Citibank ((1, 3 e 5)	-	75.242	Libor + 0,73%% a.a.	jan/21	Final	29,94%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	208	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	178.253					
Total	**172.740**	**220.337**					

(*) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis. (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 32); (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº32); (3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a:4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas; (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (5) Em 16 de março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor de R$90.378. Garantias: Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R$8.145 em 2019, registrado na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	4.064
2023	2.189
2024	649
2025	350
Após 2025	1.397
Total	**8.649**

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	448.295	206.933	(193.867)	(20.095)	17.173	-	-	458.439
IPCA	193.911	70.000	-	(9.781)	20.386	-	-	274.516
Gastos com captação	(4.239)	-	-	-	1.607	(3.212)	-	(5.844)
Marcação a mercado	22.589	-	-	-	-	-	2.710	25.299
Total do custo	**660.556**	**276.933**	**(193.867)**	**(29.876)**	**39.166**	**(3.212)**	**2.710**	**752.410**
Circulante	55.327							86.550
Não circulante	605.229							665.860

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	328.979	120.000	(27.364)	26.680	-	-	448.295
IPCA	186.383	-	(8.853)	16.381	-	-	193.911
Gastos com captação	(5.182)	-	-	1.389	(446)	-	(4.239)
Marcação a mercado	11.293	-	-	-	-	11.296	22.589
Total do custo	**521.473**	**120.000**	**(36.217)**	**44.450**	**(446)**	**11.296**	**660.556**
Circulante	7.823						55.327
Não circulante	513.650						605.229

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	17.831	17.055	15/06/2017	15.173 / 15.173	IPCA + 5,60% a.a	jun/22	Final	10,12%
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	16.009	15.312	15/06/2017	13.618 / 13.618	IPCA + 5,6601%a.a	jun/24	Final	10,18%
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	13.287	12.711	15/10/2017	11.635 / 11.635	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	9,01%
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.478	2.371	15/10/2017	2.169 / 2.169	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	9,23%
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.614	4.414	15/10/2017	4.035 / 4.035	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	9,63%
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	95.179	143.709	15/10/2017	142.161 / 142.161	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%
Debêntures 4ª Emissão	33.882	184.243	15/02/2018	18.000 / 3.352	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	3,77%
Debêntures 5ª Emissão	148.483	142.048	15/09/2018	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	9,60%
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	72.104	72.204	10/06/2019	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.072	48.139	10/06/2019	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	3,60%
Debêntures 7ª Emissão	60.636	-	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%
Debêntures 8ª Emissão	148.566	-	25/08/2020	146.933 / 146.933	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	5,07%
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	8.225	-	11/10/2020	8.020 / 8.020	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	63.589	-	11/10/2020	61.980 / 91.980	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custo de captação incorrido na contratação	(5.844)	(4.239)						
Marcação à Mercado de Dívida	25.299	22.589						
Total	**752.410**	**660.556**						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a sua 7ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R$60.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 25 de agosto de 2020 a Companhia efetuou sua 8ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R$146.933, com vencimento em 25 agosto de 2025 e remuneração de CDI mais 2,30% ao ano. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 24 de setembro de 2020 a Companhia efetuou a liquidação de 14.648 Debêntures referente a 4ª emissão no valor total de R$146.932.

Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 9ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$70.000 sendo: R$8.020 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,23% ao ano; R$61.980 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,47% ao ano. Os recursos serão para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de *covenants*:** As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25x até dez/20; 4,0x de março/21 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (**)	Menor ou igual a: 4,75 x até dez/20; 4,0x de março/21 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para 8ª emissão da Energisa Paraíba possui limite de 4,25x até o vencimento.

(**) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	79.497
2023	163.268
2024	195.998
2025	103.535
Após 2025	123.562
Total	**665.860**

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento *e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2)*, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes nas informações a serem prestadas. Por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamentos operacionais - Imóveis	4	8,89%	4.288	2.438	(1.382)	(178)	(18)	5.148
Total			**4.288**					**5.148**
Circulante			1.776					1.681
Não circulante			2.512					3.467

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2019
Imóveis	4	8,89%	4.844	750	(1.708)	405	(3)	4.288
Total								**4.288**
Circulante								1.776
Não circulante								2.512

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	1.030
2023	701
Após 2024	1.736
Total	**3.467**

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	76.200	71.384
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.641	2.781
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.857	3.589
Contribuições ao PIS e a COFINS	15.964	21.906
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	869	1.046
Pis e Cofins -Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	4.407	3.944
Outros	1.791	2.613
Total	**111.009**	**110.704**
Circulante	87.209	89.640
Não circulante	23.800	21.064

(*) Em 31 de dezembro de 2020, inclui R$14.541 (R$13.170 em 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6)

22. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R$449.919 (R$389.900 em 2019) e passivo não circulante de R$445.334 (R$385.843 em 2019), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição. Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue:

	2020 Ativo	2020 Passivo	2019 Ativo	2019 Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	449.919	-	389.900	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	445.334	-	385.843
Total do ativo e passivo não circulante	**449.919**	**445.334**	**389.900**	**385.843**

Demonstração do resultado do exercício	2020	2019
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(50.056)	(305.093)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	50.056	305.093
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	9.963	84.807
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(9.963)	(84.807)
Resultado apurado	-	-

(*) Deduzidos de R$4.585 (R$4.057 em 2019), referente aos custos com advogados, consultores e tributos.

23. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	949	672
Ministério de Minas e Energia - MME	474	336
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	1.143	3.840
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D[1]	16.220	12.005
Programa de Eficiência Energética - PEE[1]	21.923	16.697
Total	**40.709**	**33.550**
Circulante	18.152	16.794
Não circulante	22.557	16.756

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida obrigações especiais.

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

GRUPO energisa

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2020	2019
Saldos iniciais - não circulante - 2019 e 2018	3.478	23.306	98	26.882	27.478
Constituições de Provisões	581	9.536	-	10.117	11.540
Reversões de provisões	(417)	(2.657)	(68)	(3.142)	(6.040)
Pagamentos realizados	(1.103)	(7.437)	-	(8.540)	(6.837)
Atualização monetária	117	1.009	2	1.128	741
Saldos finais - não circulante - 2020 e 2019	2.656	23.757	32	26.445	26.882
Cauções e depósitos vinculados (*)				(5.765)	(6.739)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$23.470 (R$22.787 em 2019). Deste total, R$17.705 (R$16.048 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto. Trabalhistas: A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos morais, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) indenização (danos morais e materiais) e (iii) responsabilidade subsidiária (13º salário, verbas rescisórias e contratuais). Cíveis: Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros). Fiscais: A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IPTU. Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	12.629	156.242	88.253	1.619	258.743	724.011
Novos processos	1.074	49.752	7.769	-	58.595	55.853
Mudança de prognósticos e valor pedido	(4.030)	(24.572)	27.860	-	(742)	(189.585)
Encerramento	(1.574)	(20.909)	(18.001)	(1.657)	(42.141)	(360.198)
Atualização monetária	464	6.580	2.626	38	9.708	28.662
Saldo final - 2020 e 2019	8.563	167.093	108.507	-	284.163	258.743

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: Trabalhistas: Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias. Cíveis: As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza do valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia. Principais processos: Ação 0002664-83.2015.8.15.0131 com valor envolvido de R$63.282 (R$54.881 em 2019), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma. Fiscais: Ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos Autos de Infrações referente ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizado, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que as concessionárias escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas e (iii) glosa de crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas às perdas não técnicas de energia elétrica.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R$576.055 (R$571.866 em 2019) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 20 de maio de 2020 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$4.189, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital - Incentivo Fiscal SUDENE - Reinvestimento, passando o capital social a ser de R$576.055. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **25.2 Reserva de capital:**

	2020	2019
Reserva especial de ágio (a)	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Incentivos fiscais de reinvestimentos (b)	-	4.189
Programa de remuneração variável (ILP) (c)	1.563	514
Total	98.565	101.705

(a) Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem. (b) Incentivo fiscal de Reinvestimento - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional. O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento. Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE e SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. A Companhia em cumprimento as exigências da legislação, efetuou a capitalização do saldo da reserva em 20 de maio de 2020. (c) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11). **25.2 Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2020, a Companhia constituiu a reserva legal de R$1.257, no montante até atender limite de 30% do capital social, considerando o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. **25.3 Reserva de lucros- reserva de incentivos fiscais (imposto de renda):** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020, Ofício SUDENE nº 1150/2020 de 25 de maio de 2020, que impõe algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 2020 a Companhia apurou R$72.977 (R$66.558 em 2019) de redução de imposto de renda e adicionais. **25.5 Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.
A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	366.935	314.225
Reserva legal (nota explicativa 25.3)	(1.257)	-
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(72.977)	(66.558)
Lucro líquido ajustado	292.701	247.667
Dividendos obrigatórios (25%)	73.176	61.917
• Valores pagos em 28 de abril de 2020 - correspondem a R$60,117694116400		
• (em 27 de junho de 2019-R$74,9688127232) por ação ordinária (*)	55.198	68.833
• Dividendos a pagar - correspondem a R$19,57937614 por ação ordinária	17.978	-
• Dividendos adicionais propostos - correspondem a		
• R$239,0923151 (R$118,6000250501 em 2019) por ação ordinária (**)	219.525	108.894
• Valores pagos em 23 de agosto de 2019 - correspondem a R$60,6487707806 por ação ordinária	-	55.685
• Valores pagos em 13 de novembro de 2019 - correspondem a R$15,52543073 por ação ordinária	-	14.255
Total dos dividendos	292.701	247.667
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 25 de março de 2020 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 29 de fevereiro de 2020. (**) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **25.6 Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	(44.617)	(35.158)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	8.290	(14.332)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(2.819)	4.873
Saldo final - 2020 e 2019	(39.146)	(44.617)

26. RECEITA OPERACIONAL

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	1.226.196	1.912.998	1.362.162	1.185.161	1.766.426	1.361.192
Industrial	3.928	176.673	117.588	3.844	239.157	155.526
Comercial	95.715	621.870	470.654	94.347	720.644	565.666
Rural	137.836	325.571	153.027	136.459	294.607	138.335
Poder público:	17.027	213.835	157.166	16.787	264.446	197.557
Iluminação pública	680	273.337	120.806	745	267.790	125.186
Serviço público	1.006	218.103	93.887	999	210.747	95.879
Consumo próprio	300	4.266	-	297	4.092	-
Subtotal	1.482.688	3.746.053	2.475.290	1.438.639	3.767.999	2.639.341
Suprimento de energia a concessionária	-	103.306	172.127	-	76.171	149.782
Fornecimento não Faturado líquido	-	(2.714)	62	-	11.942	6.280
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	97	-	119.196	66	-	108.454
Receita de Construção da Infraestrutura (1)	-	-	183.220	-	-	156.612
Penalidades regulatórias	-	-	(5.542)	-	-	(5.084)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	(50.056)	-	-	(305.093)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	50.056	-	-	305.093
Outras receitas operacionais	-	-	15.230	-	-	17.622
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	26.448	-	-	24.296
Constituição e amortização-CVA ativa e passiva	-	-	30.847	-	-	(39.005)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	236.849	-	-	185.077
Total - receita operacional bruta	1.482.785	3.846.645	3.253.727	1.438.705	3.856.112	3.243.375
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	634.906	-	-	658.512
PIS	-	-	48.492	-	-	49.105
COFINS	-	-	223.359	-	-	226.189
ISS	-	-	677	-	-	765
Deduções bandeiras tarifária - CCRBT (2)	-	-	(5.730)	-	-	21.784
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	8.214	-	-	7.875
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	2.054	-	-	1.969
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	71.819	-	-	120.811
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.107	-	-	3.938
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	4.107	-	-	3.938
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.054	-	-	1.968
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.013	-	-	2.750
Total - deduções da receita operacional			997.072			1.099.604
Total - receita operacional líquida	1.482.785	3.846.645	2.256.655	1.438.705	3.856.112	2.143.771

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional. As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício foram de R$14.996 (R$51.267 em 2019), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R$5.730 (pago R$21.784 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício foi de R$20.726 (R$29.483 em 2019).

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	1.066.944	-	-	-	1.066.944	1.068.808
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	178.089	-	-	-	178.089	134.953
Pessoal e administradores	-	85.194	2	32.714	117.910	112.770
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.049	1.049	353
Benefícios pós emprego	-	1.216	-	2.950	4.166	22.092
Material	-	17.272	50	3.387	20.709	19.340
Serviços de terceiros	-	42.736	-	78.433	121.169	127.254
Depreciação e amortização (*)	-	74.111	-	7.104	81.215	76.297
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	37.491	-	-	37.491	27.083
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(1.565)	(1.565)	(1.338)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	183.220	-	183.220	156.612
Outras	-	4.868	-	14.644	19.512	23.809
Total	1.245.033	262.888	183.272	138.716	1.829.909	1.768.033

(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$1.054 (R$870 em 2019).

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		R$	
	2020	2019	2020	2019
Energia de leilão	2.769.754	2.714.033	543.883	562.220
Energia bilateral	440.166	439.014	135.864	135.426
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	150.389	148.563	42.444	34.226
Energia de curto prazo - CCEE (*)	60.837	54.280	240.167	221.268
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013	1.164.086	1.230.510	158.567	166.649
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	90.237	90.103	29.515	35.425
Energia de reserva - ERR	-	-	21.232	10.353
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(104.728)	(86.759)
Total	4.675.469	4.676.503	1.066.944	1.068.808

(*) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu. (**) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

28. OUTROS RESULTADOS

	2020	2019
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.138	7.864
Outros	5.320	2.638
	7.458	10.502
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(5.768)	(7.956)
	(5.768)	(7.956)
Total	1.690	2.546

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.367	12.182
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	49.822	45.339
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	3.499	5.877
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.733	2.945
Tributos s/ receitas financeiras - PIS/COFINS	(3.520)	(7.181)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	9.963	84.807
Outras	3.327	3.283
Total receitas financeiras	72.171	147.252
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(42.170)	(54.895)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(56.486)	(21.125)
(-) Transferência para ordens em curso	862	488
Ajuste a valor presente - AVP	4.262	1.632
Marcação a mercado da dívida	(2.502)	(10.536)
Marcação a mercado de derivativos	2.505	10.541
Instrumentos financeiros derivativos	59.141	15.680
Atualização monetária de provisão	(1.128)	(742)
Despesas Bancárias/IOF	(4.445)	(1.531)
Comissão de aval	(8.320)	(6.980)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(1.032)	(3.409)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(9.963)	(84.807)
Outras	(2.866)	(978)
Total despesas financeiras	(62.142)	(156.662)
Despesas financeiras líquidas	10.029	(9.410)

30. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	366.935	314.225
Média ponderada das ações em milhares	918	918
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$(*)	399,71	342,29

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
As principais coberturas são:

			Prêmio Anual	
Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	2020	2019
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	414	603
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	362	467
Auto - Frota	23/10/2021	Até R$ 360 /veículo	88	228
Vida em Grupo e Acidentes pessoais (*)	31/01/2023	110.860	332	261
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/01/2022	75.000	38	36
Transporte nacional	04/04/2021	Até R$ 2.000 /veículo	13	10
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	1	1
			1.248	1.606

(*) Importância segurada relativa ao mês de janeiro/2021 e projeção de prêmio anualizado.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R$26.448 (R$24.296 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		125.344	125.344	61.863	61.863
Consumidores e concessionárias		516.817	516.817	398.480	398.480
Ativos financeiros setoriais		60.768	60.768	128.399	128.399
		702.929	702.929	588.742	588.742
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	307.094	307.094	109.136	109.136
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	762.906	762.906	640.976	640.976
Instrumentos financeiros derivativos	2	46.044	46.044	65.807	65.807
		1.116.044	1.116.044	815.919	815.919

		2020		2019	
PASSIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		292.995	292.995	170.590	170.590
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		925.150	923.029	880.893	878.754
Arrendamentos operacionais		5.148	5.148	4.288	4.288
Passivos financeiros setoriais		104.749	104.749	99.135	99.135
		1.328.042	1.325.921	1.154.906	1.152.767
Valor justo por meio de resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.178	1.178
		-	-	1.178	1.178

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. Hedge Accounting: Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$2.710 (R$11.130 em 2019) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. *Fair Value Option*: A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2020, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R$208 (R$594 em 2019) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. • **Incertezas:** Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. • **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2020	2019
Dívida (a)	925.150	880.893
Caixa e equivalente de caixa	(125.344)	(61.863)
Dívida líquida	799.806	819.030
Patrimônio líquido	1.121.948	930.563
Índice de endividamento líquido	0,71	0,88

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19. **a) Risco de liquidez:** A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		280.549				12.446	292.995
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	3,95%	210.621	64.230	334.221	415.971	111.912	1.136.955
Instrumentos Financeiros Derivativos		(3.633)	(2.538)	(15.101)	(23.508)	(1.264)	(46.044)
Total		487.537	61.692	319.120	392.463	123.094	1.383.906

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	125.344	61.863
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	307.094	109.136
Consumidores e concessionárias	6	516.817	398.480
Ativos financeiros setoriais	9	60.768	128.399
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	762.906	640.976
Instrumentos financeiros derivativos	32	46.044	65.807

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio
Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%. Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 31 de dezembro de 2020 de R$931.173 (R$885.229 em 2019), (R$178.253 em 2019) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2020	2019
Ativo circulante	6.171	19.308
Ativo não circulante	39.873	46.499
Passivo circulante	-	1.178

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração.
Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	Notional (BRL)	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	2020	2019	Descrição	2020	2019
Dívida designada para "Fair Value Option"	-	145.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(178.233)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	178.233
Swap Cambial (Derivativo)	-	145.000	**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	-	(145.828)
			Posição Líquida Swap	-	32.405
			Posição Líquida Dívida + Swap	-	(145.828)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Hedge	2020	2019	Descrição	2020	2019
Dívida (Objeto de Hedge)*	181.630	181.630	Taxa Pré-Fixada	(228.833)	(216.943)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	228.828	216.935
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)			**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	(182.784)	(184.711)
	181.630	181.630	Posição Líquida Swap	46.044	32.224
			Posição Líquida Dívida + Swap	(182.789)	(184.719)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido. O valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas do dólar também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos

ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

GRUPO energisa

principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **(a) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros					
Variação Dívida	(181.630)		(181.630)	(181.630)	(181.630)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	228.828		228.828	228.828	228.828
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(182.784)		(182.784)	(190.355)	(197.885)
Variação	-		-	(7.571)	(15.101)
Subtotal	46.044		46.044	38.473	30.943
Total Líquido	**(135.586)**		**(135.586)**	**(143.157)**	**(150.687)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	394.475	Alta do CDI	7.890	9.863	11.835
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(618.186)	Alta CDI	(12.364)	(15.455)	(18.546)
	(299.815)	Alta IPCA	(13.552)	(16.940)	(20.328)
Subtotal (**)	**(918.001)**		**(25.916)**	**(32.395)**	**(38.874)**
Total	**(523.526)**		**(18.026)**	**(22.532)**	**(27.039)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020 e IPCA 4,52%. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$13.172. Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

33.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões: A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um plano saldado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue: **a. Plano de Benefício Definido Funasa (PO):** Instituído em 25 de fevereiro de 1987, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 2008, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras. **b. Plano Saldado Funasa (PSF):** Iniciado em 19 de dezembro de 2008, foi aberto à migração dos participantes ativos cadastrados no Plano de benefício definido Funasa (PO) e encerrado o prazo para migração em março de 2019. Os participantes puderam também optar cumulativamente pela migração para o plano CD. Neste plano saldado permanecem garantidos todos os direitos acumulados dos participantes até a data de transição/adesão aos novos planos, garantindo ainda todas as carências regulamentares para concessão dos benefícios definidos no plano original. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pela Patrocinadora (100%). **c. Plano CD Funasa:** O Plano (CD) Funasa, instituído em 19 de dezembro de 2008 e fechado para novas adesões desde XXXX, se caracteriza por ser conhecido os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. **d. Plano Energisa CD:** O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2020 o plano possuía 523 (168 em 2019) participantes ativos, 41 assistidos, 2 autopatrocinados e 10 BPD. Em 2019 não possuía nenhum assistido, autopatrocinado, BPD ou pensionista. A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2020 foi de R$9.919 (R$12.504 em 2019). **e. Migração entre planos:** Em 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Funasa PO (BD) / Funasa PSF (Saldado) e Funasa CD para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020 e se encerrou em novembro de 2020. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Planos	ATIVOS	ASSISTIDOS
Funasa PO (BD)	13%	6%
Funasa PSF (Saldado)	33%	11%
Funasa CD	62%	0%

33.1.1 Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2020		2019	
	PO	PSF	PO	PSF
Número de participantes	15	101	19	146
Número de assistidos	355	86	398	80
Número beneficiários Pensionistas	227	8	240	7

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2020		2019	
	Plano PO	Plano PSF	Plano PO	Plano PSF
I - Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral (1)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas				
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21% a.a.	3,58% a.a.	3,07% a.a.	3,07% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31% a.a.	6,69% a.a.	6,68% a.a.	6,68% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a	N/A	6,92% a.a	N/A
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2020 Plano PO	2020 Plano PSF	2020 TOTAL	2019 Plano PO	2019 Plano PSF	2019 TOTAL
	Plano I	Plano II		Plano I	Plano II	
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	85.779	58.858	144.637	74.597	46.415	121.012
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.582)	316	(1.266)	10.129	9.080	19.209
Retorno esperado dos ativos do plano	5.560	3.882	9.442	6.640	4.200	10.840
Contribuições do empregador	9.273	356	9.629	10.594	696	11.290
Contribuições dos participantes do plano	1.083	-	1.083	735	-	735
Benefícios pagos	(17.005)	(1.701)	(18.706)	(16.916)	(1.533)	(18.449)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(3.884)	(10.003)	(13.887)	-	-	-
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**79.224**	**51.708**	**130.932**	**85.779**	**58.858**	**144.637**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2020 Plano PO	2020 Plano PSF	2020 TOTAL	2019 Plano PO	2019 Plano PSF	2019 TOTAL
	Plano I	Plano II		Plano I		
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	218.743	62.374	281.117	189.919	46.190	236.109
Custo do serviço corrente	149	-	149	106	-	106
Custo dos juros	14.071	4.117	18.188	16.695	4.179	20.874
Contribuições do empregador	-	-	-	10.594	-	10.594
Contribuições de participantes do plano	1.083	-	1.083	735	-	735
(Ganhos)/Perdas atuariais	(7.331)	(5.000)	(12.331)	17.610	13.538	31.148
Benefícios pagos	(17.005)	(1.701)	(18.706)	(16.916)	(1.533)	(18.449)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(9.751)	(9.692)	(19.443)	-	-	-
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**199.959**	**50.098**	**250.057**	**218.743**	**62.374**	**281.117**

Posição Líquida dos planos	2020 Plano PO	2020 Plano PSF	2020 TOTAL	2019 Plano PO	2019 Plano PSF	2019 TOTAL
Valor justo dos ativos	79.224	51.708	130.932	85.779	58.858	**144.637**
Valor presente das obrigações	(199.959)	(50.098)	(250.057)	(218.743)	(62.374)	**(281.117)**
Posição Líquida	**(120.735)**	**1.610**	**(119.125)**	**(132.964)**	**(3.516)**	**(136.480)**
Limite do Ativo	-	(1.610))	(1.610)	-	-	-
Déficit passível de reconhecimento	(120.735)	-	(120.735)	(132.964)	(3.516)	(136.480)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2020	2019
Posição líquida em 2019 e 2018	136.480	115.322
Efeito em ORA	(9.456)	11.694
Contribuição do empregador	(9.630)	(11.289)
Impacto decorrente de redução no plano de benefício (encurtamento/curtailment)	(5.335)	-
Transferência de Dívida entre Planos (BD-CD)	(220)	-
Efeito no resultado do exercício	8.896	20.753
Posição líquida em 2020 e 2019	**120.735**	**136.480**
Circulante	7.364	8.896
Não circulante	113.371	127.584

Demonstração das despesas para o exercício de 2021 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

Movimentação dos Saldos	2021
Custo do Serviço Corrente	53
Custo dos juros	12.132
Retorno dos Ativos do Plano	(4.821)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**7.364**

d. **Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos**

	PO 2020	PO 2019	PSF 2020	PSF 2019
Ativos do plano:				
Títulos públicos	72,21%	78,35%	71,96%	72,62%
Fundos de investimentos em renda fixa	-	4,43%	-	18,77%
Fundos de investimentos	13,69%	2,11%	24,33%	6,82%
Ações	-	0,62%	-	1,55%
Empréstimos a participantes	1,51%	1,54%	0,16%	0,24%
Outros	12,59%	12,95%	3,55%	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. **Análise de sensibilidade:** A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	PO 2020	PO 2019	PSF 2020	PSF 2019
Valor presente das obrigações Atuariais real	199.959	218.743	50.098	62.374
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	203.653	224.305	52.157	64.806
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	196.460	213.381	48.161	60.076

33.2 Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2020 é de R$7.730 (R$5.838 em 2019), tendo sido apurado no exercício o montante de R$1.892 (R$3.021 em 2019) dos quais R$317 (R$124 em 2019) foi registrado na rubrica benefício pós emprego - despesa de pessoal, R$409 (R$259 em 2019) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R$1.166 (R$2.638 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R$7.515 (R$7.007 em 2019). Inclui R$317 (R$124 em 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020	2019
Valor presente das Obrigações no início do ano	5.838	2.817
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	317	124
Juros sobre obrigação atuarial	409	259
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	1.166	2.638
Valor das obrigações calculadas no final do ano	7.730	5.838
Circulante	912	725
Não circulante	6.818	5.113

Demonstração das despesas para o exercício de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente	378
Juros sobre as obrigações atuariais	534
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**912**

Principais hipóteses atuariais utilizadas

VARIÁVEIS ECONÔMICAS	2020 SULAMERICA	2020 CNU	2019 SULAMERICA	2019 CNU
Taxa Real de desconto da obrigação atuarial	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%
Expectativa real de inflação futura	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%
Taxa de crescimento de benefícios	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa Real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%
Taxa de rotatividade	7,50%	7,50%	8,00%	8,00%
Permanência no plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	0,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 a 2054	722.629	601.058	576.734	569.081	9.433.011

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de 31 de dezembro 2020, homologados pela ANEEL.

35. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: **1.** Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia. **2.** Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. **3.** Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança. **4.** Realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia. **5.** A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais. **6.** Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas. **7.** Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R´s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). **8.** Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes com selo Procel e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder. **9.** Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e também instalação de proteção contra animais. **10.** Projeto 8 Verde, projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuindo de cartilhas sobre arborização. **11.** Projeto Pilheta - projeto voltado para conscientização ambiental da população, com foco na distribuição de totens, disciplinando a correta maneira de destinação final de resíduos classe I por parte dos municípios, realizando a propagação da logística reversa e sua real importância como engajamento das partes interessadas e cadeia de valor no tocante as prefeituras e sua população. Com isso, por meio do engajamento de todos se faz o recolhimento de pilhas/baterias e destina-se para empresas de processamento e transformação realizando a reciclagem do material. **12.** Firmamos convênio com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana com o objetivo da disseminação socioambiental, voltado para a gestão da arborização no estado da Paraíba. No exercício de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R$83.584 (R$73.477 em 2019), sendo R$80.435 (R$69.351 em 2019) alocados no ativo intangível e R$3.149 (R$4.126 em 2019) em despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	96.162	69.134
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	26.448	24.296
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	13.583	11.259
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	2.420	5.594
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	449.919	389.900
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	13.583	11.259
Líquido - Intangível - CPC 06 (R2)	2.420	5.594

37. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementadas. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

38. EVENTO SUBSEQUENTE

38.1 Bandeiras tarifárias: A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **38.2 Operações de cessões de títulos - FIDIC:** A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S.A. aportaram recursos no fundo. Os efeitos apurados em janeiro de 2021 impactaram o caixa em mais R$146 e com efeito no lucro líquido do período de R$91. **38.3 Empréstimos Contratados:** Em fevereiro de 2021 a Companhia contratou junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiamento via repasse direto para financiamento dos investimentos de 2020/2021 no valor de R$154.970 com prazo de 14 anos, 153 meses de amortização e 15 meses de carência, sendo juros pagos trimestralmente com taxa de TLP mais 3,00% a.a. **38.4 Pagamentos de dividendos do exercício de 2020:** Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R$ 237.503, correspondente a R$ 258,672480134100 por ação ordinária do capital social, a serem pagos a partir de 12 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
André La Saigne de Botton - Conselheiro Independente
Marcílio Marques Moreira - Conselheiro Independente
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro Independente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro
Maurício Perez Botelho - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Mario Zidan - Diretor Presidente
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores
Jairo Kennedy Soares Perez - Diretor Técnico e Comercial
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Vicente Côrtes de Carvalho - Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

CONTADORA

Rosilda Régis Vieira da Costa
CRC/PB 003764/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.** - João Pessoa - PB. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$53.579 mil, R$762.906 mil, R$690.112 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 4 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas 13, 14 e 16.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$ 284.163 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 108.507 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00011/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00011/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE AREIA – PB; ADJUDICO o seu objeto a: RENATO GUEIROS GUIMARAES - R$ 175.800,00.

Areia - PB, 10 de Março de 2021

LUCAS DA COSTA SANTOS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00011/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00011/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE AREIA – PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: RENATO GUEIROS GUIMARAES - R$ 175.800,00.

Areia - PB, 17 de Março de 2021

MARIA ZELIA BEZERRA PINTO
Secretaria

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00011/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00011/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE AREIA – PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: RENATO GUEIROS GUIMARAES - R$ 175.800,00.

Areia - PB, 17 de Março de 2021

MARIA ZELIA BEZERRA PINTO
Secretaria

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00012/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00012/2021, que objetiva: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instalação, locação e manutenção de redes de gases medicinais, bem como recarga de oxigênio, ar comprimido e aquisição materiais correlatos para a Secretaria de Saúde de Areia–PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA – EPP - R$ 645.561,60; CICERO ANTONIO BEZERRA VIEIRA - R$ 2.376,00.

Areia - PB, 17 de Março de 2021

MARIA DO CARMO SANTOS
Secretaria

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2021, que objetiva: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de Locação de caminhão compactador de lixo para atender a demanda de coleta de lixo do Município de Areia–PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: ANDRE RICARDO BARRETO PERAZZO COSTA - R$ 323.640,00.

Areia - PB, 17 de Março de 2021

FABIANA PERAZZO DE MELO CABRAL
Prefeita

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00010/2021, que objetiva: Aquisição Parcelada de testes rápidos para diagnóstico do COVID–19 destinado a Secretaria de Saúde de Areia–PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - R$ 147.000,00.

Areia - PB, 17 de Março de 2021

MARIA DO CARMO SANTOS
Secretaria

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Gama Rosa, S/N - Centro - Arara - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Aquisições parceladas de Gás GLP, Água Mineral, Vasilhame e Garrafão, para pronta entrega, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município. Abertura da sessão publica: 10:00 horas do dia 01 de Abril de 2021. Início da fase de lances: 10:01 horas do dia 01 de Abril de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3369–1037. E-mail: licitacao@arara.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Arara - PB, 18 de Março de 2021

GERALDO BERNARDINO DA CRUZ NETO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Américo, 80 - Centro - Aroeiras - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS) DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS MUNICIPES DE AROEIRAS - PB – SRP. Abertura da sessão pública: 13:30 horas do dia 01 de abril de 2021. Início da fase de lances: 13:31 horas do dia 01 de abril de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Federal nº 5.450/05; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3396–1020. E-mail: licitacaopmaroeiras@gmail.com. Edital: http://aroeiras.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Aroeiras - PB, 18 de março de 2021

MAGNO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Américo, 80 - Centro - Aroeiras - PB, às 11:30 horas do dia 01 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa para a prestação dos serviços de manutenção em equipamentos médicos deste município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3396–1020. E-mail: licitacaopmaroeiras@gmail.com. Edital: http://aroeiras.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br.

Aroeiras - PB, 16 de Março de 2021

MAGNO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Pedro Américo, 80 - Centro - Aroeiras - PB, às 10:30 horas do dia 01 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS DIVESSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3396–1020. E-mail: licitacaopmaroeiras@gmail.com. Edital: http://aroeiras.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br.

Aroeiras - PB, 16 de Março de 2021

MAGNO FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcelada de lubrificantes para utilização em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários oficiais e/ou à serviço da municipalidade via locação. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00008/2021. DOTAÇÃO: Recursos Previstos no orçamento vigente do Município de Aroeiras - ELEMENTOS DE DESPESA: 3.3.90.30.99.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO/3.3.90.30.05.00 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aroeiras e: CT Nº 00034/2021 - 17.03.21 - TASSIO ARAUJO NORBERTO AGUIAR - R$ 128.073,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00009/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00009/2021, que objetiva: Aquisição parcelada de pneus destinados a utilização em veículos e equipamentos rodoviários oficiais e/ou à serviço da municipalidade via locação; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: TASSIO ARAUJO NORBERTO AGUIAR - R$ 343.960,00.

Aroeiras - PB, 17 de Março de 2021

DOMINGOS MARQUES BARBOSA FILHO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimentos de peças e acessórios novos e genuínos/similar, por percentual de desconto oferecido das linhas, Renault, Citroen, Fiat, Mercedes–Benz, Nissan e etc., destinados a utilização em veículos e equipamentos rodoviários oficiais e/ou à serviço da municipalidade via locação. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00010/2021. DOTAÇÃO: Recursos Previstos no orçamento vigente do Município de Aroeiras - ELEMENTOS DE DESPESA: 3.3.90.30.99.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO / 33.90.39 – OUTROS SERV DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aroeiras e: CT Nº 00036/2021 - 17.03.21 - TASSIO ARAUJO NORBERTO AGUIAR - R$ 580.000,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcelada de pneus destinados a utilização em veículos e equipamentos rodoviários oficiais e/ou à serviço da municipalidade via locação. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00009/2021. DOTAÇÃO: Recursos Previstos no orçamento vigente do Município de Aroeiras - ELEMENTOS DE DESPESA: 3.3.90.30.99.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Aroeiras e: CT Nº 00035/2021 - 17.03.21 - TASSIO ARAUJO NORBERTO AGUIAR - R$ 343.960,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00010/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00010/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimentos de peças e acessórios novos e genuínos/similar, por percentual de desconto oferecido das linhas, Renault, Citroen, Fiat, Mercedes–Benz, Nissan e etc., destinados a utilização em veículos e equipamentos rodoviários oficiais e/ou à serviço da municipalidade via locação; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: TASSIO ARAUJO NORBERTO AGUIAR - R$ 580.000,00.

Aroeiras - PB, 17 de Março de 2021

DOMINGOS MARQUES BARBOSA FILHO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00005/2021

Torna público que fará realizar através daPregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Santa Ana, s/nº - Centro –Alagoa Nova - PB, às 08:30 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JUNTO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL E AO PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA - PB. Recursos: previstos no orçamento 2021. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02e Decreto Municipal nº. 024/2009. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Alagoa Nova - PB, 18 de março de 2021

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Santa Ana, S/Nº - Centro - Alagoa Nova - PB, por meio do site www.portalcompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO. Abertura da sessão pública: 10:30 horas do dia 31 de Março de 2021. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 5.450/05; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: pmanlicita@gmail.com. Edital: www.alagoanova.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portalcompraspublicas.com.br.

Alagoa Nova - PB, 18 de Março de 2021

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
RESULTADO FASE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

OBJETO: Pavimentação Asfáltica nas ruas: João Pessoa, Abelardo Targino e Trecho da Av. Semeão Leal. LICITANTES HABILITADOS: SECULAR COMERCIO CONSTRUCAO E REPRESENTACAO EIRELI; TCPAV – TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI. LICITANTE INABILITADO: NIEMAIA CONSTRUCOES EIRELI. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 30/03/2021, às 10:00 horas, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Professor Moreira, 21 - Centro - Araruna - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3373–1010. E-mail: licita@araruna.pb.gov.br.

Araruna - PB, 18 de março de 2021

MARCIELMA MARTINS CARDOSO
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
RATIFICAÇÃO
ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00001/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: A COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – - R$ 533.837,22.

Araruna - PB, 15 de março de 2021

AMÉRICA LOUDAL FLORENTINO TEIXEIRA DA COSTA
Secretária de Saúde

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
RESULTADO FASE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

OBJETO: Reforma da Unidade Básica de Saúde Helder Targino Maranhão. LICITANTES HABILITADOS: BSR LOCADORA DE VEICULOS EIRELI; PB CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA – EPP; SEVERINO OLEGARIO DA SILVA NETO. LICITANTES INABILITADOS: LISBOA ENGENHARIA CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI; SAO BENTO INSTALACOES E MANUTENCAO EIRELI. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 30/03/2021, às 08H30MIN, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Professor Moreira, 21 - Centro - Araruna - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3373–1010. E-mail: licita@araruna.pb.gov.br.

Araruna - PB, 18 de março de 2021

MARCIELMA MARTINS CARDOSO
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preços nº AD00001/2021 - Ata de Registro de Preços nº 10007/2021, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 10007/2021, realizado pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA. DOTAÇÃO: Orçamento de 2021 – Recursos Próprios do Município/Outros Recursos: 03.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FICHAS: 10 301 0012 2066 COORD.DAS ATIV.DO PROG. DE ATENCAO BASICA–PAB–FIXO 10 302 0012 2067 COORD.DAS ATIV.DO BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE 10 301 0012 2069 COORD.DAS ATIV.DO PROG.SAUDE DA FAMILIA–PSF 10 301 0012 2070 COORD.DAS ATIV.DO PROG.INCENTIVO A SAUDE BUCAL 10 301 0012 2071 COORD.E MANUT.DAS ATIV.DA FARMACIA BASICA 10 301 0012 2072 COORD.D/ATIV.DE OUTROS PROG.DO SIST.UNICO DE SAUDE 10 301 0012 2075 COOD.MANUT. ATIV. DO PROG. SUS–CAPS–CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL 10 301 0012 2076 COORD.MANUT.ATIV.DO PROG. SUS/CEO–CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS 10 302 0012 2077 COORD. MANUT. DAS ATIVIDADES DO SAMU–SERVICO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA 10 301 0012 2079 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PMAC 10 302 0012 2080 MANUT.DAS ATIV.DOS SERV.PUBL.EM SAUDE COM O FMS 10 302 0012 2086 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO 10 302 0012 2087 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CER – CENTRO DE REABILITAÇÃO Elemento de Despesas: 3390.30 – Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Araruna e: CT Nº 00007/2021 - 16.03.21 - A COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - R$ 533.837,22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10093/2019-CPL

Nº do aditivo: 2º termo aditivo ao contrato nº 10093/2019-CPL, do Pregão Presencial nº 00036/2019 / Objeto do aditamento: Adita o prazo em mais 12 (doze) meses ao inicialmente contratado/ Fundamentação Legal:Lei nº 8.666/93 e suas alterações / Data de assinatura do termo aditivo:21 de dezembro de 2020 / Contratante:Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa / Contratado:AZUSCOPY CENTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Sousa Lima, 118 - Centro - Barra de Santa Rosa - PB, às 14:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DESTE MUNICÍPIO. Recursos: previstos no orçamento 2021. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 024/2009. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3376-1040. E-mail: pmbsr.pb2017@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Barra de Santa Rosa - PB, 18 de Março de 2021

JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIA DA TRAIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Dom Pedro Ii, 681 - Centro - Baia da Traição - PB, às 08:30 horas do dia 06 de Abril de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de uma empresa especializada em construção civil, para construção e execução dos serviços de pavimentação nas ruas: Rua Maria Rosa Padilha, Rua Valdirene Lima de Moraes, Rua Geraldo Vieira de Melo, Rua Pedro Nascimento, Rua Alfredo Fernandes Brito e Drenagem Profunda na Rua: Alfredo Fernandes Brito, todas localizada neste município, conforme Termo de Referência e Contrato n. 1059618–70/2018 – Ministério das Cidades. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 99385–3266. Edital: https://transparencia.elmartecnologia.com.br/Licitacao?e=201; https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf.

Baia da Traição - PB, 18 de Março de 2021

MARINHO GERMANO DA SILVA NETO
Presidente da Comissão

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTO
25001/2021

A Comissão Permanente de Licitação através do seu pregoeiro Oficial Torna público, para conhecimento aos que possa interessar que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25001/2021 ,Tipo Maior desconto por Item, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE 2021, realizado no dia 17 de Março de 2021, foi declarado DESERTO. Informações: E-mail: LICITACAO.SEMASCG@GMAIL.COM.

Campina Grande - PB,17 março de 2021

JOÃO ALFREDO AGRA DE MEDEIROS NAPOLES
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE Nº 00044/2020.PARTES: STTP / WB SINALIZAÇÃO. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MÊSES, MANTENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL00004/2020 STTP, COM FULCRO NO ART 57, INCISO II, § 1º E § 2º DA LEI 8666/93. ASSINAM: CARLOS MARQUES DUNGA JUNIOR / WB SINALIZAÇÃO. ASSINARTURA:18/03/2021

CARLOS MARQUES DUNGA JUNIOR
Superintendente - STTP

ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25003/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Santa Clara–antigo Museu de Artes Assis Chateaubriand, S/N - Centro - Campina Grande - PB, por meio do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE 2021. Abertura da sessão publica: 09:00 horas do dia 31 de Março de 2021, Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 5.450/05; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 11:00 horas – 14:00 as 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33106652. E-mail: LICITACAO.SEMASCG@GMAIL.COM. Edital: www.tce.pb.gov.br; https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Campina Grande - PB, 17 de Março de 2021

JOÃO ALFREDO AGRA DE MEDEIROS NAPOLES
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SUPERINTENDENCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PUBLICOS DE CAMPINA GRANDE
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2021

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento do início da fase de lances do Pregão Eletrônico nº 00003/2021, para o dia 05 de Abril de 2021 às 14:00 horas; abertura da sessão pública para ocorrer no dia 05 de Abril de 2021 às 14:00 horas. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, na Rua Cazuza Barreto, 113 - Estação Velha - Campina Grande - PB. Telefone: (83) 33411278. E-mail: sttpcampina.licita@gmail.com. Site: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

Campina Grande - PB, 18 de Março de 2021

ARLAN RAMOS LUCAS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00001/2021, que objetiva: Aquisições Parceladas de Combustíveis, Lubrificantes e Derivados de Petróleo, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes e/ou locados a esta edilidade e ao Fundo Municipal de Saúde; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: SOUZAUTO LUB COMERCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI - R$ 50.990,00.

Casserengue - PB, 01 de Março de 2021

ANTONIO JUDIVAN DE SOUSA
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00001/2021

OBJETO: Aquisições Parceladas de Combustíveis, Lubrificantes e Derivados de Petróleo, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes e/ou locados a esta edilidade e ao Fundo Municipal de Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00001/2021. DOTAÇÃO: Recursos FPM, ICMS, TRIBUTOS, MDE, FUNDEB, FMS, PAB, CRAS, PAIF: 01 – GABINETE DO PREFEITO 04.122.1002.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito 02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.1002.2003 – Manut. da Secretaria de Administração 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS 04.123.0003.2006 – Manut. da Tesouraria e Finanças 04 – SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA 12.361.0004.2009 – Manut. do FUNDEB 12.361.0004.2010 – Salário Educação 12.361.1002.2019 – Manut. das Ativ. Des. pelo MDE 06 – SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.244.1002.2029 – Manut. das Ativ. da Sec. Assistência Social 07 – SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA 15.452.1002.2033 – Manut. da Secretaria da Infra–Estrutura 08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA 20.606.1002.2036 – Manut. das Ativ. da Secretaria de Agricultura 09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL 08.244.0011.2038 – Manut. das Ativ. do CRAS/PAIF 08.244.0011.2040 – Manut. das Ativ. Desenvolvidas pelo SCFV 08.244.1002.2042 – Manut. das Ativ. do Fundo Munic. de Assistência 08.244.0011.2043 – Manut. do Progr. Assistência –IGD–SUAS 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0005.2044 – Programa PAB–FIXO 10.301.0005.2051 – Manut. Outros Prog. do SUS 10.301.0005.2054 – Manut. das Ativ. Desenv. pelo FMS 3.3.90.30.01 – Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Casserengue e: CT Nº 00007/2021 - 01.03.21 - SOUZAUTO LUB COMERCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI - R$ 50.990,00.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

Distrato ao Contrato nº 00004/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00001/2021 cujo OBJETO era Aquisição parcelada de Combustíveis, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes e/ou locados a esta edilidade e ao Fundo Municipal de Saúde. por interesse público e em decorrência da motivação exposta no Parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Casserengue/PB, com fulcro no art. 79, inciso II, combinado com art. 78, inciso IV, ambos da Lei n° 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 10/02/2021.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00014/2021

A Prefeitura Municipal de Conceição/PB, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do julgamento da IMPUGNAÇÃO impetrada pela empresa CRIARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.957.510/0001-38 ao Edital. Objeto do certame, contratação de empresa especializada para confecção material de comunicação visual (adesivos, banner, placas e outro) para todas as secretarias do Município de Conceição – PB. Com fundamento na decisão da pregoeira, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que presente os requisitos de admissibilidade e, no mérito, com lastro nos posicionamentos levantados, julgo pela sua improcedência, mantendo-se os termos do edital pelos motivos mencionados.

Conceição/PB, 17 de março de 2021.

Késsya Medeiros Lacerda Figueiredo de Sousa
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00152/2020

O Pregoeiro Oficial comunica aos interessados que o Pregão Presencial nº 00152/2020 cujo objeto é aquisição de material escolar, material de escritório, kit escolar individual e coletivo destinados as Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Cabedelo, fica adiado até ulterior deliberação. Motivo: Necessidade de alteração do termo de referência consequentemente no edital, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.

Telefone: (083) 3250-3121 / Email: licitacaocabedelo@yahoo.com.br

Cabedelo - PB, 18 de Marçode 2021

Ramon Sorrentino Batista
Presidente da CPL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 0018/2021

O Pregoeiro Oficial comunica aos interessados que o Pregão Presencial nº 0018/2021 cujo objeto é aquisição de Fardamentos Escolar, destinados as Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Cabedelo, fica adiado até ulterior deliberação. Motivo: Necessidade de alteração do termo de referência consequentemente no edital, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.

Telefone: (083) 3250-3121 / Email: licitacaocabedelo@yahoo.com.br

Cabedelo - PB, 18 de Marçode 2021

Ramon Sorrentino Batista
Presidente da CPL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rodovia Pb 018, S/N - Rodovia - Conde - PB, às 16:00 horas do dia 05 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de água mineral - garrafão de 20 litros -, mediante requisição periódica. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 12:00 as 18:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: conde.cpl.2021@gmail.com. Edital: www.conde.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Conde - PB, 18 de Março de 2021

LUÃ HAWANN SILVA SOUSA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00003/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rodovia Pb 018, S/N - Rodovia - Conde - PB, às 14:00 horas do dia 05 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de gás de cozinha GPL - botijão de 13 kg vazio e recarga -, mediante requisição periódica. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 12:00 as 18:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: conde.cpl.2021@gmail.com. Edital: www.conde.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Conde - PB, 18 de Março de 2021

LUÃ HAWANN SILVA SOUSA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00012/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Gov. Flavio Ribeiro, 19 - Centro - Gurinhém - PB, às 11:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CARRO DE SOM LINCENCIADO PARA VEICULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DESTE MUNICÍPIO. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 003/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3285–1529. E-mail: licitacaogurinhem@gmail.com. Edital: https://www.gurinhem.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br.

Gurinhém - PB, 17 de março de 2021

RAFAEL LOPES DE CARVALHO LEITE
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00006/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00006/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FORMAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: COMERCIAL BRAGA VARIEDADES LTDA - R$ 15.492,20

Gado Bravo - PB, 18 de Março de 2021

MARCELO PAULINO DA SILVA - Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FORMAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00006/2021. DOTAÇÃO: 02.006 SEC. DE EDUCAÇÃO 12 361 1005 2009 Manter as Atividades do FUNDEB 40% 12 361 1005 2010 Manter as Atividades do Ensino Fundamental – MDE 12 361 1005 2011 Manutenção de Programas com Recursos do FNDE 12 365 1005 2014 Manutenção da Educação Infantil. VIGÊNCIA: até 16/05/2021. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO e: CT Nº 02101/2021 - 18.03.21 - COMERCIAL BRAGA VARIEDADES LTDA - R$ 15.492,20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a todos os interessados que no dia 31 de Março de 2021 às 08h00min, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo Menor Preço, por item, tendo por objeto a: AQUISIÇÃO DE TONERS/CARTUCHOS REMANUFATURADOS E/OU ORIGINAIS, MEDIANTE SOLICITAÇÃO PERIÓDICA E ENTREGA PARCELADA, BEM COMO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS OPERACIONAIS DESTE MUNICÍPIO, tipo menor preço por item, para atender a necessidades da Secretarias, conforme consta do Edital durante o exercício de 2021. As empresas interessadas poderão adquirir o Edital gratuitamente através do telefone (83) 3347–1820, do portal do TCE/PB https://portal.tce.pb.gov.br/ via (SAGRES CIDADÃO – Mural de Licitações – Licitações Previstas) e/ou por e-mail: gadobravolicitacao@gmail.com das 09h00min às 12h00min e/ou do portal http://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Gado Bravo - PB, 18 de Março de 2021.

ERINALDO ARAÚJO SOUSA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIARA
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Prefeitura municipal através de seu pregoeiro torna sem efeito a publicação do AVISO DE LICITAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2021 publicado no Diário Oficial do Estado, página 46 em 17/03/2021.

IBIARA - PB, 18 de Março de 2021.

SEBASTIÃO BATISTA PALITO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N. º 09001/2021
PROCESSO ADM. Nº. 2020/097164
CHAVE CGM: JPIQ-LP4I-1G8M-OH2R

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural (ANEXO I), para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, através da Presidente da Comissão Setorial de Licitação, torna público que realizará licitação, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, atinente ao objeto em referência. Os Grupos Formais deverão apresentar toda a documentação de habilitação e o projeto de venda no período de 22/03/2021 a 12/04/2021, das 08h às 14h, na Sala da Comissão Setorial de Licitação. A abertura dos envelopes e análise dos documentos de habilitação e projetos de venda ocorrerá em sessão pública, a realizar-se em 13/04/2021, às 09h, no Auditório do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Agua Fria, João Pessoa/PB, CEP 58.053-900. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Setorial de Licitação da SEDEC, situada na Rua Diógenes Chianca, nº 1.777 – Água Fria, João Pessoa/PB, no horário das 08h às 14h, em razão da grave situação de saúde pública que afeta nosso país, através do e-mail cslsedecjp@yahoo.com.br e no site http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes, a partir do dia 19 de março de 2021.

João Pessoa, 18 de março de 2021.

Anatilde Eleonore Teixeira Travassos
Presidente da CSL/SEDEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23.017/2021 A 23.018/2021
Processo Licitatório nº 043093/2020 Pregão Eletrônico nº 23.024/2020

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPOS PARA BOMBAS DE INFUSÃO E EXTENSORES PARA BOMBAS DE SERINGA, COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS.

O Diretor Geral juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Cândida Vargas, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 23.024/2020, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei n° 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.892/2013, e do Decreto Municipal nº 7.884/2013 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do objeto do presente Pregão:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23.017/2021

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CNPJ sob o nº 49.324.221/0001-04

LOTE 01	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	FABRICANTE/ MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01.1	4.000	UND	Equipo para aplicação de soluções parenterais, em bomba de infusão, sistema pulsátil ou peristáltico linear, macrogotas, estéril uso único, descartável, em PVC, com ponta de fácil adaptação em frasco de solução parenteral de sistema fechado, entrada de ar com membrana hidrófoba de pelo menos 0,22 micra, com tampa protetora localizada acima da câmara de gotejamento de material translúcido. Tubo extensor em PVC, transparente, atóxico, com no mínimo 1,80m., injetor lateral com membrana autocicatrizante, regulador de fluxo com pinça rolete, protetor de extremidade com filtro hidrófobo que mantém o sistema fechado no preparo, extremidade com sistema luer fêmea que proporcione ao adpatador encaixe perfeito. E em conformidade com as normas da ABNT, no que for aplicável. Embalagem estéril.	FRESENIUS	25,60	102.400,00
01.2	6.000	UND	Equipo para aplicação de soluções parenterais, em bomba de infusão FOTOSSENSIVEL, sistema pulsátil ou peristáltico linear, macrogotas, estéril, uso único, descartável, em PVC, com ponta de fácil adaptação em frasco de solução parenteral de sistema fechado, entrada de ar com membrana hidrófoba de pelo menos 0,22 micra, com tampa protetora localizada acima da câmara de gotejamento de material translúcido. Tubo extensor em PVC, transparente, atóxico, com no mínimo 1,80m. Injetor lateral com membrana autocicatrizante, regulador de fluxo com pinça rolete, protetor de extremidade com filtro hidrófobo que mantém o sistema fechado no preparo, extremidade com sistema luer fêmea que proporcione ao adaptador encaixe perfeito. E em conformidade com as normas da ABNT no que for aplicável. Embalagem estéril.	FRESENIUS	25,60	153.600,00
					Valor Total	R$ 256.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23.018/2021
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33

LOTE	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	FABRICANTE/ MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
02	9.000	UND	Extensor Bomba de Seringa FOTOSSENSIVEL, confeccionado em PVC, conector macho/fêmea que proporcione ao adaptador encaixe perfeito, com tampa protetora nas extremidades, medindo 120 cm de comprimento. Em conformidade com as normas da ABNT no que fôr aplicável. Embalagem estéril, constando dados de identificação, procedência, loto e validade do produto.	SAMTRONIC	16,00	144.000,00
					Valor Total	R$ 144.000,00

João Pessoa, 18 de Março de 2021

JOÃO AURÍLIO RODRIGUES ESTRELA
Diretor Geral do ICV

MARCELO MELO RODRIGUES
Diretor Administrativo e Financeiro do ICV

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEPLAN – CNPJ/CPF: Nº 08.778.326/0001-56,

torna público que recebeu da SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Licença Prévia N° 028/2021 para CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA, localizada no Bairro do Centro, no Município de João Pessoa - PB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04-004/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2020/088959.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS/ORGÃOS DEMANDANTES, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa através do Pregoeiro Oficial, torna público que, devido a impugnações aos termos do Edital e questionamentos encaminhados no tocante as especificações dos objetos constantes no Termo de Referência anexo I do edital, mais especificamente dos itens 277 e 278,fica SUSPENSA, 'sine die", a referida licitação marcada para o dia 22/03/2021 às 09hs00min (horário de Brasília), devendo oportunamente ser fixada nova data.

João Pessoa, 18 de março de 2021.

Dalpes Silveira de Souza
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04.010/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEDEC, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/007036.

Data da sessão: 31/03/2021

Horário da Abertura das Propostas: 09hs00min (HORÁRIO LOCAL).

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Nº da UASG: 982051

O Edital ficará à disposição dos interessados no portal do Município de João Pessoa, acessando através do link: https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes, a partir do dia 19/03/2021.

Consultas com o Pregoeiro e sua equipe de apoio pelo Fone: (83) 3218-9005 ou pelo e-mail: centraldecomprasjp.pregao@gmail.com.

João Pessoa, 18 de março de 2021.

Dalpes Silveira de Souza
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
UNIDADE EXECUTIVA DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS E CLASSIFICAÇÃO FINAL
LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL Nº 82002/2020

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Comissão Especial de Licitação do Programa "João Pessoa Sustentável", instituída através do Decreto Municipal Nº 9.672/2021, de 20 de janeiro de 2021, conjuntamente com a Comissão de Avaliação, instituída através da portaria interna nº 815/2021 UEP/SEGOV, publicada em 22 de janeiro de 2021 em edição especial do Semanário Oficial do município de João Pessoa, torna público, para conhecimento dos interessados, que após a análise das Propostas Técnicas e Financeiras apresentadas pelos candidatos e conforme Edital e Termo de Referência e decurso de prazo para apresentação de razões de divergência quanto ao resultado das análises, chegou à seguinte conclusão:

Classificação	Licitante	Nota Técnica	Nota Financeira	Nota Final
1º Lugar	AP ENGENHARIA LTDA	90	100	95

DESCLASSIFICADA

COMTÉRMICA COMERCIAL TÉRMICA, por ter descumprido o Item XI.3 do Termo de Referência, anexo ao Edital, conforme Relatório de Análise emitido pela Comissão Técnica.

Os documentos relativos ao presente julgamento e demais informações estão disponíveis no link https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes?id=5164, na aba "arquivos da licitação". Qualquer informação referente ao certame será prestada através do link acima citado.

João Pessoa, 18 de março de 2021.

Vandeivi Amâncio
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Programa "João Pessoa Sustentável"

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃONº DV002/2021

O Prefeito do Município de Livramento, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: Ratificar a Dispensa de licitação Nº DV002/2021, que objetiva a Contratação direta de pessoa jurídicaHeinrich Hertz Bernardino de Farias, para prestar serviço na confecção de prótese dentária, observando a importância de possibilitar as pessoas de baixa renda um sorriso sadio, seja pela estética, pela saúde, bem estar ou pela dignidade como pessoa, conforme portaria do Ministério da Saúde Nº 1.825/2012 de 24/08/2012; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos nº DV002/2021, a qual sugere a contratação direta da pessoa jurídica:Heinrich Hertz Bernardino de Farias, CNPJ Nº 15.555.612/0001-18, Rua Benedito Fialho, Nº S/N, Bairro: Centro, Cep: Nº 58.233-000, Cidade: Araruna/PB, com o valor total de R$ 17.250,00 (Dezessete mil, duzentos e cinquenta reais). Publique-se e cumpra-se.

Livramento - PB, 15 de março de 2021.

Ernandes Barboza Nóbrega
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 034/2021

Dispensa de Licitação nº DV002/2021. Contratante: Prefeitura de Livramento/PB. Contratada:Heinrich Hertz Bernardino de Farias, CNPJ Nº 15.555.612/0001-18, Rua Benedito Fialho, Nº S/N, Bairro: Centro, Cep: Nº 58.233-000, Cidade: Araruna/PB.Valor total contratado: R$ 17.250,00 (Dezessete mil, duzentos e cinquenta reais). Objeto: Prestar serviço na confecção de prótese dentária, observando a importância de possibilitar as pessoas de baixa renda um sorriso sadio, seja pela estética, pela saúde, bem estar ou pela dignidade como pessoa, conforme portaria do Ministério da Saúde Nº 1.825/2012 de 24/08/2012.Vigência do contrato para entrega: Em até 30 (Trinta) dias, contados a partir da assinatura do pedido.Vigência do contrato:Será de01 (Um) ano, podendo ainda ser prorrogado por iguais períodos, caso seja necessario.Fonte de recurso: Próprios do Município de Livramento/PB (Ordinários). Dotação: QDD/2021. Partes Contratantes: Ernandes Barboza Nóbrega(Pela contratante) e o Sr. Heinrich Hertz Bernardino de Farias (Pela contratada).

Livramento/PB, 17 de março de 2021.

Ernandes Barboza Nóbrega
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº DV002/2021

O Prefeito do Município de Livramento, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, Resolve: Ratificar a Dispensa de licitação Nº DV002/2021, que objetiva a Contratação direta de pessoa jurídicaDemetruz Bernardino de Farias-ME, CNPJ Nº 39.249.093/0001-28, para prestar serviço na confecção de prótese dentária, observando a importância de possibilitar as pessoas de baixa renda um sorriso sadio, seja pela estética, pela saúde, bem estar ou pela dignidade como pessoa, conforme portaria do Ministério da Saúde Nº 1.825/2012 de 24/08/2012; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos nº DV002/2021, a qual sugere a contratação direta da pessoa jurídica:Demetruz Bernardino de Farias-ME, CNPJ Nº 39.249.093/0001-28, com o valor total de R$ 17.250,00 (Dezessete mil, duzentos e cinquenta reais). Publique-se e cumpra-se.

Livramento - PB, 15 de março de 2021.

Ernandes Barboza Nóbrega
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 034/2021

Dispensa de Licitação nº DV002/2021. Contratante: Prefeitura de Livramento/PB. Contratada:Demetruz Bernardino de Farias-ME, CNPJ Nº 39.249.093/0001-28.Valor total contratado: R$ 17.250,00 (Dezessete mil, duzentos e cinquenta reais). Objeto: Prestar serviço na confecção de prótese dentária, observando a importância de possibilitar as pessoas de baixa renda um sorriso sadio, seja pela estética, pela saúde, bem estar ou pela dignidade como pessoa, conforme portaria do Ministério da Saúde Nº 1.825/2012 de 24/08/2012.Vigência do contrato para entrega: Em até 30 (Trinta) dias, contados a partir da assinatura do pedido.Vigência do contrato:Será de 01 (Um) ano, podendo ainda ser prorrogado por iguais períodos, caso seja necessario.Fonte de recurso: Próprios do Município de Livramento/PB (Ordinários). Dotação: QDD/2021. Partes Contratantes: Ernandes Barboza Nóbrega(Pela contratante) e o Sr. Demetruz Bernardino de Farias-ME, CPF Nº 946.899.977-72(Pela contratada).

Livramento/PB, 17 de março de 2021.

Ernandes Barboza Nóbrega
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 00014/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 00014/2021, cujo objeto a AQUISIÇÃO DE KITS DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19, EM CARÁTER DE URGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DE ACORDO COM A LEI 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2020, DE 06 DE JUNHO DE 2020. DATA DA ABERTURA: 26 DE MARÇO DE 2021, ÀS 09H30MIN (HORÁRIO LOCAL). Informações: no horário das 08h Às 12h dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33661991. E-mail: lagoaseca.licita@gmail.com. Edital: lagoaseca.licita@gmail.com ou www.tce.pb.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br.

Lagoa Seca - PB, 18 de Março de 2021.

ANA PAULA DINIZ BARBOSA ALVES
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 00004/2021. OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para as diversas Secretarias do Município de Manaíra - PB. NOTIFICAÇÃO: Convocamos as seguintes empresas para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: LUZIA PEREIRA DA SILVA 58211071487 - CNPJ: 24.066.165/0001-24. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

MANAÍRA- PB, 17 de Março de 2021

MANOEL VIRGOLINO SIMÃO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA
MUNICÍPIO DE MANAIRA
ESTRATO DEADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

OBJETO: Aquisição de Pneus, Câmara e Protetores para os veículos da Prefeitura Municipal de Manaíra/PB. O PREGOEIRO OFICIAL DO PREFEITURA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 036/2018, de 08/01/2018, e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, de 08 de Agosto de 2000, e subsidiariamente da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, R E S O L V E:ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00003/2021, que objetiva: Aquisição de Pneus, Câmara e Protetores para os veículos da Prefeitura Municipal de Manaíra/PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:- J A L SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMATICOS EIRELI. CNPJ: 34.277.779/0001-09. Valor: R$ 340.296,00. - S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS.CNPJ: 11.707.042/0001-83.Valor: R$ 52.115,80. Total: R$ 392.411,80.

MANAÍRA- PB, 17 de Março de 2021

JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA
MUNICÍPIO DE MANAIRA
ESTRATO DEHOMOLOGAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

O PREFEITO DO PREFEITURA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00003/2021, que objetiva: Aquisição de Pneus, Câmara e Protetores para os veículos da Prefeitura Municipal de Manaíra/PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente(s) vencedor(es):- J A L SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMATICOS EIRELI. CNPJ: 34.277.779/0001-09.Valor: R$ 340.296,00.- S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS.CNPJ: 11.707.042/0001-83.Valor: R$ 52.115,80.Total: R$ 392.411,80.

Publique-se e cumpra-se.

MANOEL VIRGOLINO SIMÃO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Pregão Presencial nº 00003/2021. OBJETO: Aquisição de Pneus, Câmara e Protetores para os Veículos da Prefeitura Municipal de Manaíra/PB. NOTIFICAÇÃO: Convocamos as seguintes empresas para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: J A L SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMATICOS EIRELI - CNPJ 34.277.779/0001-09. S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS - CNPJ 11.707.042/0001-83. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

MANAÍRA- PB, 17 de Março de 2021

MANOEL VIRGOLINO SIMÃO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00006/2021

A Prefeitura Municipal de Manaíra – PB torna público a licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda dos Alunos da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Manaíra – PB. Data e horário do recebimento das propostas: até às 09:45 horas do dia 06/04/2021. Data e horário do início da disputa: 10:00 horas do dia 06/04/2021. Fundamento legal: Lei Nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal de N° 124/2020, Lei Nº 8.666/1993 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, 164 - Centro - Manaíra - PB.

Manaíra – PB, 18 de Março de 2021.

JOSÉ ALBERTO TAVARES JÚNIOR
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA
MUNICÍPIO DE MANAIRA
ESTRATO DEADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

OBJETO:Aquisição de Gêneros Alimentícios para as diversas Secretarias do Município de Manaíra – PB. O PREGOEIRO OFICIAL DO PREFEITURA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 036/2018, de 08/01/2018, e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, de 08 de Agosto de 2000, e subsidiariamente da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993,R E S O L V E:ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00004/2021, que objetiva:Aquisição de Gêneros Alimentícios para as diversas Secretarias do Município de Manaíra – PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:- LUZIA PEREIRA DA SILVA 58211071487. CNPJ: 24.066.165/0001-24.Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29.Valor: R$ 59.941,00.Total: R$59.941,00.

MANAÍRA- PB, 17 de Março de 2021.

JOSÉ ALBERTO TAVARES JUNIOR
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRA
MUNICÍPIO DE MANAIRA
ESTRATO DEHOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

O PREFEITO DO PREFEITURA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00004/2021, que objetiva:Aquisição de Gêneros Alimentícios para as diversas Secretarias do Município de Manaíra – PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente(s) vencedor(es):- LUZIA PEREIRA DA SILVA 58211071487.CNPJ: 24.066.165/0001-24.Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29.

Valor: R$ 59.941,00. Total: R$59.941,00.

Publique-se e cumpra-se.

MANOEL VIRGOLINO SIMÃO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA
EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato prestação de serviços, de acordo com o processo de Inexigibilidade nº 00002/2021.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'GUA - PB

CONTRATADA: CLAIR & LEITÃO CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA ME.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos contábeis com especialização em contabilidade e gestão pública, o qual registra, analisa e interpreta os dados contábeis da prefeitura municipal de Olho D'água-PB, além de prestar serviços de natureza contábil nas demandas administrativas da edilidade municipal. Elaboração dos Balancetes mensais. REO, RGF, SIOPE, MSC, CPD e a Prestação de contas anual do exercício.

VALOR MENSAL R$: valor mensal de até R$ 8.000,00 (Oito mil reais), mais valor adicional de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), referente a elaboração do orçamento programa e prestação de contas anual, perfazendo o valor global de R$ 88.000,00 (Oitenta e Oito mil reais)

PRAZO: 31.12.2021.

Olho D'água - PB, em 18 de Março de 2021.

JOANA SABINO DE ALMEIDA CARVALHO
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO DÁGUA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00015/2021

A Prefeitura Municipal de Olho D'água - PB, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 00015/2021, do tipo menor preço por item, objetivando a Contratação de uma empresa para fornecimento de internet via fibra optica, com fornecimento e velocidade de transmissão em Mega decicado (MEGA FULL), com abertura para o dia 31.03.2021 às 14:00 horas, na sala de licitações deste órgão, situado na Rua Fausto de Almeida Costa, s/nº, Centro – Olho D'água-PB.

O edital encontra-se nos endereços www.tce.pb.gov.br ou www.olhodagua.pb.gov.br. Demais informações encontram-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08:00 às 12:00 ou Email: cplolhodaguapb21@gmail.com

Olho D'água-PB, 18 de Março de 2021.

JAAZIEL ARAUJO DE MORAIS
Pregoeiro

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00003/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Ananiano Ramos Galvão, S/N - Centro - Prata - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DO PETRÓLEO. Abertura da sessão publica: 08:00 horas do dia 02 de Abril de 2021. Início da fase de lances: 08:15 horas do dia 02 de Abril de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 5.450/05; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3390–1110. E-mail: cplpmprata@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Prata - PB, 18 de Março de 2021

CRISTIANA DE FÁTIMA DA SILVA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00004/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Ananiano Ramos Galvão, S/N - Centro - Prata - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES. Abertura da sessão publica: 13:30 horas do dia 02 de Abril de 2021. Início da fase de lances: 13:45 horas do dia 02 de Abril de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 5.450/05; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3390–1110. E-mail: cplpmprata@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Prata - PB, 18 de Março de 2021

CRISTIANA DE FÁTIMA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Prefeitura municipal de Piancó
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o presente processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00027/2021, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitação – CPL, contido no termo de Encerramento.

Faço a ADJUDICAÇÃO do seu objeto em favor da empresa H. F. SERVIÇOS MEDICOS LTDA – ME - CNPJ nº 26.090.641/0001-78, com o Valor Mensal Estipulado de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)e o Valor Global Estipulado de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais), com o objeto a Contratação para prestação de serviços especializados na área de saúde com atendimento a nível ambulatorial em consultas, na POLICLÍNICA, item de DERMATOLOGIA, referente a Chamada Pública 00001/2021.

Piancó-PB, em 18 de março de 2021.

Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito

Prefeitura Municipal de Piancó
Extrato do Contrato
Pregão Eletrônico nº 00007/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piancó.

CONTRATADA:PAULO RICARDO CORDEIRO DE GOIS- ME - CNPJ Nº 32.407.715/0001-50.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material médico para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Piancó-PB, durante o exercício de 2021.

Valor global:R$ 91.254,85 (noventa e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Piancó-PB, 18 de Marçode 2021

Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00003/2021

Aos 02 dias do mês de Março de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Puxinanã, Estado da Paraíba, localizada na Av. 28 de Janeiro - Centro - Puxinanã - PB, nos termos da Decreto Federal nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00003/2021 que objetiva o registro de preços para: sistema de registro de preços para eventual aquisição de material odontológico; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ - CNPJ nº 09.001.744/0001-03.

VENCEDOR: DENTAL COSTA PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

CNPJ: 11.054.242/0001-84

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% P/ ESMALTE E DENTINA 2,5ML	BIODINAMICA	PCT	150	5,90	885,00
2	AGENTE DE UNIÃO PARA ESMALTE E DENTINA - FRASCO C/ 4 ML	BIODINAMICA	UND	100	15,90	1.590,00
3	AGUA DESTILADA 5 LITROS	PRIME	GALÃO	80	11,95	956,00
4	AGUA OXIGENADA 10 VOL 1000ML		LT	120	6,49	778,80
5	AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVAL P/ ANESTESIA ODONTOLÓGICA 27G CURTA ESTÉRIL	DFL	CX	80	39,95	3.196,00
6	AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVAL P/ ANESTESIA ODONTOLÓGICA 30G CURTA ESTÉRIL	DFL	CX	100	39,95	3.995,00
7	ALAVANCA APICAL JOGO	GOLGRAN	KIT	20	85,00	1.700,00
8	ALCOOL 70 % LITRO	JALLES	LT	450	6,95	3.127,50
9	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G	NEVOA	UND	250	11,95	2.987,50
10	ALVEOLOTOMO CURVO	PRATA	UND	12	59,95	719,40
11	ALVEOLOTOMO RETO	PRATA	UND	12	59,95	719,40
12	AMÁLGAMA, PARTÍCULAS COM ALTO TEOR DE COBRE SEM FASE GAMA II, CÁPSULAS PRÉ - DOSIFICADAS, RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA, MEDIDA DE DUAS PORÇÕES DE AMÁLGAMA, POTE COM 500 UNIDADES	SDI	POTE	25	2.276,00	56.900,00
13	ANESTÉSICO CITOCAINA CX/50	DLA	CX	100	79,95	7.995,00
14	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL MEPIVACAINA 3%, SEM VASOCONSTRITOR, CAIXA COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES	DLA	CX	100	124,00	12.400,00
15	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, MEPIVACAÍNA 3%, COM VASOCONSTRITOR, ADRENALINA 2%, CAIXA COM 50 TUBETES ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA TUBETES DE 1,8ML	DLA	CX	150	124,00	18.600,00
16	ANESTÉSICO NOVOVOL CX/50	SSWHITE	CX	150	69,95	10.492,50
17	ANESTÉSICO TÓPICO GEL – A BASE DE BENZOCAÍNA 20%, EMBALGEM DE 12 G	DFL	UND	120	7,90	948,00
18	BABADOR DESCARTÁVEL C/100	BIODINAMICA	PCT	60	11,85	711,00
19	BANDEJA CLINICA 22X09X1,5CM	FLEXINOX	UND	100	16,80	1.680,00
20	BROCA CIRÚRGICA CILÍNDRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 701, 702 E 703	MICRODONT	UND	20	11,98	239,60
21	BROCA CIRÚRGICA ESFÉRICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 4, Nº 5, Nº 6 ESFÉRICA	MICRODONT	UND	12	11,98	143,76
22	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA, NÚMERO VARIADAS	MICRODONT	UND	300	2,99	897,00
23	BROCA GATES, Nº 2, EM AÇO INOXIDÁVEL 28 MM	MICRODONT	UND	12	11,98	143,76
24	BROCA GATES, Nº 3, EM AÇO INOXIDÁVEL 28 MM	MICRODONT	UND	12	11,98	143,76
25	BROCA GATES, Nº 4, EM AÇO INOXIDÁVEL 28 MM	MICRODONT	UND	12	11,98	143,76
26	BROCA TIPO ENDO Z	QUALITY BURS	UND	36	35,90	1.292,40
28	CABO DE BISTURI INOX N 4	GOLGRAN	UND	20	12,75	255,00
29	CAIXA DE CONE DE GUTA-PERCHA ESTANDARTIZADO DE 15-40	INJECTA	PCT	30	29,95	898,50
30	CAIXA DE CONE DE GUTA-PERCHA ESTANDARTIZADO DE 45-80	INJECTA	PCT	30	29,95	898,50
31	CAIXA DE CONE DE PAPEL ABSORVENTE CELL PACK (15-40) 1ª SÉRIE	INJECTA	PCT	30	38,20	1.146,00
32	CAIXA DE CONE DE PAPEL ABSORVENTE CELL PACK (45-80) 2ª SÉRIE	INJECTA	PCT	30	38,20	1.146,00
33	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CALCIO, PARA FORRAÇÃO DE CAVIDADES, PROTEÇÃO TECIDOS PULPARES, COMPOSTO DE PASTA BASE (13G)+PASTA CATALIZADORA (11G)+BLOCO	COLTENE	UND	100	15,00	1.500,00
34	CIMENTO ENDODÔNTICO COM HIDRÓXIDO DE CÁLCIO C/ 1 FRASCO PÓ C/ 8G + 1 BISNAGA DE RESINA C/ 9G	BIODINAMICA	UND	100	38,95	3.895,00
35	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO PARA CIMENTAÇÃO (AUTOPOLIMERIZÁVEL). ESTOJO CONTENDO 1 FRASCO DE PÓ(15G), 1 FRASCO DE LIQUIDO (10ML), 1 MEDIDOR DE PÓ, 1 CONJUNTO DOSADOR, UNIDADE APRESENTADA ESTOJO	MAQUIRA	UND	10	24,95	249,50
36	CIMENTO PROVISÓRIO, PARA CIMENTAÇÃO E OBTURAÇÃO PROVISÓRIA, COMPOSTO POR ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE FERRO DE FÁCIL MANIPULAÇÃO, COM BOA ADERÊNCIA MARGINAL, NÃO IRRITANTE AOS TECIDOS BUCAIS. EMBALADO EM POTES COM APROXIMADAMENTE 12G. (TIPO COTOSOL)	MAQUIRA	UND	80	13,20	1.056,00
37	CLOREDIXINA 2% SOLUÇÃO PARA LIMPEZA DE CAVIDADE	MAQUIRA	UND	20	13,20	264,00
38	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 FIOS C/500	BIOTEXTIL	PCT	500	13,98	6.990,00
39	CUNHA DE MADEIRA, PARA TRAVAMENTO DAS MATRIZES, ANATÔMICA, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UND	IODONTOSUL	PCT	20	11,98	239,60
40	ESCOVA DE ROBSON, CONTRA ÂNGULO, CLINICO	PREVEN	UND	100	1,88	188,00
41	ESPELHO BUCAL, AÇO INOXIDÁVEL, PLANO, Nº 5 ODONTOLÓGICO, ANTI EMBAÇANTE, RESISTENTE ESTERIFICAÇÃO QUÍMICA E AUTOCLAVAGEM	IODONTOSUL	UND	1000	3,93	3.930,00
42	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADO, USO ODONTOLÓGICO	MAQUIRA	UND	50	36,00	1.800,00
43	EUGENOL, USO ODONTOLÓGICO, EM FRACOS DE 20 ML	BIODINAMICA	UND	60	19,85	1.191,00
44	EVIDENCIADOR DE PLACAS	BIODINAMICA	UND	50	9,85	492,50
45	FIO DE SUTURA DE SEDE, Nº 3.0, USO ODONTOLÓGICO. CX C/24 ENVELORES	TECHNEW	CX	200	43,70	8.740,00
46	FIO DENTAL – FRASCO C/500M	HILLO	UND	50	9,88	494,00
47	FITA ADESIVA, PARA AUTOCLAVE, EM ROLOS DE 30 M X 19 MM	MASTERFIZ	UND	100	4,48	448,00
48	FIXADOR RADIOLÓGICO, PROCESSAMENTO MANUAL FILMES DENTAIS INTRAORAIS, SOLUÇÃO AQUOSA/INCOLOR E LÍMPIDO, CAT 6360010/KODAK, NÃO NECESSITA DILUIÇÃO EM ÁGUA FRASCO COM 475 ML	KULZER	UND	60	13,65	819,00
49	FLUOR TÓPICO GEL	ALLPLAN	UND	100	5,95	595,00
50	FLUORETO DE SÓDIO 2% NEUTRO, APRESENTAÇÃO EM GEL,USO ODONTOLÓGICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200 ML	ALLPLAN	UND	30	5,95	178,50
51	FORCEPS DIVERSOS	GOLGRAN	UND	30	104,95	3.148,50
52	FORMOCRESOL, USO ODONTOLÓGICO, EM FRASCO DE 10 ML	BIODINAMICA	UND	10	7,99	79,90
53	GAZE HIDRÓFILA DE FIOS DE ALGODÃO PURO E BRANCO, ISENTO DE AZULANTE, COM 13 FIOS, 08 DOBRAS, MEDINDO 9,1 CMX 91M, BOM ACABAMENTO, SEM FIOS SOLTOS ENROLADA DE FORMA CONTINUA E UNIFORME, EM ROLOS		UND	800	38,95	31.160,00
54	GORROS DESCARTÁVEIS, COM ELÁSTICO, NA COR BRANCA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	FARMATEX	PCT	100	24,98	2.498,00
55	GUTTA DE PERCHA ACESSORY "F" COM 120 PONTAS MÉDIA 28 MM	INJECTA	PCT	100	29,98	2.998,00
56	GUTTA DE PERCHA ACESSORY "FF" COM 120 PONTAS MÉDIA 28 MM	INJECTA	PCT	100	29,97	2.997,00
57	GUTTA DE PERCHA ACESSORY "FM" COM 120 PONTAS MÉDIA 28 MM	INJECTA	PCT	100	29,98	2.998,00
58	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA, COMPOSTO DE CÁLCIO 54%, HIDROGÊNIO 2,72% E OXIGÊNIO 43,2%, PARA USO ODONTOLÓGICO, APRESENTADO SOB A FORMA DE PÓ, EM EMBALAGEM DE 10G	BIODINAMICA	UND	50	6,83	341,50
59	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR ATIVADO QUIMICAMENTE, EMBALAGEM CONTENDO 1 FRASCO DE RESTAURADOR COM 8G, 1 FRASCO DE RESTAURADOR EM PÓ10G E UM DOSADOR	MAQUIRA	UND	80	24,95	1.996,00
60	JOGO DE POSICIONADORES PARA TOMADAS RADIOLÓGICAS	MAQUIRA	UND	20	64,48	1.289,60
61	KIT DE CANETAS , COMPOSTO DE CANETA DE ALTA , CONTRA ÂNGULO, MICRO MOTOR	SCHUSTER	KIT	15	2.495,00	37.425,00
62	KIT DE ESCOVAS ADULTO	HILLO	UND	1000	5,48	5.480,00
63	KIT DE ESCOVAS INFANTIL	HILLO	UND	3000	5,48	16.440,00
64	KIT DE PERIODONTIA JOGO	CASSIFLEX	KIT	20	113,20	2.264,00
65	LÂMINA DE BISTURI DASCARTÁVEL N 15 c/100	MEDLEVENSOHN	CX	30	29,00	870,00
66	LÂMINA DE BISTURI DASCARTÁVEL N 23 c/100	MEDLEVENSOHN	CX	40	29,00	1.160,00
67	LÂMINA DE BISTURI DASCARTÁVEL N 24 c/100	MEDLEVENSOHN	CX	50	29,00	1.450,00
68	LIMA TIPO HEDSTROEN Nº 15 – 40 DE 25 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
69	LIMA TIPO HEDSTROEN Nº 45 – 80 DE 25 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
70	LIMA TIPO K FLEXOFILE Nº 15 40 DE 25 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
71	LIMA TIPO K Nº 15 – 40 DE 21 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
72	LIMA TIPO K Nº 15 – 40 DE 25 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
73	LIMA TIPO K Nº 15 – 40 DE 31 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
74	LIMA TIPO K Nº 45 – 80 DE 21 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
75	LIMA TIPO K Nº 45 – 80 DE 25 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
76	LIMA TIPO K Nº 45 – 80 DE 31 MM	INJECTA	UND	30	35,98	1.079,40
77	LUBRIFICANTE EM SPRAY, PARA BAIXA E ALTA ROTAÇÃO, COMPOSTO DE ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE, INDICADO PARA LUBRIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DE OXIDAÇÃO EM ROLAMENTOS E MANCAIS DE DESLIZAMENTO DE INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS, UNIDADE APRESENTADA EM 200 ML	IODONTOSUL	UND	30	20,00	600,00
78	MASCARA DESCARTÁVEL C/50 UNID	MULTILASER	CX	500	38,90	19.450,00
79	MATRIZ DE AÇO ,5MM	PREVEN	UND	300	1,78	534,00
80	MATRIZ DE AÇO ,7MM	PREVEN	UND	300	1,90	570,00
81	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL FRASCO COM 100 UNID	BIODINAMICA	CX	100	12,97	1.297,00
82	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	PREVEN	UND	20	8,90	178,00
83	ÓLEO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO SPRAY	MAQUIRA	UND	30	19,98	599,40
84	ÓXIDO DE ZINCO, USO ODONTOLÓGICO, EMBALAGEM DE 50G	BIODINAMICA	UND	50	6,85	342,50
85	PAPEL CARBONO PARA ARTICULÇÃO, EM DUPLA FACE (AZUL E VERMELHO), PACOTE COM 12 FOLHAS DE 25 MM MEDINDO 25 MM X 110 MM	BIODINAMICA	PCT	50	2,98	149,00
87	PAPEL GRAU CIRURGICO, TRIPLA LINHA DE SECAGEM E INDICADOR DE PROCESSO, 20 CM, 100M, EM POLIESTER COM FILME DE POLIPROPILENO, 70 G/M² (PAPEL), 60 G/M² (FILME) G/M2	HOSPFLEX	UND	40	109,00	4.360,00
88	PAPEL GRAU CIRURGICO, TRIPLA LINHA DE SECAGEM E INDICADOR DE PROCESSO, 30 CM, 100M, EM POLIESTER COM FILME DE POLIPROPILENO, 70 G/M² (PAPEL), 60 G/M²(FILME) G/M2	HOSPFLEX	UND	20	120,00	2.400,00
89	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, USO ODONTOLÓGICO, EM FRASCOS DE 20 ML	BIODINAMICA	UND	20	9,88	197,60
90	PASTA PROFILÁTICA, PARA USO ODONTOLÓGICO, NEUTRA, COM FLUOR, SEM ÓLEO, BISNAGA COM 50 G	ALLPLAN	UND	50	6,88	344,00
91	PELÍCULA PARA RAIO X ADULTO PERIAPICAL EP-21, CAIXA COM150 UND	KULZER	CX	50	172,00	8.600,00
92	PELÍCULAS PARA RAIO X PERIADICAL, INFANTIL, EP-01, CAIXA COM 100 UND	CARESTREAM	CX	6	221,83	1.330,98
93	PINÇA CLINICA	PRATA	UND	120	9,00	1.080,00
94	PORTA AGULGA MAYO HEGAR INOX	GOLGRAN	UND	120	40,00	4.800,00
95	PORTA MATRIZ ADULTO	PRATA	UND	50	30,77	1.538,50
96	REMOVEDOR DE MANCHAS	IODONTOSUL	UND	40	20,23	809,20
97	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, USO ODONTOLÓGICO, DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA, COR A 3,5, SERINGA DE 4 G	MAQUIRA	UND	100	20,00	2.000,00
98	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, USO ODONTOLÓGICO, DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA, COR A1, SERINGA DE 4G	MAQUIRA	UND	100	20,00	2.000,00
99	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, USO ODONTOLÓGICO, DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA, COR A2, SERINGA DE 4G	MAQUIRA	UND	100	20,00	2.000,00
100	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, USO ODONTOLÓGICO, DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA, COR A3, SERINGA DE 4G	MAQUIRA	UND	100	20,00	2.000,00
101	REVELADOR FILME RADIOLÓGICO, SULFATO POTÁSSIO, DIETILENOGLICOL, SULFITO SÓDIO, HIDROQUINONA E CARBONATO DE CÁLCIO, REFORÇADOR, SOLÚVEL EM ÁGUA, SOLUÇÃO AQUOSA LÍMPIDA, FRASCO COM 745 ML	KULZER	UND	60	13,65	819,00
102	REVELADOR PLACA BACTERIANA, LÍQUIDO, SOLUÇÃO, ODONTOLÓGICO, PROFILAXIA, FRASCO COM 20 ML	BIODINAMICA	UND	60	9,88	592,80
103	SELANTE DE SULCOS E FISSURAS	MAQUIRA	UND	20	25,95	519,00
104	SERINGA CARPULE INOX	CASSIFLEX	UND	50	39,00	1.950,00
105	SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA 2%	MAQUIRA	UND	10	18,96	189,60
106	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA	BIODINAMICA	UND	60	20,90	1.254,00
107	SONDA EXPLORADORA INOX	PRATA	UND	100	12,90	1.290,00
108	SUGADOR DESCARTÁVEL CIRÚRGICO ESTERILIZADO COM ÓXIDO DE ETILENO COM 20 UND	MAQUIRA	PCT	10	37,96	379,60
109	SUGADOR DESCARTÁVEL, COMPÁTIVEL COM EQUIPO GNATUS, PARA REMOÇÃO DE SALIVA, CONFECCIONADOS EM MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	SSPLUS	PCT	1700	6,00	10.200,00
110	TIRA DE LIXA DE AÇO, 6 MM, USO ODONTOLÓGICO, PARA AMÁLGAMA, CAIXA DE 12 TIRAS	PREVEN	PCT	400	5,00	2.000,00
111	TIRA DE POLIÉSTER PARA RESTAURAÇÕES EM RESINA	MAQUIRA	PCT	400	3,37	1.348,00
112	TIRAS DE LIXA DE ACABAMENTO PLIMENTO DENTAL, MÉDIA FINA, CAIXA COM 150 TIRAS 4 MM X 170 MM	PREVEN	PCT	400	5,00	2.000,00
113	TOUCA C/100	FARMATEX	PCT	200	25,00	5.000,00
114	TRICRESOL FORMALINA, USO ODONTOLÓGICO, COMPOSTO DE FORMAL 38% E VEÍCULO ALCOÓLICO, EM FRASCOS DE 10 ML	BIODINAMICA	UND	30	6,10	183,00
115	VERNIZ CAVITÁRIO 15ML	BIODINAMICA	UND	100	13,00	1.300,00
116	VERNIZ CAVITÁRIO COM FLUOR, PARA USO ODONTOLÓGICO EM APLICAÇÕES TÓPICAS, EM BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS, EMBALAGEM DE 10 ML	SSWHITE	UND	100	31,73	3.173,00
					TOTAL	**384.487,52**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Puxinanã firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00003/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Puxinanã, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00003/2021, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00003/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- DENTAL COSTA PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.

CNPJ: 11.054.242/0001-84.

Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 - 112 - 113 - 114 - 115 - 116.

Valor: R$ 384.487,52.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Pocinhos.

Puxinanã - PB, 02 de Março de 2021

FELIPE GURGEL COUTINHO - Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00003/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00003/2021, que objetiva: sistema de registro de preços para eventual aquisição de material odontológico; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DENTAL COSTA PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - R$ 384.487,52.

Puxinanã - PB, 02 de Março de 2021

FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: sistema de registro de preços para eventual aquisição de material odontológico. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00003/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Puxinanã:... VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Puxinanã e: CT Nº 60301/2021 - 02.03.21 - DENTAL COSTA PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - R$ 384.487,52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRPIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃOPREGÃO PRESENCIAL
Nº 00004/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Capitão José Vicente, s/n – (prédio aonde funcionava antiga creche municipal) - Centro - Pirpirituba - PB, às 09:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Locação de veículos tipo passeio, para atender as eventuais viagens que tem como objetivo atender as diversas secretarias deste Município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 006/09; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3277–1108. Edital: http://www.pirpirituba.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br.

Pirpirituba - PB, 18 de Março de 2021

ROMÁRIO FERNANDES NICOLAU
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRPIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃOPREGÃO PRESENCIAL
Nº 00005/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Capitão José Vicente, s/n – (prédio aonde funcionava antiga creche municipal) - Centro - Pirpirituba - PB, às 14:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Locação de Veículos para prestar serviços junto as Secretarias Municipais deste Município, conforme especificados no anexo I do Edital. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 006/09; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3277–1108. Edital: http://www.pirpirituba.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br.

Pirpirituba - PB, 18 de Março de 2021

ROMÁRIO FERNANDES NICOLAU
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRPIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de reforma, adequação e modernização da Escola M. Monsenhor José Coutinho, zona urbana deste Município. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00007/2020. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Pirpirituba: (Crédito Especial – LEI Nº 203/2020) 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.361.2003.1068 Construir/Reformar Unidades Escolares 199 – Recursos Oriundos de Precatórios do FUNDEF 4490.51.99 – Obras e Instalações. VIGÊNCIA: até 23/08/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Pirpirituba e: CT Nº 00025/2021 - 24.02.21 - CONSTRUTORA E SERVIÇOS EXCLUSIVA LTDA-ME - R$ 654.790,66.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO
AVISO DE RATIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO E O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO, RATIFICA A DISPENSA Nº 006/2021, PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0019/2021; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO-PB. AMPARADO NO INCISO IV, ART. 24 DA LEI 8.666/93 E DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATAS, E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA: SERVICOL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 10.443.592/0001-70, VALOR R$ 866.621,40. PRAZO: 90 DIAS. DATA 18/03/2021.

João Paulo Dias de Araújo — Secretário de Finanças e Planejamento
Edvaldo Paulo Dias de Araújo — Secretário de Administração
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00016/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Joaquim Cavalcante de Morais, 96 - Centro - Remígio - PB, às 09:00 horas do dia 05 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: FORNECIMENTO DE ITENS PARA COMPOR CESTAS BÁSICAS PARA SEREM DISTRIBUIDAS COM PESSOAS CARENTES. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 001461/11; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33641631. E-mail: LICITACOESREMIGIO@GMAIL.COM. Edital: WWW.REMIGIO.PB.GOV.BR; www.tce.pb.gov.br.

Remígio - PB, 18 de Março de 2021
ALEXANDRE GONÇALVES DIAS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00005/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00005/2021, que objetiva: FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO, EPI (NR10), MATERIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA ELÉTRICA DOS PRÉDIOS PARA O MUNICIPIO; ADJUDICO o seu objeto a: BARBOSA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E LUMINARIAS LTDA - R$ 1.890,00; CENTRAL DO CONSTRUTOR – COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - R$ 16.314,80; GB COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP - R$ 438.041,43; JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R$ 26.740,90.

Remígio - PB, 15 de Março de 2021
ALEXANDRE GONÇALVES DIAS
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00005/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00005/2021, que objetiva: FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO, EPI (NR10), MATERIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA ELÉTRICA DOS PRÉDIOS PARA O MUNICIPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: BARBOSA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E LUMINARIAS LTDA - R$ 1.890,00; CENTRAL DO CONSTRUTOR – COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - R$ 16.314,80; GB COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP - R$ 438.041,43; JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R$ 26.740,90.

Remígio - PB, 15 de Março de 2021
FRANCISCO ANDRÉ ALVES
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO, EPI (NR10), MATERIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DA ELÉTRICA DOS PRÉDIOS PARA O MUNICIPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00005/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Remígio: 02.010 Secretaria de Gestão 02010 04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão 02.020 Secretaria de Administração e Finanças 02010 04 122 2002 2003 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 02.030 Procuradoria–Geral de Remígio 02030 04 122 2002 2004 Manutenção da Procuradoria Geral do Município 02.040 Secretaria de Saúde 02040 10 301 2002 2006 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde 02.050 Secretaria de Educação 02050 12 361 1001 2008 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental 02050 12 361 1001 2010 Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb – 40% 02050 12 365 1001 2014 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil 02050 12 361 1001 2015 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos 02.060 Secretaria de Trânsito 02060 26 122 2002 2023 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito 02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social 02070 08 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social 02070 08 243 2002 2026 Manutenção do Conselho Tutelar 02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 02080 15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 02090 20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 02.110 Fundo Municipal de Saúde 02110 10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde– Atenção Primária 02110 10 302 1002 2038 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção Especializada (MAC) 02.120 Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico 02120 13 122 2002 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico 02.130 Secretaria de Esporte e Lazer 02130 27 122 2002 2044 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer 02.140 Fundo Municipal de Assistência Social 02140 08 244 1003 2046 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 3390.30 material de consumo FONTE DE RECURSO: 1001 Recursos Ordinários 1111 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação 1120 Transferência do Salário–Educação 1124 Outras Transferências de Recursos do FNDE 1113 Transferências do FUNDEB 40% 1211 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde 1214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de custeio 1311 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Remígio e: CT Nº 00052/2021 - 15.03.21 - JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R$ 26.740,90; CT Nº 00053/2021 - 15.03.21 - CENTRAL DO CONSTRUTOR - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - R$ 16.314,80; CT Nº 00054/2021 - 15.03.21 - BARBOSA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E LUMINARIAS LTDA - R$ 1.890,00; CT Nº 00055/2021 - 15.03.21 - GB COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP - R$ 438.041,43.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00006/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Matias, 31 - Centro - Riacho de Santo Antônio - PB, às 09:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DIVERSOS NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTO ANTONIO–PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 007/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3641–1019. E-mail: pmrsa.cpl@hotmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Riacho de Santo Antônio - PB, 18 de Março de 2021
HILDA LUCIA BARBOSA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
PUBLICAÇÃO
Pregão Presencial
Nº 032/2021

A pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 02de abrilde 2021, às 09:00 horas, na sala da CPL na PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA, situada à Rua Coronel José Gomes de Sá, Nº 27, Centro, Sousa-PB, procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial. Objeto da presente licitação consiste em:Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de kit escolar. Interessados poderão baixar o edital no portal da transparência em http://www.sousa.pb.gov.br/, ou fazer sua retirada no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas, em todos os dias úteis no endereço supracitado com taxa de R$ 10 (dez) reais pela reprodução impressa deste edital, através de boleto emitido no setor de tributos. O valor cobrado é unicamente empregado à reprodução do mesmo.

Sousa, 17 de marçode 2021.
Alyne Santos de Paula
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00013/2021

A Prefeitura Municipal de São José do Bonfim/PB, torna público que estar realizando licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para as Unidades de Saúde e SAMU do município de São José do Bonfim/PB. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08:15 horas do dia 05/04/2021. Data e horário do início da disputa: 08:30 horas do dia 05/04/2021. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal de N° 014/2020, Lei Nº 8.666/1993 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 12:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Ferreira - Nº. 05 - Centro - São José do Bonfim - PB.

São José do Bonfim - PB, 18 de Março de 2021
JOSEILDO ALVES MOTEIRO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00014/2021

A Prefeitura Municipal de São José do Bonfim/PB, torna público que estar realizando licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de produtos de bomboniere e materiais de diversos para as diversas secretarias do município de São José do Bonfim-PB e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social deste município. Data e horário do recebimento das propostas: até às 10:45 hs/min do dia 05/04/2021. Data e horário do início da disputa: 11:00 horas do dia 05/04/2021. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal de N° 014/2020, Lei Nº 8.666/1993 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal, das 08:00 às 12:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Ferreira - Nº. 05 - Centro - São José do Bonfim - PB.

São José do Bonfim - PB, 18 de Março de 2021
JOSEILDO ALVES MOTEIRO
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS
Nº 00001/2021

O Presidente da Comissão de Licitação torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua José Ferreira, 05 - Centro - São José do Bonfim - PB, às 13:30 horas do dia 05 de Abril de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de prestação de serviço de limpeza, manutenção e reparos do patrimônio público do Município de São José do Bonfim/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

São José do Bonfim - PB, 17 de março de 2021.
JOSEILDO ALVES MONTEIRO
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº: 00011/2021
PREGÃO PRESENCIAL
N°: 003/2021

O MUNICÍPIO DE SALGADINHO ESTADO DA PARAÍBA, de acordo com as disposições da Lei Federal de nº. 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que dispõe a Lei 10.520/02, por intermédio do seu PREGOEIRO OFICIAL, torna público a quem interessa, que fará no dia 05 de abril de 2021, às 09h00min (Nove Horas e Zero Minuto), o presente Processo de Licitação.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento Parcelado de Material Odontológico Destinado ao Atendimento da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB.

INFORMAÇÕES: Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Maciel de Souza, 154, Bairro Centro – Salgadinho-PB, Cep: 58.650-000, através do site http://salgadinho.pb.gov.br, ou pelo Tel. (83) 3424-1014. Sinta-se convidado a participar do certame, representante do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Salgadinho-PB, 18 de Março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
N°: 009/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº: 016/2021

O PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Salgadinho/PB, torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 cujo OBJETO É: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Veículos Zero Quilômetro destinado ao atendimento das Diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Salgadinho - PB. INFORMAÇÕES: O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.salgadinho.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão pública na forma eletrônica será aberta às 09:00hs (Horário de Brasília) do dia 01/04/2021. Esclarecimentos: Telefone: (083) 3424- 1014 ou através do e-mail: apoiosalgadinho2019@gmail.com, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Salgadinho-PB, 18 de março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº: 012/2021
PREGÃO PRESENCIAL
N°: 004/2021

O MUNICÍPIO DE SALGADINHO ESTADO DA PARAÍBA, de acordo com as disposições da Lei Federal de nº. 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que dispõe a Lei 10.520/02, por intermédio do seu PREGOEIRO OFICIAL, torna público a quem interessa, que fará no dia 05 de abril de 2021, às 11h00min (Onze Horas e Zero Minuto), o presente Processo de Licitação.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento Parcelado de Material de Construção e Outros, destinado ao Atendimento das Diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB.

INFORMAÇÕES: Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Maciel de Souza, 154, Bairro Centro – Salgadinho-PB, Cep: 58.650-000, através do site http://salgadinho.pb.gov.br, ou pelo Tel. (83) 3424-1014. Sinta-se convidado a participar do certame, representante do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Salgadinho-PB, 18 de março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº: 013/2021
PREGÃO PRESENCIAL
N°: 005/2021

O MUNICÍPIO DE SALGADINHO ESTADO DA PARAÍBA, de acordo com as disposições da Lei Federal de nº. 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que dispõe a Lei 10.520/02, por intermédio do seu PREGOEIRO OFICIAL, torna público a quem interessa, que fará no dia 05 de abril de 2021, 14h00min (Quatorze Horas e Zero Minuto), o presente Processo de Licitação.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento Parcelado de Material Elétrico, destinado ao Atendimento das Diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB.

INFORMAÇÕES: Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Maciel de Souza, 154, Bairro Centro – Salgadinho-PB, Cep: 58.650-000, através do site http://salgadinho.pb.gov.br, ou pelo Tel. (83) 3424-1014. Sinta-se convidado a participar do certame, representante do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Salgadinho-PB, 18 de Março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº: 014/2021
PREGÃO PRESENCIAL
N°: 006/2021

O MUNICÍPIO DE SALGADINHO ESTADO DA PARAÍBA, de acordo com as disposições da Lei Federal de nº. 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que dispõe a Lei 10.520/02, por intermédio do seu PREGOEIRO OFICIAL, torna público a quem interessa, que fará no dia 08 de abril de 2021, 09h00min (Nove Horas e Zero Minuto), o presente Processo de Licitação.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Realização de Exames por Imagem de Média e Alta Complexidade para atender as Necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Salgadinho-PB.

INFORMAÇÕES: Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Maciel de Souza, 154, Bairro Centro – Salgadinho-PB, Cep: 58.650-000, através do site http://salgadinho.pb.gov.br, ou pelo Tel. (83) 3424-1014. Sinta-se convidado a participar do certame, representante do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Salgadinho-PB, 18 de Março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2021
PREGÃO PRESENCIAL
N°: 007/2021

O MUNICÍPIO DE SALGADINHO ESTADO DA PARAÍBA, de acordo com as disposições da Lei Federal de nº. 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que dispõe a Lei 10.520/02, por intermédio do seu PREGOEIRO OFICIAL, torna público a quem interessa, que fará no dia 08 de abril de 2021, 13h00min (Treze Horas e Zero Minuto), o presente Processo de Licitação.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação dos Serviços de Exames laboratoriais, Destinado ao Atendimento das Atividades da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB.

INFORMAÇÕES: Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Prefeitura Municipal de Salgadinho-PB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Maciel de Souza, 154, Bairro Centro – Salgadinho-PB, Cep: 58.650-000, através do site http://salgadinho.pb.gov.br, ou pelo Tel. (83) 3424-1014. Sinta-se convidado a participar do certame, representante do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Salgadinho-PB, 18 de Março de 2021.
José Leandro Morais
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO-PB
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
LEILÃO
N.º 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, que realizará licitação na modalidade Leilão de bens móveis inservíveis nº 001/2021 do tipo maior lance, que será realizado de forma presencial/online, pelo Leiloeiro Oficial o senhor Marco Túlio Montenegro Cavalcanti Dias, JUCEP N.º 010/2014. O leilão será realizado no dia 08/04/2021 às 10h00, presencialmente na Sede da Prefeitura, localizada na Rua José Marciel Souza, 154, Centro, Salgadinho-PB e online através do site www.marcotulioleiloes.com.br. Maiores informações, disponíveis na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Josefa Eugênia, S/N, Centro ou com o Leiloeiro Oficial (83) 98787-8175 ou através do e-mail: marcotulio@marcotulioleiloes.com.br.

Salgadinho-PB, 18 de Março de 2021.
MARCOS ANTÔNIO ALVES
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLÂNEA
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 0002/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 0002/2021, que objetiva: Aquisição de testes rápidos de COVID-19, para a Secretaria de Saúde deste Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: WAMA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, CNPJ – 66.000.787/0001-08 - R$ 33.800,00. Convocamos a empresa vencedora para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Solânea - PB, 17 de Março de 2021
KAYSER NOGUEIRA PINTO ROCHA
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00014/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Francisco Felinto dos Santos, 8 - Centro - São Bentinho - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Aquisição parcelada de Pneus, Câmaras e Acessórios, destinados a manutenção dos veículos e patrulha mecanizada/maquinas pesadas pertencentes a Prefeitura Municipal e ao Fundo Municipal de Saúde de São Bentinho – PB. Abertura da sessão publica: 08:30 horas do dia 07 de Abril de 2021. Início da fase de lances: 08:31 horas do dia 07 de Abril de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 83 9. 9877–9500. E-mail: saobentinhopb.licitacoes@gmail.com. Edital: www.saobentinho.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

São Bentinho - PB, 18 de Março de 2021
MONICA PEREIRA DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTINHO
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00008/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00008/2021, que objetiva: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinados a merenda escolar da rede municipal de ensino do município de São Bentinho/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: DANTAS E NOBRE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - R$ 6.777,10; E BERNARDO DE SOUZA & CIA LTDA - R$ 27.625,00; JOAO VYCTOR FERNANDES DE FREITAS - R$ 217.614,20; SEVERINO MANOEL DE SOUSA - R$ 4.280,00.

São Bentinho - PB, 18 de Março de 2021
MÔNICA DOS SANTOS FERREIRA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE
Pregão Presencial nº 013/2021

Objetivo:Aquisição parcelada de material de construção para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Serra Grande – PB.

Data da sessão:01 de abril de 2021, às 08h00min, na sala da CPL, no prédio da sede do município. Informações: Rua Vicente Leite de Araújo, 01, Centro – Serra Grande – PB, no prédio da Prefeitura Municipal. Informações no site www.tce.pb.gov.br, https://serragrande.pb.gov.br/licitacaolista.phpe e-mail: cplserragrande@gmail.com: todos os dias úteis das 08h00min às 12h00min.

Serra Grande-PB, 18 de março de 2021.
José Andreson Filho
Pregoeiro (a)

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00008/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00008/2021, que objetiva: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E PARA AS MÁQUINAS, PERTENCENTES A FROTA DESTA MUNICIPALIDADE; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: A SERTANEJA SERVICOS E DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E PECAS LTDA - R$ 145.914,00; CAYO CESAR CONSERVA ALVES – ME - R$ 101.290,00; GRANPECAS – COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SER - R$ 138.049,00; ROMARIO DA SILVA MARQUES - R$ 112.650,00; SEMEA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA - R$ 121.115,00; WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA 09865932490 - R$ 93.510,00.

São João do Tigre - PB, 17 de Março de 2021
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE
HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00009/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00009/2021, que objetiva: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL NOS VEICULOS E MAQUINAS PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TIGRE; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: CAYO CESAR CONSERVA ALVES – ME - R$ 69.290,00; GERALDO DANIEL DE LIMA - R$ 90.000,00; GRANPECAS – COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SER - R$ 89.900,00; ROMARIO DA SILVA MARQUES - R$ 80.010,00; SEMEA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA - R$ 108.440,00; WALLISON BRAZ DA ROCHA SILVA 09865932490 - R$ 37.935,00.

São João do Tigre - PB, 17 de Março de 2021
MARCIO ALEXANDRE LEITE
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 001/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Virgínio Veloso Borges –, S/N - Loteamento Jardim Miritânia - Santa Rita - PB, às 09:30 horas do dia 04 de Maio de 2021, licitação modalidade Concorrência Pública, do tipo melhor técnica, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA, PB, DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA REALIZAR ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIAÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA, COMPRA DE MÍDIA E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE, PARA ATENDER O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E AO DIREITO À INFORMAÇÃO, DE PROMOVER À VENDA DE BENS OU SERVIÇOS, DE DIFUNDIR IDEIAS, PRINCÍPIOS, INICIATIVAS OU INSTITUIÇÕES, OU DE INFORMAÇÃO O PÚBLICO EM GERAL, BEM COMO O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PESQUISAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO RELATIVOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO, A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA DESTINADAS A EXPANDIR OS EFEITOS, EM CONSONÂNCIA COM AS NOVAS TECNOLOGIAS, A PRODUÇÃO E A EXECUÇÃO TÉCNICA DAS PEÇAS OU MATERIAL CRIADO PELA CONTRATADA.OS. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: pmsrlicitapublica@gmail.com. Edital: https://licita coes. santarita.pb.gov.br/categoria/ editais; www.tce.pb.gov.br.

Santa Rita - PB, 18 de Março de 2021.
MARIA NEUMA DIAS
Presidente CPL/PMSR

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Virgínio Veloso Borges –, S/N - Loteamento Jardim Miritânia - Santa Rita - PB, às 09:30 horas do dia 05 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO, CONSULTORIA, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DE SISTEMAS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA, PB, EM LOCAL/UNIDADE/INDICADA PELA CONTRATANTE, PARA PROVIMENTO DE SERVIÇOS DIGITAIS COM APLICATIVO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, PORTAIS INSTITUCIONAL E DA TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA COM MONITORAMENTO E SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE CONTRATOS/LICITAÇÕES E AUTOMATIZAÇÃO COMPLETA DOS PROCESSOS INTERNOS E INTERNOS, COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA OFICIAL, PROVIMENTO DE PROCESSOS NATU-DIGITAIS, CENTRAL DE ATENDIMENTO, GESTÃO ELETRÔNICA, SISTEMAS ESPECIALISTAS INTEGRADOS. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: pmsrlicitapublica@gmail.com. Edital: https://licitacoes.santarita.pb.gov.br/categoria/ editais; www.tce.pb.gov.br.

Santa Rita - PB, 18 de Março de 2021
MARIA NEUMA DIAS
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA
Pregão Eletrônico nº 003/2021
Processo Administrativo nº 015/2021

AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM GARRAFÕES DE 20 LITROS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA RITA/PB

Considerando o edital e as publicações do referido Pregão Eletrônico:

Onde se Lê:

Aquisição de água mineral e garrafões, para suprir as necessidades da secretaria de saúde e administração e gestão do Município de Santa Rita/PB.

Leia-se:

Aquisição de água mineral em garrafões de 20 litros, para suprir as necessidades da secretaria de saúde do Município de Santa Rita/PB

Santa Rita, 18 de março de 2021.
Maria Neuma Dias
Pregoeira - CPL/PMSR

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.2021.060/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.003/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua João Francisco Filho Nº. 236, Centro, VISTA SERRANA - Estado da Paraíba, às 08hs:30min do dia 31 de março de 2021, licitação modalidade PREGÃO ELETRONICO, do tipo menor preço por item, para: Aquisição parcelada de medicamentos diversos, destinado a farmácia básica para as atividades da secretaria de saúde do município de Vista Serrana/PB. fundamento legal: termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. lei complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e demais legislação. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: vistaserranacpl@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br. www.portaldecompraspublicas.com.br

VISTA SERRANA - PB, 18 de março de 2021
TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial/PMVS

Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA
AVISO DE LICITAÇÃO
COMISSÃO DE PREGÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.2021.068/2021
PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 009/2021

Objetivo; aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes, destinado a frota de veículos do município, conforme especificações no edital e seus anexos.

A reunião as 08hs:30min do dia 31 de março de 2021, na sala da CPL, informação no endereço Rua Vereador Raimundo Garcia de Araújo, nº 25, Centro - Vista Serrana /PB – site www.tce.gov.br, Fone/fax 83 3436-1137 de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12hs.

Vista Serrana - PB, 18 de março de 2021
TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial /MVS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE
Nº IN00004/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2021, que objetiva: Contratação de Serviços Técnicos de assessoria jurídica, bem como em assuntos de interesse administrativo da Prefeitura Municipal; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOSE RODRIGUES DA SILVA - R$ 31.500,00.

Tacima - PB, 18 de Março de 2021
LUIS RODRIGUES SOBRINHO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00004/2021. OBJETO: Contratação de Serviços Técnicos de assessoria jurídica, bem como em assuntos de interesse administrativo da Prefeitura Municipal. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; e Lei Federal nº 14.039/20. AUTORIZAÇÃO: Gabinete do Prefeito. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 18/03/2021.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 00002/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00002/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE HORAS DE TRATOR DE PNEUS ACOMPANHADO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AOS CORTES DE TERRA DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICIPIO DE TACIMA; ADJUDICO o seu objeto a: AILTON DOUGLAS BEZERRA LAURENTINO 01780445474 - R$ 278.400,00.

Tacima - PB, 18 de Março de 2021
SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial

Estado da Paraíba
MUNICIPIO DE VISTA SERRANA
COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº.2021.069/2021
PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 010/2021

O município de VISTA SERRANA através de seu pregoeiro, torna público, que está aberta licitação para Aquisição parcelada de material de construção para todas as secretarias do município de Vista Serrana/PB, conforme termo de referência anexo I do edital.

A reunião será no dia 31 de março de 2021, às 09:30hs, Informação na sala da Comissão Permanente de Licitação no Endereço Rua João Francisco Filho Nº. 236, Centro - E-mail: vistaserranacpl@gmail.com, www.tce.gov.pb, de segunda a sexta de 07 as 12;00hs.

Vista Serrana-PB, 18 de março de 2021.
TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial/MVS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE MOTIVAÇÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRONICON° 05/2021

Torna público que, através do(a)Pregoeira, a Sessão Pública realizadano dia 17/03/2021 as9h00m. com o objetivo de: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICIPIO DE TACIMA POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 890499/2019 JUNTO AO MINISTÉRIO DAAGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, teve motivação de recurso pela empresa: ALTAIR FABRO E CIA LTDA, obedecendo o ordenamento do Decreto n 10.024 de 2019, no seu art. 44. , §1º, §2º, §3º e §4º o rito foi cumprido. Na plataforma eletrônica consta a motivação, assim como os prazos e esclarecimentos. .

Para Maiores informações:.
Telefone: (083) 991765042 WHATSAPP.
Email: prefeituradetacimapb@gmail.com

TACIMA- PB, 17de marçode 2021.

SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00009/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Joao Ferreira da Silva, 366 - Centro - Tacima - PB, às 14:00 horas do dia 31 de Março de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisições parceladas de medicamentos diversos de A a Z, da Linha ABCFarma constantes na Tabela, mediante solicitação diária e/ou periódica, devendo a entrega ocorrer nos quantitativos solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde deste Município, na sua sede, conforme cronograma após a respectiva solicitação, consumo previsto para o exercício de 2021. Atentar–se as INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES do ANEXO I. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Municipal nº 113/07; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33781029/91765042 W. E-mail: prefeituradetacimapb@gmail.com. Edital: https://www.pmtacima.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; podendo ser solicitado também pelo e-mail indicado.

Tacima - PB, 17 de Março de 2021

SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACIMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00010/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Joao Ferreira da Silva, 366 - Centro - Tacima - PB, às 09:00 horas do dia 07 de Abril de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: LOCAÇÃO DE SISTEMA. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Decreto Municipal nº 113/07; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 07:30 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33781029/91765042 W. E-mail: prefeituradetacimapb@gmail.com.

Tacima - PB, 17 de Março de 2021

SHEILA DE ARAÚJO PEREIRA
Pregoeira Oficial

Estado da Paraíba
O MUNICIPIO DE VISTA SERRANA
COMISSÃO DE PREGÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.2021.070/2021
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2021

O município de vista serrana através de seu Pregoeira torna público, que está aberta licitação para aquisição de forma parcelada de material de consumo administrativo destinado as atividades de todas as secretarias do município de vista serrana conforme anexo I do edital.

A reunião será as 13:00hs do dia 31 de março de 2021,

Informação na sala da Comissão Permanente de Licitação no Endereço Rua João Francisco Filho Nº. 236, Centro - E-mail: vistaserranacpl@gmail.com, www.tce.gov.pb, de segunda a sexta das 07 às 12;00hs.

Vista Serrana – PB, 18 de março de 2021.

TAMIRES PINHEIRO XAVIER
Pregoeira Oficial/MVS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – 2ª CHAMADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021
PROCESSO Nº 27.000.002387.2020

OBJETO/ÓRGÃO(S): AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA),destinado à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - SEDH,conforme edital e anexos.

DATA E HORÁRIO: 05/04/2021 às 09h00 (horário de Brasília).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras (COMPRASNET) - UASG Nº 925302

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO COMPRASNET: 900192021

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica,para conhecimento dos interessados que, considerando que a primeira chamada foi fracassada, nos termos da lei n° 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a segunda chamada da licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre oEdital,poderão ser obtidaspelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.bre pelo e-mail: gelic06@centraldecompras.pb.gov.br.A Gerência de Licitação é localizada naAv. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. 83 3208-9839.

Cadastro da CGEnº21-00278-3

João Pessoa, 18 de marçode 2021.

João Cláudio Araújo Soares
Gerente Executivo de Licitação

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA DA CENTRAL DE COMPRAS
GERÊNCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2021
PROCESSO Nº 19.000.029080.2020

OBJETO/ÓRGÃO(S): REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS E SOCIOEDUCANDOS, destinado à Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" - FUNDAC, conforme edital e anexos.

DATA E HORÁRIO: 05/04/2021 às 09h00 (horário de Brasília).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: https://www.gov.br/compras (COMPRASNET) - UASG Nº 925302

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da Secretaria de Estado da Administração, publica, para conhecimento dos interessados que, nos termos da lei n° 10.520/02 e alterações, do Decreto nº 24.649/03 que regulamentou a sua aplicação no âmbito do Poder Estadual, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará a licitação em epígrafe.

Maiores informações, inclusive sobre o Edital, poderão ser obtidas pelos sites https://www.gov.br/compras, www.centraldecompras.pb.gov.br e pelo e-mail: gelic05@centraldecompras.pb.gov.br. A Gerência de Licitação é localizada na Av. João da Mata, S/N, Bloco III, 1º andar, Jaguaribe, Centro Administrativo Estadual, CEP 58015-020, João Pessoa – PB. Tel. 83 3208-9839.

Cadastro da CGE nº 21-00368-1

João Pessoa, 18 de março de 2021.

João Cláudio Araújo Soares
Gerente Executivo de Licitação

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021
REGISTRO Nº 21-00373-9

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA – CINEP – através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação (Portaria nº 040/2020) vem convocar os interessados em participar do PREGÃO ELETRÔNICO ESTATAL Nº 003/2021 cujo objeto consiste em dois lotes, sendo: Primeiro lote: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica a distância, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de pronta resposta por 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos, mediante comodato, instalação e configuração do sistema de alarme, para execução da segurança eletrônica das instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes nas dependências da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA – CINEP situado a Av. Feliciano Cirne, 50 – Jaguaribe – João Pessoa-PB; Segundo lote: Contratação de empresa especializada em vigilância armada conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento, visando a proteção: 01 (um) Posto de vigilância armada, diurno de segunda-feira a sexta-feira das (09:00 às 18:48) horas, resguardada 1 (uma) hora para o almoço, na escala de serviço 5X2, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais nas dependências da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA – CINEP situado a Av. Feliciano Cirne, 50 – Jaguaribe – João Pessoa-PB.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global. Tipo: Menor Preço. Local: Sala de disputa do www.licitações-e.com.br. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da CINEP, http://www.cinep.pb.gov.br/portal/, na aba "Serviços" -> "Editais e Licitações", no site do Banco do Brasil no endereço www.licitacoes-e.com.br, e através de solicitação ao e-mail cineplicitacao@gmail.com. Limite de Acolhimento e Abertura de Propostas: 10h00 (dez horas) do dia 08 de abril de 2021, no www.licitações-e.com.br.

João Pessoa, 18 de março de 2020.

Ary de Assunção Santiago Bezerra de Medeiros
Presidente da CPL

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
REGISTRO Nº 21-00375-6

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA – CINEP – através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação (Portaria nº 040/2020) vem convocar os interessados em participar do PREGÃO ELETRÔNICO ESTATAL Nº 001/2021 cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento e manutenção dos Sistemas Contábil e Fiscal em nuvem, com banco de dados hospedado em servidor próprio do desenvolvedor do software, conforme especificações consignadas no Termo de Referência, incluindo na licença de uso dos mesmos a prestação de serviços técnicos de implantação dos sistemas, com a padronização/conversão de dados necessárias da migração do antigo para o novo sistema, bem como a customização dos mesmos, treinamento dos usurários, suporte técnico e manutenção.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global. Tipo: Menor Preço. Local: Sala de disputa do www.licitações-e.com.br. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da CINEP, http://www.cinep.pb.gov.br/portal/, na aba "Serviços" -> "Editais e Licitações", no site do Banco do Brasil no endereço www.licitacoes-e.com.br, e através de solicitação ao e-mail cineplicitacao@gmail.com. Limite de Acolhimento e Abertura de Propostas: 10h00 (dez horas) do dia 09 de abril de 2021, no www.licitações-e.com.br.

João Pessoa, 18 de março de 2020.

Ary de Assunção Santiago Bezerra de Medeiros
Presidente da CPL

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E O SEU PREGOEIRO
CNPJ 09.112.236/0001-94
CHAMAMENTO PÚBLICO n°002/2021

O Hospital Napoleão Laureano, através de seu Pregoeiro e da sua Comissão Permanente de Licitação, convida a quem possa interessar, por CHAMAMENTO PÚBLICO, para realizar credenciamento de pessoa jurídica que realizará no período de 22/03/2021 ao dia 05/04/2021, no horário das 09:00 as 16:00, na secretaria da Diretoria Geral, localizado à Av. Cap. José Pessoa, n°1140, bairro Jaguaribe, João Pessoa PB, tel.(83)3015.6203, para recebimento do credenciamento do CHAMAMENTO PÚBLICO n°002/2021, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÈDICOS ESPECIALIZADOS POR DIAGNOSTICOS POR IMAGENS, para o hospital acima citado, de acordo com as especificações contidas no respectivo edital e seus anexos.

João Pessoa, 18/03/2021.

Ricardo Vieira Coelho
Pregoeiro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COOPSEBRAE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
realização de forma digital

O Presidente da COOPSEBRAE – COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO SEBRAE/PB, SEBRAE/RN E SESC, SENAC E SENAR, EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convocam os associados, que nesta data são em número de446 (quatrocentos e quarenta e seis), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se, por meio de ambiente digital, conforme indicações abaixo, no dia 22 de Abril de 2021, na sede da COOPSEBRAE, localizada na Avenida Maranhão, 910 – Ed. Assis Chateaubriand – Sala 201 – 1º andar – Bairro dos Estados – João Pessoa/PB, em primeira convocação às13h00 (treze horas), com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados, segunda convocação 14h00 (quatorze horas), com a presença de metade mais um dos associados, em terceira convocação às 15h00 (quinze horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo: Resumo Financeiro, Demonstrações financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer da Auditoria Independente;
2. Destinação dos resultados/sobras apuradas do exercício de 2020;
3. Aprovação do Regulamento da atividade de Auditoria Interna, conforme artigo 15 § único, da Resolução 4.879/20;
4. Aprovação da proposta de destinação do FATES, segundo a lei 5.764/71;
5. Fixação do valor global dos honorários, gratificações e da cédula de presença dos membros da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal;
6. Eleição dos membros da Diretoria, para o mandato 2021-2025;
7. Aprovação do novo Regulamento Eleitoral;
8. Outros assuntos de interesse social.

Informações quanto ao acesso do ambiente digital da assembleia:

1- Os associados poderão participar da Assembleia Geral Ordinária Digital acessando o site www.coopsebrae.com.br, onde terá o link do Google Meet para a AGO DIGITAL 2021;

2- A votação será através do Google Forms e será enviado para os associados um link de acesso para a efetivação do voto;

3- O ambiente digital da assembleia poderá ser acessado a partir da internet do computador, smartphone ou tablet;

4- Para participar da Assembleia Geral Ordinária Digital os associados interessados deverão enviar um documento de identificação (RG, Carteira de Motorista) até o dia 21/04/2021, para o seguinte endereço eletrônico contato@coopsebrae.com.br.

5- A documentação relacionada aos assuntos a serem deliberados na assembleia, que compreende o Resumo Financeiro, Demonstrações Financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e o Regulamento da Atividade de Auditoria Interna estará disponívelpara visualização e downloadnosite da Coopsebrae, cujo link é:www.coopsebrae.com.br, além de estar acessível durante toda a solenidade assemblear, em tempo real.

João Pessoa, 19 de março de 2021.

ANTÔNIO TEIXEIRA NETO
Diretor Presidente

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Juiz(a) de Direito Dr(a) JOSIVALDO FÉLIX DE OLIVEIRA Do(a) 1ª Vara Cível da Capital Do Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que fica(m) IMTIMADO(A) pelo presente edital o(a) AUTOSTILO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA – ME (CNPJ: 08.708.043-O001/38), bem como seu representante legal SIMOALDO DOS SANTOS COSTA (CPF: 897.660.084-34), que se encontra em lugar incerto e não sabido, para Razão da intimação, no prazo de 15 (quinze) dias. Tudo conforme despacho Id 33237178 nos autos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, Processo n.º 0038925-39.2010.8.15.2001, que tramita neste(a) 1ª Vara Cível da Capital, promovida por EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, cujo despacho foi o seguinte: "... A intimação das partes executadas, por edital, para pagamento do débito exequendo no valor de R$ 636.705,29 (seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e cinco reais e vinte e nove centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, podendo oferecer impugnação nos 15 (quinze) dias seguintes ao prazo de pagamento, artigo 525 do Código de Processo Civil, ressalvado o fato de que findo o prazo de pagamento do artigo 523, § 1º, também do código de processo civil, sem a efetivação deste, deverá se dar expedição de mandado de penhora e demais atos expropriatórios, admitido o bloqueio on line da(s) quantia(s) executada(s), se requerido pelo credor, acrescido de 10% (dez) por cento referente à multa constante no artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil e mais 10% (dez) por cento referente aos honorários advocatícios de execução e, em obtendo-se sucesso no bloqueio, fica o auto deste junto ao Sistema Digital do BACENJUD constituído como termo de penhora...". E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no local de costume e publicado na forma da lei. 1ª Vara Cível da Capital-Pb, 17 de fevereiro de 2021. JOSIVALDO FÉLIX DE OLIVEIRA. Juiz(a) de Direito.

EUNÁPIO TORRES
6° SERVIÇO NOTARIAL E 2º REGISTRAL
Titular: Belª Maria Emília Coutinho Torres de Freitas
EDITAL DE INTIMAÇÃO AO DEVEDOR FIDUCIANTE

Dra. MARIA EMILIA COUTINHO TORRES DE FREITAS, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Zona Norte, seguindo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do Contrato de Financiamento Imobiliário nº 201814178, registrado sob o nº 7, na matrícula nº 121.672, com Alienação Fiduciária, referente ao imóvel tipo: UNIDADE AUTÔNOMA SOB N.º 103, DA TORRE A DO CONDOMÍNIO ST. JOHN RESIDENCE, SITUADO A RUA CANTORA MARIA DA GLÓRIA GOUVEIA DE VASCONCELOS, SOB Nº 151, ESQUINA COM A RUA JOSÉ GOMES DE SÁ FILHO, NO BAIRRO JARDIM OCEANIA, JOÃO PESSOA/PS, venho intimar a Senhora ADNA MERCIA MEDEIROS COSTA, para fins de cumprimento das obrigações contratuais que se encontram vencidas, sujeitas à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e as despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que vencerem neste período.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, para que se dirija a este Cartório Eunápio Torres, situado na Rua Comendador Renato Ribeiro Coutinho, nº 300, Altiplano Cabo Branco, nesta capital, onde deverá efetuar a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data desta publicação. Na oportunidade, fica Vossa Senhoria cientificada que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – BANCO INTER S/A – nos termos do Art.26 § 7° da Lei 9.514/97. Eu, Leonardo Santos do Nascimento, o digitei. João Pessoa, 15 de março de 2021.

Atenciosamente,

Oficial do Registro de Imóveis
Eunápio Torres – Serviço Notarial e Registral

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A. - EPC
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, os membros do Conselho de Administração e, nos termos do art. 132 e 133 da Lei Federal n.º 6.404/76, convocam Assembleia Geral Ordinária para o dia 25 de março, às 09h30min (09h30min), devendo ocorrer de forma não presencial, por via eletrônica.

Ordem do Dia:

1) Apreciação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020;
2) Apresentação da Carta Anual;
3) Eleição do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no art. 22 do Estatuto Social da EPC S.A.;
4) Outros assuntos de interesse da Empresa.

Aviso ao acionista: Comunicamos ao Senhor Acionista, que se encontra à disposição, na sede social da empresa, no endereço supracitado, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

João Pessoa-PB, 17 de março de 2021.

Lúcio Landim Batista da Costa
Representante do Acionista Estado da Paraíba
e Presidente do Conselho de Administração

COMARCA DE GUARABIRA-PB. 5ª VARA MISTA. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 20 (Vinte) DIAS. PROCESSO: 0001218-31.2011.8.15.0181. O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude de lei, etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou deste conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório 5ª Vara Mista de Guarabira tramitam os autos do processo em epígrafe, proposto por AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A em desfavor de REU: SEVERINO HENRIQUE DOS SANTOS. Tem o presente Edital a finalidade de CITAR o(a) promovido SEVERINO HENRIQUE DOS SANTOS por este não tido sido encontrado nos endereços indicados nos autos, estando em local incerto e não sabido, para integrar a relação processual apresentando sua defesa no prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art. 238, do NCPC, contados a partir decurso do prazo deste edital fixado em 20(vinte dias)dias. Advertindo-se que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM. Juiza de Direito da 5a Vara desta Comarca, expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça e afixada cópia no átrio do Fórum local, fincando prejudicada a publicação deste edital na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que ainda não há disponibilidade de tal sistema para este juízo. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade de Guarabira – PB. Aos 15 de março de 2021, FRANCINEIDE ANACLETO DA COSTA GUEDES Técnico/Analista Judiciário(a), o digitei. Dra. KÁTIA DANIELA DE ARAÚJO, Juiz de Direito.

Cooperativa da Construção Civil do Estado da Paraíba Ltda. – COOPCON PB
Av. Argemiro de Figueiredo, 2039 – Sala 105 – Bessa CEP 58.037-030- João Pessoa - PB
CNPJ: 10.951.331/0001-60
NIRE 25400007976
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIASEMIPRESENCIAL

O Presidente da Cooperativada Construção Civil do Estado da Paraíba Ltda. - COOPCON, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, CONVOCA os seus 44 (QUARENTA E QUATRO) cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, a realizar-se no dia 31 de março de 2021, na sede da Cooperativa localizada em Av. Governador Argemiro de Figueiredo, 2039 –sala 105 – Bessa, na cidade de João Pessoa/PB, às 14 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 15 horas, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 16 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Prestação de contas do exercício social de 2020, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;
2. Destinação das sobras apuradas (REINVESTIMENTO ou DISTRIBUIÇÃO);
3. Apresentação e apreciação do Plano de Ações para 2021;
4. Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração;
5. Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal;
6. Assuntos gerais de interesse da Cooperativa.

NOTAS:

1. Os associados poderão participar e votar a distância da seguinte forma: pela plataforma Google MEET, o link será enviado 48hs antes da Assembleia, através de endereços pessoais de cada cooperado (E-mail e WhatsApp).
2. O processo de votação será pelo Google Forms. [O link de cada ordem do dia, será compartilhado, durante a assembleia, através do CHAT e contabilizado o resultado pela cooperativa].
3. Para participar da Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, o associado deve apresentar os seguintes documentos:RG ou Carteira Nacional de Habilitação.
4. Os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia acima descrito estão disponíveis para visualização e download através do link a seguir: www.coopconpb.com.br.
4. Os cooperados interessados em participar do processo eleitoral para Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal deverão apresentar suas candidaturas sob a forma de chapa.
5.A chapa deverá ser protocolada na secretaria da Cooperativa até 25 de março de 2021.
6. Os associados candidatos a cargos eletivos deverão estar em dia com seus compromissos sociais e desimpedidos civil e criminalmente.

João Pessoa, 19de março de 2021.

Carlos Eduardo Maia Lins
Presidente
CPF: 250.681.304-78

A ABC E AGS PREMIUM CONSTRUÇÕES SPE LTDA, CNPJ: 38.479.398/0001-63, torna público que requereu à SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente, a Licença de Prévia e Licença de Instalação para o EDIFÍCIO LEGACY, situado a Avenida Infante Dom Henrique esquina com Avenida Nego, s/n, Tambaú, João Pessoa – PB.

CAROLINA LUCENA SOARES DE MELO EIRELI - CNPJ: 06.054.314/0001-53, TORNA PUBLICO QUE REQUEREU A SEMAPA – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,PESCA E AQUICULTURA DE CABEDELO, A LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. SITUADA NO ENDEREÇO: RUA HORTÊNCIA HELENA DE AMORIM BRITO S/N - LOTE 3Y QUADRA 06 LTOJARDIM BETA - JARDIMAMERICA, CABEDELO/PB - CEP: 58.102-660.

BEM VIVER TAMBIÁ URBAN EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA inscrito sob o CNPJ nº 24.294.524/0001-09torna público que requereuda SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa) a Licença de Instalação(LI) para construção de um edifício multifamiliar situado aRua Osvaldo Cruz, nº 170, no bairro de Tambiá, João Pessoa - PB.

URBAN 750 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDAinscrito sob o CNPJ nº 29.468.258/0001-07 torna público que requereuda SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa) a renovação da Licença de Instalação (LI) Nº 047/2019 emitida em 15 de maio de 2019 para construção de um edifício multifamiliar situado a Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, Nº 750, no bairro de Tambaú, João Pessoa - PB.

URBAN YOU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA inscrito sob o CNPJ nº 29.300.700/0001-83 torna público que requereu da SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa) a renovação da Licença de Instalação (LI) Nº 044/2019 emitida em 09 de maio de 2019 para construção de um edifício multifamiliar situado no lote de terreno próprio sob o nº 353 da Quadra 21 da Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo, no bairro Jardim Oceania, João Pessoa - PB.

URBAN GAMELEIRA CONSTRUCOES E INCORPORACOES SPE LTDAinscrito sob o CNPJ nº 35.432.472/0001-06torna público que requereuda SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa) a Licença de Instalação (LI) para construção de um edifício multifamiliar situado aAvenida Gov. Argemiro de Figueiredo, Nº 3711, no bairro Jardim Oceania, João Pessoa - PB.

ARaia Drogasil(CNPJ61.585.865/1695-71)torna público que recebeu da SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente a Licença de Operação 038/2021,para a atividade principal de comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, situadaAv. João Câncio da Silva No. 880. Bairro Manaíra, João Pessoa (PB), CEP 58.038-340.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL IVANDRO CUNHA LIMA
Bel. IVANDRO MOURA CUNHA LIMA
TABELIÃO TITULAR
Bel.ª IVANA B. CUNHA LIMA — TABELIÃ SUBSTITUTA
MARTA CUNHA LIMA DE OLIVEIRA — TABELIÃ SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO AO COOPERADO EMITENTE (DEVEDOR) e aos DEVEDORES SOLIDÁRIOS

A Belª. Ivana Borborema Cunha Lima, Oficiala do 1º Serviço Notarial e Registral Ivandro Cunha Lima, segundo as atribuições contendas pelo Art. 26, 4º, da Lei 9.514/97, bem como pelo credor **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI EVOLUÇÃO – SICREDI EVOLUÇÃO**, (Denominação social anterior Sicredi Centro Paraibana – Cooperativa de Crédito de Campina Grande LTDA), da Cédula de Crédito Bancário, operação de Crédito nº **39687/0**, garantindo por Alienação Fiduciária, firmado em **27/10/2017** com o COOPERADO EMITENTE (DEVEDOR) a empresa **ML TOMAZ Transportes de Cargas e Passageiros LTDA – ME**, CNPJ 10.455.481/0001-83, como **DEVEDORES SOLIDÁRIOS**, a Sra. **ZILENE NÓBREGA SANTOS**, CPF 027.390.224-50 e o Sr. **MARCKELLY LIMA TOMAZ**, CPF 029.817.894-06, registrado sob nº R-02, na matrícula nº 108.516, deste cartório referente ao imóvel **Terreno 04** – Inscrição Municipal 02.01.082.1.0038.001 – IMP/2012 – Frente, (Oeste) - com a Rua Sebastião Vieira da Silva, 8,00 metros; Lado Direito (Norte) - com o lote 13 da quadra e Loteamento acima citado, em nome de Maria Gorete Batista de Oliveira, 30,00 metros; Lado Esquerdo, (Sul) - com o Terreno 02 de Inscrição Municipal 02.01.082.1.0038.001, em nome de José Aurino de Barros Filho, 30,00 metros; Fundos, (Leste) - com o terreno ocupado pelo imóvel de nº 50 e 56 da Rua Dra. Neuza Brilhante, em nome de Dayse Torres Fernandes Rocha e Jefferson Batista Farias Santos, 9,00 metros, com o saldo devedor de responsabilidade de V.Sª. Venho pelo presente intimar o **COOPERADO EMITENTE (DEVEDOR)** empresa **ML TOMAZ TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS LTDA – ME**, CNPJ 10.455.481/0001-83, na pessoa do seu representante legal a Sra. Zilene Nóbrega Santos, CPF 027.390.224-50 e o Sr. Marckelly Lima Tomaz, CPF 029.817.894-06, os **DEVEDORES SOLIDÁRIOS**, a Sra. **ZILENE NÓBREGA SANTOS**, CPF 027.390.224-50 e o Sr. **MARCKELLY LIMA TOMAZ**, CPF 029.817.894-06, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao(s) encargo(s) devido(s) que se encontram(m) vencido(s). Informo ainda, que o valor devido(s) encargo(s), posicionado em 17/03/2021 correspondente a R$ **508.159,54 (quinhentos e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e acréscimo das despesas de cobrança e honorários advocatícios, até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, ao(s) encargo(s) que vencer(em) no prazo desta intimação.

Campina Grande (PB), 17 de março de 2021

Ivana B. Cunha Lima
Ivana Borborema Cunha Lima
Oficial de Registro de Imóveis

Rua Vidal de Negreiros, 75 - Ed. Ninotinha Cunha Lima, Centro, Campina Grande/PB
CEP 58101-000 – CNPJ: 09.366.526/0001-83

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
EDITAL Nº 058/2021 – LEILÃO BENS MÓVEIS

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas-SENAD, c/ apoio da Estrutura Organiz. do Estado da Paraíba, neste ato repres. p/ Comissão Perm. de Avaliação e Alienação de Bens, torna público que no **dia 05/04/21 c/ encerr. a partir das 09h**, exclusiv. p/ site **www.fidelisleiloes.com.br** será realizado LEILÃO, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo 08129.008803/2020-20.** Leiloeiro: Edeylson Peixoto Fidelis. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro e a SENAD não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira respons. do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato da arrematação, p/ cada lt., o licitante deverá efetuar imediato recolhimento bancário, na forma deste edital, no valor de 25% da arrematação, a título de caução e 5% relativos à comissão da Leiloeira e 20%, relativos à caução, pela arrematação do bem propriamente dito. A descrição dos lotes se sujeita às correções apregoadas no momento do leilão, p/ cobertura de omissões ou eliminação de distorções, caso verificadas. Informações adicionais, serão prestadas p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, em horário comercial através do e-mail comissaosedusp@sedusp.pb.gov.br e em horário comercial pelo telefone: 0800-707-9272, c/ o Leiloeiro Pub. Oficial EDEYLSON PEIXOTO FIDELIS. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** João Pessoa/PB, 11/03/21.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado da Paraíba
Portaria 29/2020 DEGEPOL de 10/02/2020
Júlia Valeska Magalhães Félix Bezerra (Presidente)

MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A - CNPJ (MF) nº 09.090.259/0001-45. **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**: Em cumprimento às disposições legais submetemos à apreciação dos senhores acionistas, sócios e aos demais ineressados as Demonstrações Contábeis de Miriri Alimentos e Bioenergia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Santa Rita/PB, 31 de dezembro de 2020. **A Diretoria**.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.255.956	18.044.450
Contas a receber de clientes	5	19.782.738	11.171.574
Estoques	6	44.400.497	31.207.013
Adiantamentos a fornecedores	7	32.335.727	37.807.823
Impostos a recuperar		1.191.701	426.929
Outros créditos		6.475.841	6.219.583
Despesas do exercício seguinte		4.802.747	5.003.816
Total do ativo circulante		117.245.207	109.881.189
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	4.795.809	4.695.809
Contas com partes relacionadas	8	9.232.238	8.451.333
Depósitos judiciais		12.819.717	12.879.181
Investimentos	9	34.917.577	26.668.757
Imobilizado	10	269.267.470	257.228.967
Intangível		82.462	82.462
Total do ativo não circulante		331.115.274	310.006.509
TOTAL DO ATIVO		448.360.480	419.887.698

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	38.212.270	25.439.645
Empréstimos e financiamentos	12	50.027.186	52.763.122
Obrigações fiscais		654.886	2.064.841
Obrigações sociais		1.952.830	1.807.635
Outras contas a pagar	13	702.988	9.512.349
Provisões		3.382.527	2.966.261
Receitas diferidas		5.339.375	4.900.034
Parcelamento de impostos	14	3.652.030	4.554.759
Total do passivo circulante		103.924.092	104.008.646
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	11	3.000.000	5.000.000
Empréstimos e financiamentos	12	61.364.102	39.769.868
Parcelamento de impostos	14	58.971.765	62.015.592
Provisão p/IRPJ e CSLL	15	14.438.535	14.531.118
Obrigações c/partes relacionadas	8	3.916.309	3.916.309
Receitas diferidas		-	-
Obrigações fiscais e sub-judice		9.176.300	9.176.300
Total do passivo não circulante		150.867.011	134.409.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	40.000.000	40.000.000
Reserva de capital		4.521.379	4.521.379
Reserva de lucro		36.624.800	22.033.012
Reserva de reavaliação		31.367.304	31.630.810
Prejuízos acumulados		(12.854.446)	(12.648.908)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17	93.910.340	95.933.572
Total do patrimônio líquido		193.569.377	181.469.865
TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQ.		448.360.480	419.887.698

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	19	159.151.191	146.099.821
Custo das vendas	20	(145.872.641)	(140.665.468)
Lucro Bruto		13.278.551	5.434.353
Despesas administrativas		(9.234.555)	(7.779.034)
Despesas de vendas		(1.180.704)	(304.057)
Resultado de equival. patrimonial	9	733.969	489.738
Outros resultados operacionais	21	15.795.142	24.073.645
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		19.392.403	21.914.645
Resultado financeiro	22	(6.874.259)	(8.161.753)
Resultado antes dos impostos		12.518.144	13.752.892
Imp. de renda e cont. social do período		-	-
Lucro líquido do exercício		12.518.144	13.752.892
Lucro líquido do exercício por ação		6,26	6,88

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

	2020	2019
Lucro do exercício	12.518.144	13.752.892
Outros componentes do result. abrangente		
Realização da reserva de reavaliação	(263.506)	(274.454)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrim.	(155.125)	(16.728)
Total do resultado abrangente	(418.631)	(291.182)
Resultado abrangente por ação:	(0,21)	(0,15)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

Fluxos de caixa das ativid. operacionais	2020	2019
Lucro/Prejuízo do exercício	12.518.144	13.752.892
Ajustes por:		
Depreciação / amortização	6.645.118	6.917.791
Lucro/Prejuízo na venda de imobilizado	421.426	(241.229)
Reversões no resultado do exerc. (reavaliação)	(511.214)	(372.818)
Equivalência patrimonial	(733.969)	(306.877)
Variações monetárias e juros líquidos	12.455.237	5.041.382
Lucro Ajustado	30.794.741	24.791.141
Variação das contas de:		
Clientes	(8.711.164)	5.291.656
Estoques	(13.193.484)	(1.778.517)
Adiantamento a Fornecedores	5.472.096	(5.154.896)
Impostos a Recuperar	(764.772)	(291.253)
Outros Créditos	(256.257)	(1.004.196)
Despesas do Exercício Seguinte	201.070	(1.803.738)
Fornecedores	10.772.625	7.179.136
Outras Contas a Pagar	(8.809.360)	(10.455.924)
Obrigações Sociais	145.194	(145.088)
Obrigações Fiscais	(1.409.955)	(1.485.695)
Provisões	416.265	(358.263)
Receitas diferidas	439.341	(1.840.544)
Depósitos judiciais	59.464	(2.609.941)
Caixa líq. prov. das atividades operacionais	15.155.804	10.333.880
Fluxos de caixa das ativ. de investimento		
Variação de Investimentos	(7.514.851)	(1.167.034)
Aquisição de Imobilizado	(19.718.048)	(7.460.784)
Recebimento pela venda de Imobilizado	613.000	463.570
Aquisição de Intangível	-	-
Caixa líq. prov. das atividades de investim.	(26.619.899)	(8.164.248)
Fluxos de caixa das atividades de financ.		
Variação de Partes Relacionadas	(693.531)	(1.051.969)
Captação de empréstimos e financiam.	140.953.930	243.773.739
Amortização de emprést. e financiam.	(134.550.869)	(230.115.145)
Variação de Impostos Parcelados	(3.946.556)	(3.035.162)
Adiantamento p/futuro aumento de capital	(87.374)	(72.789)
Caixa líq. prov. das atividades de financ.	1.675.600	9.498.674
Aum. líq. de caixa e equivalente de caixa	(9.788.494)	11.668.305
Caixa e equiv. de caixa no início do período	18.044.450	6.376.145
Caixa e equiv. de caixa no final do período	8.255.956	18.044.450

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

	Nota	Capital social	Res. de capital	Res. de Lucros: Res. legal	Res. de Lucros: Res. de Inc. fiscais	Res. de Reaval.	Ajuste de Aval. patrimon.	Prejuízos acumul.	Total do Patrim. Líquido
Saldos em 31.12.2018		40.000.000	4.521.379	1.910	6.064.397	31.905.264	97.913.816	(12.398.612)	168.008.154
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.752.892	13.752.892
Realização de reserva de reavaliação		-	-	-	-	(356.090)	-	-	(356.090)
Realização do I.R. s/reavaliação		-	-	-	-	48.353	-	-	48.353
Realiz. da contrib. social s/reaval.		-	-	-	-	33.283	-	-	33.283
Reversão da deprec. do ajuste de aval. patr.	17	-	-	-	-	-	(1.963.516)	1.963.516	-
Baixa do ajuste de aval. patr. na alien. de bens	17	-	-	-	-	-	(16.728)	-	(16.728)
Transf. para Res. de Incent. Fiscais	18	-	-	-	15.966.704	-	-	(15.966.704)	-
Saldos em 31.12.2019		40.000.000	4.521.379	1.910	22.031.101	31.630.810	95.933.572	(12.648.908)	181.469.865
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	12.518.144	12.518.144
Realização de res. de reaval.		-	-	-	-	(356.090)	-	-	(356.090)
Realização do I.R. s/reaval.		-	-	-	-	57.865	-	-	57.865
Realiz. de cont. social s/reavaliação		-	-	-	-	34.719	-	-	34.719
Reversão da deprec. do ajuste de aval. patrim.	17	-	-	-	-	-	(1.868.106)	1.868.106	-
Baixa do ajuste de aval. pat. na alien.de bens	17	-	-	-	-	-	(155.125)	-	(155.125)
Transf. p/Res. de Inc. Fiscais	18	-	-	-	14.591.789	-	-	(14.591.789)	-
Saldos em 31.12.2020		40.000.000	4.521.379	1.910	36.622.890	31.367.304	93.910.340	(12.854.446)	193.569.377

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A sociedade tem por objeto social: a) importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola; b) comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza; c) o transporte de cargas; d) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e de todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica; e) a exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros; f) importação de insumos agrícolas; g) administração por conta própria ou de terceiros de bens móveis e imóveis podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; h) a prestação de serviços agrícolas; i) participação no capital de outras sociedades. **NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - a) Declaração de conformidade com relação às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09. b) Base de mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para Reais, exceto quando indicado de outra forma. d) Aprovação das Demonstrações Contábeis - A diretoria executiva da Miriri Alimentos e Bioenergia S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em 19 de fevereiro de 2021. e - Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revisadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - Entre os princípios e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis destacam-se: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata de conversabilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores a receber de clientes de difícil recebimento. c) Estoques: Os estoques de produtos acabados e em elaboração foram avaliados ao custo de produção. Os demais itens foram avaliados ao custo de aquisição inferiores aos valores de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. d) Adiantamento a fornecedores: Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados aos valores de custo e representam valores concedidos a fornecedores, em virtude do futuro fornecimento de mercadorias. e) Investimentos: Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e em alguns são realizadas a equivalência patrimonial anualmente. f) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Com exceção dos terrenos, os demais bens do imobilizado são depreciados com base na vida útil estimada, apropriada ao resultado do exercício. g) Intangível: Está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada sendo composto, basicamente, por softwares. h) Ativos e Passivos Circulantes: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de 1 (um) ano após a data do balanço são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. i) Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a liquidação do passivo esteja previamente prevista para, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço. j) Receitas Diferidas: Refere-se a vendas faturadas a entregar (vendas para entrega futura) reconhecidas pelo valor de venda. k) Patrimônio Líquido: É demonstrado pelos valores históricos acrescidos da movimentação ocorrida no exercício. l) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil de competência. As receitas decorrentes da venda de mercadorias são reconhecidas contabilmente quando a Miriri Alimentos e Bioenergia S.A. transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias comercializados e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. A receita de vendas é reconhecida líquida de desconto, benefícios comerciais concedidos e impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS, COFINS e INSS). Os custos de frete e outros relacionados com as vendas são classificados como despesas de vendas na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVAL. DE CAIXA

	2020	2019
Caixa - fundo fixo	6.650	5.650
Bancos conta movimento	369.913	178.416
Aplicação financeira de liquidez imediata	7.879.394	17.860.384
	8.255.956	18.044.450

As aplicações financeiras referem-se, basicamente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados à taxa média do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

No ativo circulante	2020	2019
Duplicatas a Receber Nacional	17.120.912	11.171.574
Duplicatas a Receber Exterior	2.661.826	-
	19.782.738	11.171.574
No ativo não circulante		
Duplicatas a receber	4.795.809	4.695.809
TOTAL	24.578.547	15.867.383

Em 31/12/2020, havia R$ 19.782.738 em duplicatas a receber (R$ 15.867.383 em 2019) dos quais o montante de R$ 16.704.667 refere-se a duplicatas a vencer (R$ 14.897.361 em 2019) e R$ 3.078.071 duplicatas vencidas (R$ 970.021 em 2019).

	2020	2019
Até 30 dias	5.510.477	4.719.588
De 31 até 90 dias	11.194.189	2.965.147
De 91 até 180 dias	-	2.516.819
Acima de 180 dias	4.795.809	4.695.809
Vencidos	3.078.071	970.021
	24.578.547	15.867.383

NOTA 6 - ESTOQUES

	2020	2019
Matéria prima	112.337	75.392
Produtos acabados - Fab. Própria	38.626.966	26.804.725
Materiais de consumo	5.661.194	4.326.895
	44.400.497	31.207.013

A provisão de perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis e para aqueles produtos que é esperado prejuízo em sua realização. Nos exercícios 2020 e 2019, a Companhia não efetuou essa provisão.

NOTA 7 - ADIANTAMENTO A FORNECEDOR

	2020	2019
Adiantamento a Fornecedor de Cana	29.770.864	28.659.263
Adiantamento a Fornecedor de Materiais	2.564.862	9.148.560
	32.335.727	37.807.823

NOTA 8 - TANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Referem-se aos empréstimos e adiantamentos em contas correntes, sem incidência de encargos financeiros, às empresas ligadas, diretores e acionistas:

	2020	2019
No ativo não circulante		
Diretores e acionistas	3.998.827	3.998.827
Empresas	5.233.412	4.452.507
	9.232.238	8.451.333
No passivo não circulante		
Diretores e acionistas	3.916.309	3.916.309
	3.916.309	3.916.309

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

		2020	2019
Invest. avaliados ao custo de aquisição			
Banco do Brasil S.A.		6.739	6.739
Pernambuco Investimento		2.250	2.250
Embraer - Emp. Bras. Aeronáutica		1.437	1.437
Invest. avaliados pela equiv. patrimonial			
Etasa - Emp. Turístico Assoc.	(a)	594.579	594.579
Richard Financial LTD	(b)	34.312.572	26.063.752
		34.917.577	26.668.757

(a) O saldo de R$ 594.579 referente a equivalência patrimonial da empresa ETASA Empreendimentos Turísticos Associados S.A. que ainda está em fase de implantação; O valor do Patrimônio Líquido da investida não alterou em 2020 e 2019. (b) Devido a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, denominada como lei de repatriação, em outubro de 2016 a empresa registrou investimento na Richard Financial LTD que estava em nome dos sócios da Miriri Alimentos e Bioenergia S.A., como prepostos, desde o exercício de 2004. Foi realizada a contabilização da equivalência patrimonial do ano de 2020 no valor de R$ 733.969 e R$ 7.514.851 relativo a Variação cambial em 2020.

Histórico	Richard Financial Ltda 2020	Etasa Emprend. Turísticos 2020	Total 2020
Quantidade de ações que compõem o capital	50.000	-	-
Quantidade de ações na investida % de particip.	100%	10,12%	-
Patrimônio líquido da investida em 31/12/2019	26.063.752	5.872.384	-
Participação na investida em 31/12/2020	34.312.572	594.579	34.907.151
Valor contábil da particip. antes da equiv. patrim.	26.063.752	594.579	26.658.331
Resultado da equivalência patr. reconhec. em 2020	733.969	-	733.969
Variação cambial em 2020	7.514.851	-	7.514.851
Saldo em 31/12/2020	34.312.572	594.579	34.907.151

NOTA 10 - IMOBILIZADO

	Custo Hist.	Reaval.	31/12/2020 Valor
Terrenos e propriedades	81.822.304	72.781.762	154.604.066
Edificações	10.437.654	3.281.042	13.718.696
Casas, vilas e resid.	1.720.051	1.026.238	2.746.289
Benfeitorias	4.655.209	199.075	4.854.283
Instalações e quipam.	102.525.329	33.313.154	135.838.483
Máquinas e equip.	26.428.316	-	26.428.316
Móveis e utensílios	1.444.590	-	1.444.590
Inst. fer. e apetrechos	795.847	-	795.847
Máq. e equip. agrícolas	23.846.658	2.904.915	26.751.573
Veículos	8.746.316	1.288.353	10.034.669
Obras civis	4.030.242	-	4.030.242
Linhas telefônicas	62.132	-	62.132
Safra fundada	47.879.409	-	47.879.409
Semoventes	47.070	-	47.070
Comput. e periféricos	124.925	714.914	839.839
Canais e sistema de irrig.	6.906.492	558.176	7.464.668
Sistema de irrigação pivô	6.816.608	-	6.816.608
Telecomunicações e recep.	18.308	-	18.308
Máq. e equip. p/irrigação	7.079.557	-	7.079.557
Instr. técnicos topografia	721	-	721
Projeto fertil irrigação	-	-	-
Projeto melhoria produção agrícola	-	-	-
Imobilizado em andam.	9.935.686	-	9.935.686
	345.323.424	116.067.628	461.391.052

	Custo	Deprec. Valor	Líquido	31/12/2019 Custo
Terrenos e propried.	-	154.604.066		154.604.066
Edificações	(9.334.072)	4.384.624		14.592.710
Casas, vilas e resid.	(2.198.807)	547.482		4.082.478
Benfeitorias	(1.817.133)	3.037.151		3.830.988
Instal. e equipam.	(130.709.688)	5.128.795		151.869.049
Máquinas e equip.	(837.401)	25.590.915		-
Móveis e utens.	(1.245.110)	199.480		1.367.005
Inst. fer. e apetr.	(449.542)	346.305		585.402
Máq. e equip. agr.	(17.682.383)	9.069.191		23.550.416
Veículos	(8.569.865)	1.464.804		10.031.258
Obras civis	(4.030.242)	-		4.030.242
Linhas telefônicas	-	62.132		38.762
Safra fundada	(2.985.944)	44.893.465		47.879.409
Semoventes	(47.070)	-		47.070
Comput. e perif.	(702.306)	137.533		753.598
Canais e sist. irrig.	(427.777)	7.036.891		4.686.496
Sist. de irrig. pivô	(6.300.446)	516.162		7.223.544
Telec. e recepções	(21.704)	(3.396)		18.308
Máq. e equip. irrig.	(4.763.371)	2.316.186		6.905.208
Inst. téc. topografia	(721)	-		721
Projeto fertil irrig.	-	-	-	866.440
Projeto melhorria produção agrícola	-	-	-	1.428.759
Imob. em andam.	-	-	9.935.686	5.530.548
	(192.123.582)	269.267.470		443.922.478
Depr. acum. 31/12/2019	-	-		(186.693.511)
Total do imobizado em 31/12/2019	-	-		257.228.967

A) Safra Fundada: A Safra Fundada refere-se as raízes das canas de açúcar plantadas que a Miriri adquiriu quando da incorporação da empresa Uniagro (União Agrícola Ltda.). A Miriri arrendou as terras para alguns sócios com saldo de safras fundadas. Quando o arrendamento for finalizado as terras serão devolvidas nas mesmas condições, quando então inciar-se-á a exaustão dos valores das safras fundadas. B) Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis: Durante o exercício financeiro de 2020, a Companhia implementou controle patrimonial sobre os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado, para os saldos em 31 de dezembro de 2019. Para isso, foi contratada a empresa Mynarski, especializada em avaliações e gestão de ativos. A partir da implementação desse controle, a depreciação passou a ser feita pelo módulo patrimonial e por base na vida útil levantada. Não foram realizados ajustes nos saldos contábeis uma vez que a realiação de bens tangíveis e intangíveis não é permitida devido às disposições contids na Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/1976.

• Resumo da Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis

Localidade	Justo Valor (BRL)
Máquinas e equipamentos	114.994.811
Instalações	6.689.073
Canais e sistema de irrigação	8.910.009
Máquinas e implementos agrícolas	5.271.220
Veículos	2.808.860
Máquinas e equipamentos de irrigação	1.636.047
Móveis e utensílios	646.263
Software	542.584
Computadores e periféricos	288.938
Imobilizado em andamento	92.933
Telecomunicações	50.085
Instrumentos, Ferramentas e apetrechos	47.981
	141.978.803

Localidade	Terrenos (BRL)	Prédios e Benf. (BRL)	Justo Valor (BRL)
Santa Emília	84.090.877	2.440.800	86.531.677
Marco João	81.943.232	83.555	82.026.787
Rio Vermelho	53.052.173	-	53.052.173
Santa Luzia	49.919.135	2.287.550	52.206.685
Miriri Sapé	35.239.125	2.108.343	37.347.468
Miriri Sana Rita	30.615.459	6.128.654	36.744.113
Monte Mor	35.025.329	95.971	35.121.301
Sede Miriri	474.811	19.285.681	19.760.492
Miriri Capim	15.213.752	809.605	16.023.357
Pá Seca	15.479.703	133.323	15.613.026
Nossa Senhora de Lourdes - PB	14.942.081	144.679	15.086.760
Vale do Jacuípe	14.061.948	-	14.061.948
Três Pocinhos	11.063.570	2.978.461	14.042.031
Santa Terezinha I	12.394.050	221.505	12.615.555
Cachoeira	10.710.079	312.681	11.022.760
Coronel	6.920.987	-	6.920.987
Pé de Perú	6.805.012	-	6.805.012
Capibaribe	6.670.515	-	6.670.515
Dona Sabra	6.126.110	477.504	6.603.614
Nossa Senhora de Fátima	5.847.290	-	5.847.290
Miriri Cruz do Espírito Santo	5.560.487	172.849	5.733.336
Trás os Montes	4.638.229	910.494	5.548.723
Calumbi	3.956.064	64.888	4.020.951
Diligência	3.208.657	710.925	3.919.582
Lagoa de Barro	2.835.196	355.867	3.191.063
Nova	2.406.062	384.528	2.790.590
PIC Rio Tinto	2.599.009	-	2.599.009
Engenho Palmas	2.078.157	99.388	2.177.545
Jacuípe PE	1.871.380	-	1.871.380
Nossa Senhora de Lourdes PE	1.358.020	-	1.358.020
Engenho Balanço	976.508	257.842	1.234.350
Várzea Nova	1.058.061	142.324	1.200.385
Falésia	930.688	-	930.688
Mascarenhas	764.696	99.481	864.177
Mata	639.315	-	639.315
Lagoa Dantas	590.212	-	590.212
Várzea do Bredo	176.751	-	176.751
	532.242.728	40.706.897	572.949.625

NOTA 11 - FORNECEDORES

	2020	2019
No passivo circulante		
Fornecedores de cana	35.759.681	23.418.332
Fornecedores de materiais e serviços	2.452.589	2.021.313
	38.212.270	25.439.645
No passivo não circulante		
Fornecedores de cana	3.000.000	5.000.000
	3.000.000	5.000.000

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financ.		31/12/2020 Circul.	31/12/2020 n/Circul.	31/12/2019 Circul.	31/12/2019 n/Circul.
Bco Bradesco S.A.	(1)	16.117	-	4.466.205	-
Bco Banorte S.A.	(1)	-	13.156.576	-	13.156.576
Bco Bamerindus S.A.	(1)	-	4.127.595	-	4.127.595
Bco Econômico S.A.	(1)	-	4.031.041	-	4.031.041
Bco do Nordeste do Brasil S/A	(2)	13.490.420	36.089.363	15.605.283	15.398.851
Bco do Brasil S.A.	(1)	36.826	169.891	36.862	209.495
Banco Daycoval S.A.	(3)	1.696.989	851.582	1.404.745	2.846.309
Banco Safra S.A.		-	-	844.785	-
Banco Santander S.A.	(4)	2.540.952	2.938.054	5.322.426	-
Banco RCI Brasil S.A.		-	-	24.417	-
Credit Agricole Private Bking Miami		32.245.882	-	25.058.399	-
		50.027.186	61.364.102	52.763.122	39.769.868

1) Banco do Brasil, Banorte, Bamerindus e Econômico: Empréstimos contraídos, desde o ano de 1995. Atualmente os bancos: Banorte, Bamerindus e Econômico encontram em processo de liquidação, e seus títulos relacionados à Miriri Alimentos e Bioenergia S.A. encontram-se em ações judiciais com processos de execução de título extrajudicial (forçada), sem nenhum avanço até o momento em termos de atualização monetária e devida quitação da dívida ou extinção do processo. (2) Banco do Nordeste: Cédulas de crédito Bancário, cuja fonte é o fundo constitucional de financiamento do Nordeste (FNE) e captação pelo banco nas suas operações normais (RECIN), e incidência de taxa de juros de 15,25% a.a. (3) Banco Daycoval: Financiamento para capital de giro com vencimento para março de 2022 e incidência de taxa de juros de 1,22% ao mês. (4) Banco Santander: Direitos Creditórios do Agronegócio, tendo pr garantias alienação fiduciária de bem imóvel e com vencimento em agosto de 2020. Ainda em 2020, houve aditamento do CDCA alterando o fluxo de pagamentos cujo encerramento se dará em março de 2023 a juros prefixados a taxa efetiva de 9,18% ao ano.

NOTA 13 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2020	2019
Retenções de fornecedores de cana	648.194	489.910
Credores diversos	23.141	24.965
Adiantamento de clientes	26.383	8.996.017
Retenções e consignações	5.270	1.456
	702.988	9.512.349

NOTA 14 - PARCELAMENTO DE IMP.

	2020	2019
No passivo circulante		
REFIS - Federal	2.844.643	2.586.973
REFIS - Estadual	417.984	1.112.325
REFIS - Lei 11.941/09	389.403	380.537
ICMS PE - Confronto a Recolher	-	474.925
	3.652.030	4.554.759
No passivo não circulante		
REFIS - Federal	57.860.350	59.855.934
REFIS - Estadual	-	675.793
REFIS - Lei 11.941/09	1.111.415	1.483.865
	58.971.765	62.015.592

O REFIS - Federal refere-se ao parcelamento de obrigações sociais e fiscais concedidos pelos órgãos oficiais, os quais são onerados de acordo com a variação da TJLP.

NOTA 15 - PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL: Os impostos diferidos referem-se as reavaliações dos itens do imobilizado efetuadas até o exercício de 2009.

	2020	2019
Imposto de renda diferido	9.026.708	9.080.122
Contribuição social diferida	5.411.827	5.450.997
	14.438.535	14.531.118

NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL: Em 31/12/2020 e em 31/12/2019 o capital social é de R$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias ou comuns, obrigatoriamente nominativas, do valor nominal de R$ 20 cada uma.

NOTA 17 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E RESERVAS DE REAVALIAÇÃO: Em 2010 foi efetuada avaliação dos bens do imobilizado e efetuado ajuste de custo atribuído ao imobilizado no valor de R$ 116.543.392, porém, não foi efetuada a provisão dos tributos diferidos sobre esse valor no montante de R$ 39.624.753. No exercício de 2020, a Companhia reverteu o montante de R$ 1.868.106 (R$ 1.963.516 em 2019) relativo à depreciação do Ajuste de Avaliação patrimonial, assim como baixou R$ 155.125 (R$ 16.728 em 2019) devido a alienação de bens do ativo imobilizado.

NOTA 18 - RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS: O benefício, cuja fonte é a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se destina a pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificaçao de empreendimentos, com a redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos. No exercício de 2020, a Companhia beneficiou-se de crédito fiscal presumido de ICMS nas vendas de Álcool Etílico Anidro e Álcool Etílico Hidratado no valor de R$ 14.591.789.

**NOTA 19 - RECEITA L